



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

JOÃO SINHORI

NARRATIVAS ARMADAS:

A GUERRILHA URBANA NO TESTEMUNHO DE ALEX POLARI
E HERBERT DANIEL

JOÃO SINHORI

NARRATIVAS ARMADAS:
A GUERRILHA URBANA NO TESTEMUNHO DE ALEX POLARI
E HERBERT DANIEL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina – UEL, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Alberto Gawryszewski

Londrina
2013

Catálogo na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná
– Campus Francisco Beltrão

S617n Sinhori, João Sinhori.

Narrativas armadas: a guerrilha urbana no testemunho de Alex Polari e Herbert Daniel. / João Sinhori. – Londrina, 2013.

98f.

Orientador: Alberto Gawryszewski.

Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2013.

Inclui bibliografia.

1. Ditadura militar - Teses. 2. Literatura de testemunho -, Programa de Pós-Graduação em História Social Teses. 3. Polari, Alex, 1951 - Teses. 4. Daniel, Herbert, 1946-1992 - Teses. I. Gawryszewski, Alberto. II. Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas. III. Título.

CDD – 809.8981

JOÃO SINHORI

NARRATIVAS ARMADAS:
A GUERRILHA URBANA NO TESTEMUNHO DE ALEX POLARI E
HERBERT DANIEL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina – UEL, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História Social.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alberto Gawryszewski
UEL – Londrina - PR

Prof. Dr. Gabriel Giannattasio
UEL – Londrina - PR

Prof. Dra. Ana Maria Mauad de Sousa Andrade
Essus
UFF – Niterói - RJ

Londrina, 7 de maio de 2013.

SINHORI, João. *Narrativas armadas: a guerrilha urbana nos testemunhos de Alex Polari e Herbert Daniel*. 2013. 98 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2013.

RESUMO

Este trabalho é fruto de inquietações e reflexões acerca das possíveis relações que a História pode ter com a Literatura, na medida em que há décadas os debates têm se desenvolvido em prol da delimitação de fronteiras entre o discurso historiográfico e os textos literários e, também, do estabelecimento da Literatura como fonte para o desenvolvimento de pesquisas históricas. Pretendemos aqui, avaliar o gênero da Literatura de Testemunho, através das obras *Passagem Para o Próximo Sonho* (1982), de Herbert Daniel, e *Em Busca do Tesouro* (1982), de Alex Polari, que consideramos essenciais para dar ênfase aos novos temas e abordagens que vêm ganhando espaço com o crescente número de trabalhos dedicados a estudar o período em que se constituiu a guerrilha urbana durante a ditadura militar brasileira. Sendo assim, o objetivo deste estudo concentra-se em analisar as representações históricas, sociais, políticas e culturais construídas pelos narradores-testemunha, sobre as “esquerdas” brasileiras e o panorama guerrilheiro que se formou no pós 1968, durante o regime militar brasileiro.

Palavras-chave: Ditadura militar. Literatura de testemunho. Alex Polari. Herbert Daniel.

SINHORI, João. *Armed narratives: the urban guerrilla in the testimony of Alex Polari and Herbert Daniel*. 2013. 98 p. Dissertation (Master's degree in Social History) – State University of Londrina, Londrina. 2013.

ABSTRACT

This work is the result of some concerns and reflections on the possible relations History can hold with Literature, considering that from several decades the debates have been developed in favor of the delimitation of the boundaries between Historiographical discourse and literary works, and also of the establishment of Literature as a source for the development of historical researches. We intend to evaluate here the Literature of Witness genre, through the works *Passagem Para o Próximo Sonho* (1982), by Herbert Daniel, and *Em Busca do Tesouro* (1982), by Alex Polari, who we consider essential to emphasize the new themes and approaches gaining ground with the growing number of works devoted to study the period in which the urban guerrilla was constituted, during the Brazilian military dictatorship. Thus, this study aims at concentrating on the analysis of historical, social, political and cultural representations built by the witness narrators about the Brazilian “lefts” and the guerrilla background formed after 1968, during the Brazilian military regime.

Keywords: Military dictatorship. Witness literature. Alex Polari. Herbert Daniel.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	10
1 LITERATURA DE TESTIMONIO: A FILHA LATINO-AMERICANA DA CATÁSTROFE	16
1.1 HISTÓRIA, LITERATURA E <i>TESTIMONIO</i>	16
1.2 FICÇÃO POLÍTICA E O NARRADOR-TESTEMUNHA	24
1.3 IDENTIDADE DA GUERRILHA.....	29
2 UMA INTRODUÇÃO À ESQUERDA BRASILEIRA PRÉ-GOLPE DE 1964 ...	34
2.1 A ESQUERDA PRÉ-GOLPE DE 1964	34
2.2 A “NOVA ESQUERDA” BRASILEIRA	40
3 O TESOIRO E O SONHO: NARRATIVAS DA LUTA ARMADA	42
3.1 ALEX POLARI: UM MILITANTE MIRIM	42
3.2 HERBERT DANIEL: O JEAN DE LÉRY TROPICAL	46
3.3 AINDA EM BUSCA DO TESOIRO.....	50
3.4 PASSAGEM PARA O PRÓXIMO SONHO, QUAL SONHO?.....	55
3.5 A VIA CRUCIS DO EXILADO.....	60
3.6 HOMOSSEXUALIDADE E POLÍTICA.....	64
3.7 A TORTURA NARRADA	66
4 ROMANTISMO REVOLUCIONÁRIO: A GUERRILHA NASCEU SEM CULTURA?	70
4.1 ROMANTISMO REVOLUCIONÁRIO.....	70
4.2 CINEMA NOVO: AQUI E LÁ.....	74
4.3 POR UM TEATRO ANTROPOFÁGICO	77
4.4 LITERATURA GUERRILHEIRA	79
4.5 “A EXPRESSÃO CULTURAL PERFEITA”.....	82

CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERENCIAS	90
ANEXOS	943

APRESENTAÇÃO

Esse trabalho nasceu primeiramente do interesse em estudar Literatura, na graduação, quando tínhamos que escolher nossos primeiros objetos de pesquisa. Essa foi uma escolha puramente passional. Os testemunhos literários chegaram depois com a escolha de analisar as obras *O que é isso Companheiro*, de Fernando Gabeira, e *1968: o ano que não terminou*, de Zuenir Ventura. O objetivo era traçar um paralelo entre essas duas narrativas diferenciadas. Enquanto um tinha ares de romance político, o outro era um livro-reportagem. Zuenir escreveu seu livro dez anos após Gabeira, e não era um ex-guerrilheiro, sua beligerância estava mais para “esquerda festiva”.

Ao entrar em contato com a historiografia brasileira sobre o período militar, foi possível observar alguns movimentos da sociedade brasileira, historicamente muito interessantes. O próprio golpe de 1964, as ações de Brizola, Marighela lutando até o fim, a constituição do que foi chamada guerrilha urbana, o fechamento total da ditadura com o AI-5 em 1968, o terror dessa guerra interna pela sobrevivência, as técnicas de tortura, as técnicas e teorias guerrilheiras contra um Estado ilegal, a censura a artistas, livros, filmes, mais adiante a greve dos metalúrgicos do ABC, comandadas por Luiz Inácio Lula da Silva, e o movimento das Diretas Já. Todos eventos que, de uma forma ou de outra, fizeram e fazem parte da vida da geração que nasceu com a constituição democrática de 1988.

Mas a historiografia sobre esse período longo da história brasileira também é longa. Seja de uma perspectiva política, cultural, sociológica ou até mesmo pedagógica, são muitos os escritos de historiadores, jornalistas, sociólogos e professores de diversas áreas, sobre a ditadura que aqui se instalou. Daí que os testemunhos apareceram como sendo algo especial, pouco pesquisado, e com uma teoria relativamente recente que tenta abarcar várias questões metodológicas em relação aos estudos dos testemunhos literários na América Latina das ditaduras. Além de seus conteúdos serem muitas vezes de uma “clareza” histórica importantíssima, suas formas narrativas e suas escolhas estéticas são positivamente impressionantes. Tome-se como exemplo o próprio livro de Herbert Daniel, *Passagem Para o Próximo Sonho*, que será objeto desse trabalho.

Por outro lado temos também alguns livros como o de Alex Polari, *Em Busca do Tesouro*, também objeto desse estudo, que nos dão detalhes valiosos sobre o itinerário dos jovens da classe média intelectualizada que resolveram pegar em armas para enfrentar uma ditadura. Os cárcere, a tortura, os interrogatórios são algumas das características que estão contidas na Literatura Testemunhal do período.

Os dois livros que acabaram de ser apresentados como objeto de estudo deste trabalho foram escolhidos em meio a vários outros publicados entre o final da década de 1970 e começo de 1980. A escolha se deu, primeiramente, por se tratar de Literatura. Segundo, porque são testemunhos. Terceiro, porque nunca foram estudados sob essa perspectiva.

Por mais que existam muitos trabalhos analisando os testemunhos orais, os literários ainda tem um caminho a percorrer. E este trabalho vai tentar contribuir com a historiografia que pensa a cultura produzida no Brasil. Acreditamos que sobre um período marcado por censura (até hoje os arquivos da ditadura não foram abertos), quaisquer tentativas – sejam através de entrevistas, livros, filmes, jornais, obras de arte – de aprofundar os estudos na direção de tentar entender os motivos daquilo tudo, são válidas.

Em 2012 foi lançado o livro *Memórias de uma Guerra Suja*, escrito por Marcelo Netto e Rogério Medeiros, através do depoimento do ex-delegado do DOPS, Cláudio Guerra. Nesse livro estão contidos vários depoimentos de Cláudio no sentido de desvendar “cemitérios” de assassinados pela ditadura, conversas com seus superiores, a morte do seu parceiro Sérgio Paranhos Fleury, técnicas para sumir com alguns corpos, ou seja, Cláudio resolveu contar o que sabe, depois de ter virado pastor evangélico, agora basta investigar essas informações.

Cláudio também foi chamado para falar na Comissão Nacional da Verdade, que foi criada no governo presidencial da ex-guerrilheira e companheira de Herbert Daniel, Dilma Rousseff, em maio de 2012. Formada por advogados, cientistas políticos, uma psicanalista e, diga-se de passagem, nenhum historiador, a comissão tem por objetivo investigar violações contra os Direitos Humanos praticadas por agentes públicos no intervalo entre 1946 e 1988. É um passo, embora pequeno, que o Brasil dá no sentido de esclarecer os crimes cometidos pela ditadura.

Algumas atitudes, quase que simbólicas, vêm sendo tomadas no sentido de esclarecer esses crimes. Em 2012, a OEA (Organização dos Estados Americanos) denunciou o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos por não apurar as circunstâncias da morte de Vladimir Herzog, jornalista assassinado dentro das dependências do exército, em 1975. A Comissão Nacional da Verdade já entrou com um pedido para mudar a causa da morte no atestado de óbito de Herzog, onde consta que ele teria morrido por asfixia mecânica. Com a alteração, ficaria: “lesões e maus tratos sofridos durante interrogatório em dependências do II Exército (DOI-CODI)”.

Em 2012, o coronel reformado do Exército, Carlos Brilhante Ulstra, foi condenado a indenizar a família de Luiz Eduardo Merlino, que foi torturado e morto em 1971. A juíza disse que o caso não cabe na Lei de Anistia de 1979. Alguns eventos como esses vêm acontecendo no Brasil. Ao contrário da maioria dos países latino-americanos que julgaram e condenaram seus generais e coronéis logo após a derrocada das ditaduras, o Brasil, como já faz parte da sua História, deixou para depois.

Em fevereiro de 2013, a Comissão Nacional da Verdade também encontrou documentação suficiente para provar que o deputado cassado pela ditadura, Rubens Paiva, foi torturado e assassinado nas dependências do DOI-CODI, no Rio de Janeiro, desmentindo a versão do Exército, considerada oficial, de que ele teria sido sequestrado. Esse sequestro é retratado no livro de seu filho, Marcelo Rubens Paiva, *Feliz ano velho*.

Para concluir esta apresentação vale lembrar que muitos generais e coronéis do Exército brasileiro são contra a Comissão Nacional da Verdade, e que todo ano, em muitos quartéis espalhados pelo Brasil, comemora-se o aniversário do golpe de 1964. Seria bom que alguns militares, pois são incontáveis os ex-guerrilheiros que já o fizeram, escrevessem seus sinceros testemunhos.

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende analisar duas obras literárias: *Passagem Para o Próximo Sonho*, de Herbert Daniel; e *Em Busca do Tesouro*, de Alex Polari. Ambas foram escritas no ano de 1981 e publicadas no ano de 1982 pela Editora CODECRI. São obras de ficção, em prosa, romanceadas, mas que não trataremos como romance, e sim como Literatura de Testemunho. Tal gênero ganhou espaço na produção literária latino-americana após a Revolução Cubana e se espalhou pelo resto do Continente durante e ao término dos regimes militares que aqui se instalaram.

O objetivo, portanto, deste trabalho, é analisar as representações históricas contidas na narrativa dos dois livros. E através disso buscar entender o caminho percorrido pelos dois autores, tanto em seus itinerários pessoais, como em seus itinerários guerrilheiros. O memorialismo que está presente em suas obras nos dá a oportunidade de entender uma série de características pessoais, sociais e culturais que moldaram posturas políticas e intelectuais que iriam desaguar na iniciativa beligerante desses dois jovens.

Os autores, ao utilizarem temporalidades diferentes, que abarcam os acontecimentos pós AI-5 e a guinada guerrilheira, e o tempo da própria escritura do livro, abrem várias possibilidades de interpretação dos motivos que os levaram a registrar suas memórias. Seria apenas um resgate da memória? Uma tentativa de acerto de contas com o passado? Pressões editoriais? Promoção política-social? Autocrítica? Continuação de uma luta ainda não acabada? Qual o interesse de produzir uma obra literária que remonta ao passado em plena abertura política brasileira?

Passagem Para o Próximo Sonho e *Em Busca do Tesouro* não são as primeiras obras testemunhais publicadas no Brasil com essa intenção de demonstrar detalhadamente os movimentos dos sujeitos históricos que resolveram lutar contra o regime civil-militar¹ que havia se instaurado no país em 1964. Antes deles foram publicados, em ordem cronológica, *Em Câmara Lenta*, de Renato Tapajós (1977, Editora Alfa-Ômega); *O que é isso, Companheiro?*, de Fernando Gabeira (1978, Editora Codecri); e *Os Carbonários:*

¹ O termo “regime civil-militar” será utilizado neste trabalho tendo em vista os estudos historiográficos que indicam a participação efetiva de uma parcela da sociedade civil no golpe de Estado liderado pelas forças militares em 1964. Embora neste trabalho também sejam usados os termos “ditadura/regime militar”, optamos conceitualmente pelo primeiro. Desses segmentos podemos destacar parte do empresariado nacional, proprietários rurais e latifundiários, setores conservadores da igreja católica, capital internacional com interesses econômicos no Brasil, e entre os partidos políticos a UDN. Para uma análise das diferentes correntes historiográficas que interpretaram o golpe de 1964, ver o artigo de Lucilia de Almeida Neves Delgado “1964: temporalidade e interpretações”, publicado no livro *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964 – 2004)*, organizado por Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta (Edusc, 2004).

memórias da guerrilha perdida, de Alfredo Sirkis (1980, Global Editora); posteriormente também seria publicado *A Fuga*, de Reinaldo Guarany (1984, Editora Brasiliense).

Todos testemunhos do mesmo período histórico, ex-guerrilheiros que escrevem sobre a égide memorialista. Porém não podemos confundir seus livros, muito menos suas histórias de vida. Quanto à literatura produzida por cada um, devemos ressaltar a tentativa de diferenciação e a singularidade de cada obra. Cada um escreve do seu jeito, com diferentes técnicas literárias, e utilizando os elementos necessários para compor uma obra literária, e não um simples relato. E vale lembrar que são livros publicados em torno da Lei de Anistia brasileira, de 1979, que começa a afrouxar a censura e desconsiderar essas obras como material inapropriado para a nação.

Nesse sentido podemos lembrar o papel político importante que tais memórias assumiram em toda América Latina quando as ditaduras começaram a ruir. Em como os testemunhos foram fundamentais pela luta da restauração de uma esfera pública de direitos. O testemunho assumiu uma poderosa arma contra o terrorismo de Estado. Sabe-se que muitos documentos foram destruídos e extraviados, muitos mortos nunca foram encontrados, e que a lista de desaparecidos é enorme até os dias de hoje. A Literatura de Testemunho veio no sentido de desvendar alguns segredos e artimanhas do próprio sistema ditatorial. Mortes que as testemunhas presenciaram, conversas que ouviram, o próprio encarceramento e a tortura, todos elementos que fazem parte da narrativa testemunhal.

Os testemunhos foram essenciais, por exemplo, em países como a Argentina e o Chile, que condenaram, já nos anos 1980, generais e soldados comprovadamente criminosos. No Brasil, a Lei de Anistia safou tanto os civis que lutaram contra a ditadura quanto os agentes do Estado de responderem pelos seus atos, e alimenta até hoje a indecisão quanto aos culpados por crimes imprescritíveis.

É claro que essas lutas políticas e sociais se mantêm nos campos da memória até hoje. E quando se trata de julgar e condenar alguém, esse campo se torna mais conflituoso ainda. História e Memória acabam por se tornar inimigos num ringue subjetivo de lembranças e implicações complexas sobre o passado. Aqui, existem aqueles que querem não lembrar, fingir que nada aconteceu, que a Lei de Anistia sepultou tais discussões, mas também existem os que querem, a qualquer custo, voltar ao passado, tentar entender os mecanismos de coerção, impedir um esquecimento social que a cada dia parece mais consolidado.

Este trabalho pensa nos testemunhos de Herbert Daniel e Alex Polari como fundamentais no sentido de dar voz aos que lutaram contra a ditadura militar. Deixando o maniqueísmo de lado, podemos perceber, nas narrativas, os pontos de vista dos vencidos e

como foi o desencadeamento de uma luta perdida e aniquilada. Eles nos trazem informações de dentro dos grupos guerrilheiros aos quais pertenceram, e também de como a ditadura os perseguia e se utilizava de cada um deles. Todos esses testemunhos dos quais falamos, e lembrando que podemos considerar importantíssimas as contribuições da história oral, formaram, no Brasil, qualitativamente, os melhores documentos para se analisar a ditadura civil-militar. Até hoje muitos documentos ainda não foram abertos e estão inacessíveis aos pesquisadores, mesmo o Brasil se supondo uma democracia há mais de duas décadas. Os testemunhos brasileiros foram fundamentais para a constituição de uma historiografia sobre o período, e esse trabalho acredita que as duas obras a que se propõe analisar possam corroborar com essa historiografia, já que elas nunca foram analisadas sob a perspectiva aqui trabalhada.

No primeiro capítulo, propomos um rápido debate sobre como as representações históricas contidas na Literatura podem ajudar o trabalho do historiador, sua validade documental, até pensarmos na função histórica que a literatura de testemunho assumiu, tanto no pós-segunda guerra mundial quanto durante os regimes civis-militares latino-americanos.

Tentaremos entender os conceitos que circundam a Literatura de Testemunho, tanto na sua abrangência histórica quanto literária. A fonte literária, junto da sua teoria, seria o ponto de partida para se chegar a uma análise histórica. Da Literatura para História existe um caminho a ser percorrido e é esse o conteúdo do primeiro capítulo. A tentativa é discutir conceitos como ética da representação, trauma, identidade, depoimento, catástrofe, e o próprio testemunho. Conceitos esses que nascem na própria História, mas também na Literatura, na Sociologia e na Psicologia. Entender de que forma esses conceitos foram sendo construídos desde a década de 1980 e até que ponto eles dão conta de definir seus objetos. Fonte e objeto de pesquisa se confundem nesse caso, pois a Literatura serve de fonte para entender um processo histórico, social e cultural, uma conjuntura que se formou no Brasil, e objeto, pois a Literatura se constitui como o próprio objeto de análise.

O segundo capítulo é uma introdução à esquerda brasileira, desde as coordenadas do Partido Comunista do Brasil, nos anos 1950, até as inúmeras siglas que compuseram a constelação guerrilheira. Esse capítulo se mostra essencial para compreender o pensamento esquerdista brasileiro até a deflagração do golpe de 1964. Entender o golpe e o imobilismo da esquerda existente naquele momento também se faz necessário, pois é dali que vão surgir outras ideias e, principalmente, uma nova prática política.

Retroceder à compreensão das práticas da esquerda no Brasil do século XX também serve para reconhecermos alguns agentes históricos importantes, tanto quanto a

derrocada de um aparato político histórico. Esse capítulo é importante para o entendimento das práticas guerrilheiras que serão narradas à exaustão pelos nossos narradores-testemunha no terceiro capítulo.

É no terceiro capítulo que buscaremos elucidar a constituição dos sujeitos históricos, que percorreremos o itinerário dos dois personagens, desde suas juventudes até a inserção na guerrilha urbana. Serão explorados os dois personagens, o caminho traçado por eles, seu encontro com a esquerda, suas ideias, as ideias as quais aderiram posteriormente, suas práticas guerrilheiras, seus dramas subjetivos, e os muito objetivos, como o sequestro de embaixadores, por exemplo. Conheceremos o funcionamento dos grupos guerrilheiros, bem como o papel dos nossos personagens nessa engrenagem.

As discussões teóricas infinitamente discutidas também serão abordadas no terceiro capítulo. Além delas, a prática não só política, mas comportamental: quem eram esses jovens? De onde vieram? Por que foram se meter com armas? São perguntas que buscaremos responder. Entender as narrativas desses autores, como as construíram, quais eram suas intenções. Quais as implicações de determinadas escolhas estéticas e estilísticas em suas narrativas. Que valor tiveram e tem hoje esses livros?

Herbert Daniel narra seus exílios: exílio brasileiro, exílio estrangeiro, e exílio sexual. Narra sua vida de clandestino no seu próprio país. Narra seus intermináveis confrontos guerrilheiros, sua fuga pela Argentina, sua chegada à Europa, seu cotidiano nos guetos franceses. Até contos Herbert Daniel escreve no seu livro. Ficção dentro da ficção. Herbert termina sua narrativa ainda exilado. Ele é o último exilado brasileiro. A Lei de Anistia não se lembrou dele. Só voltaria em 1982, ano da publicação de *Passagem para o Próximo Sonho*.

Alex Polari nos conta o outro lado da história. O lado mais obscuro da História brasileira. Os processos da tortura e do cárcere. E como se narra a tortura? Alex ficou preso durante dez anos, escreveu dois livros de poesia dentro da cadeia e, quando saiu, escreveu seu testemunho. Desde as aventuras amorosas de um surfista classe média, até os mínimos detalhes das torturas tantas vezes recebidas. Das pichações no colégio até os últimos sussurros de seus companheiros. Alex e Herbert chegam a se encontrar em seus textos, eram amigos, realizaram muitas ações em conjunto, e os dois tiveram caminhos diferentes, um teve mais “sorte” que o outro. Escreveram dois livros literariamente distintos.

No quarto e último capítulo será abordado o contexto de produção artística a qual Herbert e Alex estavam inseridos. Utilizando a tese do romantismo revolucionário, do sociólogo Marcelo Ridenti, mostraremos como a Música, o Teatro, a Literatura e o Cinema e

toda a revolução cultural ocorrida no ocidente na década de 1960 interferiu na vida dos nossos personagens. As próprias narrativas nos dão tais informações, os próprios autores enxergam a importância da esfera artística nas suas vidas.

O Tropicalismo, o Cinema Novo, o Teatro Oficina, Arena, Opinião, a produção literária, todos aparatos subjetivos que, de uma forma ou de outra, impulsionaram uma vanguarda política. Características que se confundem com um contexto geopolítico global de guerras e revoluções.

O ano de 1968 é histórico por todo o mundo. No Brasil é decretado o AI-5 e o governo militar acaba com os direitos e liberdades civis do cidadão. No Vietnã, os EUA entram com força máxima. A luta pela descolonização da África é constante. As experiências guerrilheiras na Argentina, Paraguai, Peru e Venezuela já estão liquidadas. Che Guevara já havia sido morto antes da Revolução Cubana completar uma década. O leste europeu estava em polvorosa sob o comando da União Soviética. A China seguia com sua Revolução Cultural.

Acontecimentos que marcariam uma geração. Acontecimentos que desembocariam nos movimentos feministas, dos negros, dos homossexuais, ou seja, a década de 1960 consolidaria a voz das “minorias”. E nossos personagens fazem parte dessa conjuntura efervescente. Acabariam por se tornar vanguarda não só política, mas cultural. E o quarto capítulo busca compreender as influências, de todo esse contexto, captadas por Herbert e Alex.

Para finalizar esta introdução, evocamos algumas linhas da autora argentina Beatriz Sarlo, que estuda a Literatura de Testemunho na América Latina, para demonstrar como esses estudos caminham entre o objetivo e o subjetivo, a História e a memória, o passado e o presente:

Além de toda decisão pública ou privada, além da justiça e da responsabilidade, há algo inabordável no passado. Só a patologia psicológica, intelectual ou moral é capaz de reprimi-lo; mas ele continua ali, longe e perto, espreitando o presente como a lembrança que irrompe no momento em que menos se espera ou como a nuvem insidiosa que ronda o fato do qual não se quer ou não se pode lembrar. Não se prescinde do passado pelo exercício da decisão nem da inteligência; tampouco ele é convocado por um simples ato de vontade. O retorno do passado nem sempre é um momento libertador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente (SARLO, 2007, P-9).

A intenção desse trabalho é apresentar os personagens Herbert Daniel e Alex Polari como sujeitos históricos de uma conjuntura específica que se formou no final dos

anos 1960 e adentrou até a década de 1980. Testemunhas de um processo político e social, Herbert e Alex nos trazem detalhes dos procedimentos práticos e ideológicos das organizações guerrilheiras das quais participaram. Seja pela forma de depoimento, testemunho ou memorialismo, eles criam uma narrativa histórica que nos lança aos “anos de chumbo” da ditadura e mostram as consequências sofridas por personagens como eles que resolveram enfrentar esse regime.

1 LITERATURA DE TESTIMONIO: A FILHA LATINO-AMERICANA DA CATÁSTROFE

Aliás o narrador não teria meio de lançar-se numa empresa deste gênero se o acaso não o houvesse posto em condições de reunir vários depoimentos e se se não tivesse visto forçado a ingerir-se no que deseja relatar. Isto lhe dá aparências de historiador. Um historiador, embora novato, possui documentos. O narrador tem os seus: primeiro o seu testemunho, depois o de outros, sendo, por ofício, levado a catar confidências de todas as personagens desta crônica, afinal os textos que lhe caíram nas mãos.

Albert Camus - A Peste

1.1 HISTÓRIA, LITERATURA E TESTIMONIO

Este capítulo é fruto de inquietações e reflexões acerca das possíveis relações que a História pode ter com a Literatura, na medida em que há décadas os debates têm se desenvolvido em prol da delimitação de fronteiras entre o discurso historiográfico e os textos literários e, também, do estabelecimento da Literatura como fonte para o desenvolvimento de pesquisas históricas. Trata-se de dar continuidade aos trabalhos que tentam ampliar os desafios interdisciplinares e incentivar o estudo da cultura nas suas ilimitadas variações.

Mesmo que a História sempre tenha se utilizado de clássicos literários para a compreensão do passado, e apesar de Lucien Febvre ter se dedicado aos estudos literários já nos anos 1940, analisando a obra de Rabelais e dando prosseguimento ao estudo das mentalidades², os debates que levantaram questões essenciais à historiografia, tendo como foco o peso da Literatura diante da pesquisa histórica, se iniciam nos anos 1960, em um contexto historiográfico em que as análises macro-estruturais, coletivas e, conseqüentemente, generalizantes estavam perdendo força. Mesmo se comunicando com outras áreas de pensamento, como a Economia e a Sociologia, a História se deixava levar por caminhos duvidosos, estranhos àqueles que a pensavam de maneira mais complexa, incoerente, contraditória, de certa forma mais individual que coletiva, mais simbólica e cultural.

Nesse íterim surge a chamada Nova História Cultural que basicamente pensa a realidade, além de empírica, simbólica; realidade que concentra em seu cerne as várias formas de representações dos grupos humanos, sejam elas sociais, culturais, artísticas,

² Ver: *O Problema da Incredulidade no Século XVI: a religião de Rabelais* (Companhia das Letras, 2009).

políticas ou de signos, com a percepção de que essas representações dão sentido ao que chamamos de realidade. A crença na realidade do fato histórico estava se desfazendo, a materialidade e a objetividade começavam a ser questionadas, assim, a volta da narrativa, de seus personagens, das relações, dos sentimentos, do imaterial, do subjetivo e do simbólico, emergem como consequência do processo de pensar as formas de escrita da história.

Essa mudança, tanto na perspectiva quanto no tratamento de novas fontes, impensável em meados dos anos 1960, abriu caminho para a valorização, por exemplo, da história oral, tida hoje como fonte legítima e muitas vezes mais reveladora do que outros tipos de fontes, e da análise de obras literárias que trazem em seu bojo o constante conflito entre História e Memória, acreditando que por meio dos códigos literários os documentos podem evocar lembranças e as memórias podem ganhar movimento.

Pensando em compor uma História Social da Cultura, este trabalho se desenvolve a partir da análise de obras culturais que, para o historiador, servem de “ponte” para entender acontecimentos históricos, seu contexto, sua conjuntura e, nesse caso, sua catástrofe social. Nos dias de hoje já são legítimas tais abordagens que integram Literatura e História, elas acreditam que “a literatura busca a realidade, interpreta e enuncia verdades sobre as sociedades, sem que para isso deva ser a transparência ou o espelho da ‘matéria’ social que representa e sobre a qual interfere” (CHALHOUB, 2003, p.92). Concordamos também com Ferreira, quando diz que esses tipos de análise das obras literárias e seu contexto podem e devem buscar

analisar como são criadas nos textos as representações sociais, nacionais, regionais, morais, ideológicas, científicas, religiosas, sexuais ou de gênero e etnia; as visões da cidade ou do campo, da natureza e da técnica, do passado e da modernidade, das lutas sociais, do mundo profissional, da riqueza e da miséria, do trabalho e do lazer, da norma e do desvio; as manifestações do imaginário histórico coletivo e da subjetividade de homens e mulheres. (FERREIRA, 2009, p.83)

A importância da literatura de testemunho, objeto de pesquisa deste estudo, muitas vezes é avaliada enquanto uma nova visão da História em contraposição aos documentos oficiais. Desta literatura podemos destacar o caráter de luta social, de manifestações do imaginário histórico e da formação identitária. O século XX se torna específico para esta vertente, pois foi um período de grandes traumas, catástrofes e imposições sociais, como nos mostrou de maneira muito rica o historiador Eric Hobsbawm,

em seu livro *Era dos Extremos*³, desde as guerras mundiais até as ditaduras militares da segunda metade do século XX, na América Latina.

Devemos nos ater por um momento ao conceito de catástrofe utilizado aqui. Se retomarmos o conceito através da teoria literária ele estará vinculado à descrição das tragédias gregas e seus heróis que, com a possibilidade de transformação de seu destino, são capazes de renascer das cinzas, de dar uma reviravolta na tragédia que até então estava consumada. Até aí a possibilidade de recomposição, reorganização e reconstrução se encontrava intrínseca ao conceito de “catástrofe”. Porém os gregos modificam o conceito e Heródoto já o tem no sentido de aniquilação, fim, término. A possibilidade de se recompor da catástrofe já não existe mais.

O século XX faz uso do conceito nos moldes de Heródoto. As catástrofes que aconteceram nesse século puseram fim a harmonia e as estruturas sociais. As grandes guerras representam a perda de referências, assim, não existe a possibilidade de reconstrução, pois ficaram para trás os antigos parâmetros de identidade, vivência e experiência. A famosa frase de Theodor Adorno escrita logo após o fim da segunda guerra “escrever um poema após Auschwitz é um ato bárbaro” (Adorno apud MARCO, 2004, p.26) revela a tensão que passara a existir entre a catástrofe e sua representação. A literatura de testemunho se equilibra nesta linha tênue, na tentativa de representar, talvez, segundo Adorno, o irrepresentável⁴.

Muitas vezes o que restou desses eventos foram os relatos individuais ou coletivos das testemunhas das catástrofes. Isso se torna precioso ao passo que muitos documentos foram extraviados, propositalmente ou não, para extinguir ou, senão, evitar vestígios que denotassem o iníquo. Seguindo essa linha de raciocínio, podemos pensar em uma importante função da literatura de testemunho na pesquisa histórica que, se desfazendo do oficial, aglutina elementos que propiciam a construção de uma contra-história.

A literatura de *testimonio* antes de qualquer coisa apresenta-se como um registro de história. Na qualidade de contra-história ela deve apresentar as provas do outro ponto de vista, discrepante do da história oficial. Não existe aqui o topos da singularidade nem o da unicidade do evento testemunhado: enfatiza-se a continuidade da opressão e da sua onipresença no continente “latino-americano”. (SELIGMANN-SILVA, 2005, p.89)

³ Para Hobsbawm, a década de 1970 “foi também a era mais sombria de tortura e contraterror na história do Ocidente. Foi o período mais negro até então registrado na história moderna da tortura, com ‘esquadrões da morte’ não identificados nominalmente, bandos de seqüestro e assassinato em carros sem identificação que ‘desapareciam’ pessoas, mas que todos sabiam que faziam parte do exército e da polícia; de Forças Armadas, dos serviços de informação, de segurança e da polícia de espionagem que se tornavam praticamente independentes de governos, quanto mais de controle democrático” (1995, p.433).

⁴ Para o conceito de catástrofe ver *A literatura de testemunho e a violência de estado*, de Valeria de Marco.

O historiador e crítico literário Marcio Seligmann-Silva nos ajuda a entender a utilização do conceito de *testimonio* na sua citação. Em sua ampla pesquisa sobre a literatura de testemunho, dedicada principalmente aos testemunhos do Holocausto (Shoah)⁵, pós Segunda Guerra Mundial, ele acabou por perceber que o conceito de testemunho não se encaixava nas abordagens que procuravam dar conta dos testemunhos das ditaduras militares na América Latina. Tal percepção se deu levando em conta a larga diferença temporal e conjuntural entre os objetos de pesquisa. O conceito se tornou impraticável e inviável para dar conta de realidades tão diferentes e até mesmo opostas. Seria, no mínimo, anacrônico querer avaliar objetos de pesquisa antagônicos através de um só conceito. Porém, as características fundamentais do testemunho e do *testimonio* são as mesmas, está contido neles o “teor testemunhal”, a diferenciação ocorre diante das abordagens analíticas.

Desde o final da década de 1980 esses conceitos vêm sendo aperfeiçoados, mas desde 1960 o *testimonio* ronda a hispano-américa e vai ganhando forma e características próprias. Pela própria conjuntura política que se modifica brutalmente com a Revolução cubana (1959), a América espanhola começa a abrir portas para esse novo tipo de política da memória, essencial para o imaginário da revolução. É nesse momento que a literatura de *testimonio* começa a se modelar, trazendo em seu bojo um forte aspecto político, partidário e revolucionário. A Literatura, aqui, cria uma ligação muito forte com a realidade política, se distanciando do aspecto cultural e étnico do testemunho pós-Segunda Guerra.

Segundo Seligmann-Silva, Cuba teve um papel central na institucionalização do gênero, que tinha por objetivo fazer uma revisão da história, tomar partido dos trabalhadores e excluídos, em prol dos esforços revolucionários. Quem teve importância fundamental na dispersão deste tema foi a revista cubana Casa de Las Américas que, em 1970, criou o Prêmio *Testimonio Casa de Las Américas*. A nova categoria surge, pois, suas características constituíam um novo tipo de Literatura, que não cabia na categoria romance, tendo em vista suas singularidades. Manuel Galich, um dos componentes do júri da premiação, definiu a nova categoria:

⁵ Shoah: catástrofe em hebraico, o termo é utilizado pelo autor por não ter as conotações sacrificiais incluídas em Holocausto.

É diferente da reportagem, da narrativa ficcional, da pesquisa e da biografia. O testemunho difere da reportagem porque ele é mais extenso, trata com mais profundidade seu tema, deve apresentar uma qualidade literária superior e não é efêmero como a reportagem que se vincula à publicação em veículos periódicos. Distingue-se da narrativa ficcional, porque descarta a ficção em favor da manutenção da fidelidade aos fatos narrados. Afasta-se da prosa investigativa, na medida em que exige o contato direto do autor com o ambiente, fatos ou protagonistas que constituem sua narração. O testemunho é diferente da biografia porque, enquanto esta escolhe contar uma vida por seu interesse de caráter individual e singular, aquele reconstitui a história de um ou mais sujeitos escolhidos pela relevância que eles possam ter num determinado contexto social. (Galich apud MARCO, 2004, p.50)

O incentivo a esse tipo de política da memória modelou o testemunho na América Latina, fazendo com que o gênero se assemelhasse, como vimos, com os gêneros clássicos de representação na Literatura que se ancoravam no uso da memória, como a biografia, a confissão, a hagiografia e a reportagem. O *testimonio* se estabelece de vez com políticas parecidas implantadas durante o governo Allende, na década de 1970, no Chile, e o regime sandinista, na década de 1980, na Nicarágua.

A autora Valeria de Marco nos lembra da possibilidade, enquanto creditamos a institucionalização do gênero a Cuba e ali identificamos sua gênese, de sermos reducionistas e apresentarmos uma hegemonia que talvez seja inexistente. O século XX é marcado por catástrofes de maneira global e essa literatura converge com um tipo de literatura que começa a ser difundida pelos quatro cantos do mundo. Reduzir geograficamente ou politicamente a reflexão sobre o testemunho seria estancar os vários níveis de violência e barbárie representados nas suas mais diferentes formas literárias. Tal perspectiva é válida e cabe para orientação deste trabalho que se atém ao contexto político brasileiro, diferenciado na conjuntura, mas imerso no contexto latino-americano.

No Brasil o processo das publicações ocorre de maneira diferente pois o Brasil se encontra em plena ditadura militar que, além de não apoiar tal manifestação, se opõe de maneira rigorosa⁶. Qualquer tipo de denúncia ou oposição ao regime militar só era efetivado pelo lado de fora das fronteiras brasileiras. Entretanto, com a abertura democrática “lenta e gradual” e a anistia dos brasileiros exilados em 1979, ocorreu uma enxurrada de materiais memorialísticos com forte teor testemunhal, hoje, passíveis de análise.

⁶ Vale lembrar que Renato Tapajós, após publicar seu livro de memórias *Em Câmara Lenta*, em 1977, foi preso pela segunda vez (a primeira foi em 1969, quando era militante), desmascarando um falso discurso de abertura democrática.

No âmbito dessa literatura de testemunho, caracterizada pelo evento catastrófico, inclusive no Brasil, identificamos uma mensagem ancorada no presente, com pretensão de sobreviver ao futuro; nitidamente encontramos nos textos um credo de que

A arte deve auxiliar os homens a lembrar do que as gerações passadas foram capazes para, desta maneira, poderem efetivamente evitar que a catástrofe possa ainda eclodir. A arte, neste sentido, pode ser considerada uma forma de resistência e compreende uma dimensão ética, enquanto manifestação de indignação radical diante do horror. (FRANCO, 2003, p.352)

Tal dimensão ética do passado se molda a partir de um sentimento de dívida para com ele, com os sobreviventes, com a catástrofe. Seligmann Silva nos adverte para essa ética da representação, afirmando que não podemos fazer valer posturas historicistas e positivistas que de algum modo acreditam ser possível conhecer a História em sua linearidade e totalidade. Nesse sentido, o testemunho caminhou e caminha ao lado das inovações historiográficas, que se direcionam cada vez mais para um universo fragmentado de pesquisas, onde o registro da memória, individual ou coletiva e o apego ao simbólico se delineiam sem a pretensão de traduzir integralmente o passado.

O caso seria absorver uma ética para falar de um passado catastrófico que forja, no presente, o imaginário e a identidade de um grupo de pessoas, de uma população inteira, quiçá de uma nação. Assim sendo, ao utilizar a literatura de testemunho como forma de expressão cultural, e tendo em vista uma ética da representação, adquirimos contato com as forças simbólicas que nos levam a pensar a “realidade” de determinada época em seu determinado espaço, pois esse “real” que angustia os historiadores está contido, de forma ética, nas representações que os testemunhos constroem acerca do seu âmbito social.

Seligmann chama a atenção para duas coisas:

- a) A literatura de testemunho é mais que um gênero: é uma face da literatura que vem à tona na nossa época de catástrofes e faz com que toda a história da literatura – após 200 anos de auto-referência – seja revista a partir do questionamento da sua relação e do seu compromisso com o “real”.
- b) Em segundo lugar, esse “real” não deve ser confundido com a “realidade” tal como ela era pensada e pressuposta pelo romance realista e naturalista: o “real” que nos interessa aqui deve ser compreendido na chave freudiana do trauma, de um evento que justamente resiste à representação. (SELIGMANN-SILVA, 2003, p.373)

“Na situação testemunhal o tempo passado é tempo presente” e “o trauma é caracterizado por ser uma memória de um passado que não passa” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p.69). Esta característica atemporal da memória perpassa o conceito freudiano de trauma, muito utilizado na psicanálise. Sem querer nos aprofundarmos nesse conceito, até mesmo pela insuficiência de leituras no campo das ciências psíquicas, tentemos deixar claro que o trauma é inerente à literatura de testemunho, e é ele que faz com que, aparentemente, não ocorra a dissociação entre Literatura e vida, Literatura e vivido. O compromisso em contar o que aconteceu surge, exatamente, do trauma, desse passado vivo que perpassa as noções de temporalidade, e se torna em elemento constitutivo da formação social.

Os conceitos chave para entendermos a literatura de testemunho, como a representação e o trauma, necessitam de abordagens diferenciadas tendo em vista a singularidade desses novos objetos de pesquisa que surgiram na era das catástrofes, que permeia quase todo o século XX. Não podemos estudar estas representações como se fôssemos analisar o Rio de Janeiro na literatura de Machado de Assis, ou a economia do café nas obras oitocentistas e novecentistas brasileiras, ou até mesmo a transição de um Brasil oligárquico para um Brasil moderno nas obras dos nossos escritores modernistas⁷.

Aqui é diferente: as representações são rodeadas pela noção do trauma, que mostra uma nova face da Literatura, uma face marcada e muitas vezes machucada, que tem a pretensão de verdade embutida em suas páginas. O passado aqui tem que ser analisado de maneira mais complexa que o tradicional, “ele passa a ser visto não mais como um objeto do qual podemos simplesmente nos apoderar e dominar, antes essa dominação é recíproca” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p.76).

A psicanalista Maria Rita Kehl nos ajuda a enfatizar sobre a função do trauma social na nossa sociedade. Para ela, o trauma não pode fazer parte de uma política do esquecimento, mas sim, de memória, memória viva e em estado de alerta, pois a política do silêncio certamente neutraliza eventos históricos e seus agentes, sejam eles algozes ou não:

⁷ É pertinente citar os trabalhos *Machado de Assis Historiador*, de Sidney Chalhoub; *O Romance do Café*, de Rogério Ivano; e *Um Eldorado Errante*, de Antonio Celso Ferreira, respectivamente.

Não há reação mais nefasta diante de um trauma social do que a política do silêncio e do esquecimento, que empurra para fora dos limites da simbolização as piores passagens da história de uma sociedade. Se o trauma, por sua própria definição do real não simbolizado, produz efeitos sintomáticos de repetição, as tentativas de tentar esquecer os eventos traumáticos coletivos resultam em sintoma social. Quando uma sociedade não consegue elaborar os efeitos de um trauma e opta por tentar apagar a memória do evento traumático, esse simulacro de recalque coletivo tende a reproduzir repetições sinistras (KEHL, 2010, p.126).

Trabalhos que expõem o sintoma social de perda de memória do qual fala Kehl, corroboram com o diagnóstico e, quem sabe um dia, a cura desses sintomas. As sociedades, principalmente as subdesenvolvidas, como o Brasil, com grande caminho a percorrer no território da educação, por exemplo, precisam se lembrar do passado, principalmente daquele passado catastrófico e agonizante que surge, hoje, através dos documentos analisados e interpretados pelos historiadores.

Se pensarmos em nossos testemunhos literários como documentos, temos acesso a aspectos relevantes da vida social, política e cultural da época que, talvez fossem bloqueados, ou se tornassem inacessíveis se procurados de maneira tradicional nos velhos arquivos da História Oficial. Nesse caso, principalmente, pois a ditadura se valia do nome ao conservar e divulgar a documentação oficial.

Não concebemos, aqui, o documento como expressão da verdade, mas sim como monumento, que se caracteriza pela intencionalidade das relações de poder, pelas sociedades e pelos indivíduos. A fonte literária como escolha de pesquisa, não evidência histórica, transforma o monumento em um autêntico documento histórico, pois

Qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo, e talvez sobretudo, os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos. (LE GOFF, 1994, p.548)

A função monumental dos testemunhos que nos falam faz com que a realidade e a criação artística se misturem para nos dar a versão de quem viveu determinados fatos. Dão-nos a chance de assimilar seus discursos e suas narrativas com os modos de vida de uma geração, seus costumes e seus problemas sociais, que agem de forma inerente a um contexto e a um processo histórico.

1.2 FICÇÃO POLÍTICA E O NARRADOR-TESTEMUNHA

Após uma introdução teórica sobre o tema desta dissertação, pensaremos a partir de agora em como nossas testemunhas articularam suas narrativas, quais são suas escolhas estéticas e quais os significados destas escolhas, levando em conta o poder de constituição e construção histórica que suas obras literárias adquirem.

Como já dito na introdução deste trabalho, nossas fontes primárias são os livros *Passagem Para o Próximo Sonho* (1982), de Herbert Daniel; e *Em Busca do Tesouro* (1982), de Alex Polari, que consideramos essenciais para dar ênfase aos novos temas e abordagens que vêm ganhando espaço com o crescente número de trabalhos dedicados a estudar o período mais violento da ditadura militar brasileira.

As duas obras foram lançadas em 1982, pela editora do Pasquim (CODECRI), e navegam no mesmo mar de muitos outros romances que começam a ser publicados em um aparente processo de abertura política e redemocratização na História do Brasil⁸. Estão presentes nesse oceano de discussões o tom memorialístico, autobiográfico e autocrítico da “esquerda” brasileira que trafega entre a perplexidade ante o vivido e a lucidez da rememoração posterior.

Podemos falar que esta pesquisa tenta elucidar os caminhos percorridos pelos jovens da esquerda armada brasileira entre 1968 e 1974, e quase uma década depois, o processo de lembrar e escrever dos autores, que são os protagonistas deste trabalho, e que se constitui através de uma fração geracional/fragmentos de uma geração⁹. Esses fragmentos se caracterizam por exporem, em prosa, de maneira romanceada, visões de mundo, consciência política, mudanças de comportamento e formas de luta. Não restam dúvidas, hoje, de que esses relatos se constituíram e se constituem como importante material para compreensão do passado e, mais importante ainda, como reflexão política e social da nossa contemporaneidade.

As reflexões em prosa assumem o caráter de depoimento e, conseqüentemente, se inserem em uma esfera jurídica de debates. Para essa literatura é

⁸ Citam-se alguns de maior sucesso literário e editorial como *O que é isso companheiro?* e *Crepúsculo do Macho*, de Fernando Gabeira; *Os Carbonários: memórias da guerrilha perdida* e *Roleta Chilena*, de Alfredo Sirkis; *Os Fornos Quentes* e *A Fuga*, de Reinaldo Guarany; e o já citado *Em Câmara Lenta*, de Renato Tapajós.

⁹ Termo utilizado pelo cientista social Mário Augusto Medeiros da Silva com o objetivo de “não uniformizar as experiências daqueles autores naquilo que poderia ser compreendido como uma *Geração dos anos 60* ou *Geração 68*. Isso não faria sentido mesmo dentro dos grupos da esquerda armada, por conta das singularidades dos itinerários pessoais e/ou dos grupos específicos. Foi justamente uma fração de pessoas que entrou na clandestinidade, se exilou etc.” (grifo do texto) (FAPESP, 2008, p.21)

fundamental fazer um balanço do período identificando os acusados, os inocentes, os erros e os acertos, os que praticaram os crimes e os que se omitiram perante estes. Trata-se justamente do testemunho jurídico que busca a punição dos algozes através do experimentado, vivenciado e sofrido. O depoimento das testemunhas revela o sofrimento das vítimas, e tenta tornar coletiva esta dor, visando à punição dos acusados que estão sentados na cadeira dos réus. Para o autor Mário Medeiros da Silva, o testemunho literário assume o mesmo aspecto dicotômico que o próprio tribunal de justiça, pois

O depoimento é o discurso do tribunal, em que estão aqui, simultaneamente, se acusando e se defendendo, se culpando e inocentando, através da Literatura, indivíduo e coletivo; sujeito e sociedade; fração geracional dos anos 1960/70/80, vanguarda e povo; arte e revolução; revolução, revolucionários e reacionários; crítica e autocrítica (SILVA, 2008, p.26).

O depoimento traria em seu bojo o que podemos chamar de estatuto de verdade, não obstante se configure em uma estrutura ficcional. Por isso, muitas vezes, esses romances foram contestados pela História ou pela Teoria Literária. Se é tudo verdade ou ficção é uma das questões que hoje já não são tão pertinentes. O que nos importa aqui é o seu teor testemunhal, e o que esse testemunho representa na construção histórica sobre o período, cuja

Eficácia prática e simbólica é utilizada em determinados meios para determinados fins, quais sejam: narrar, através de um relato literário – romance, depoimento autobiográfico – fatos e ações sofridos ou cometidos por sujeitos históricos, apresentando-lhes os papéis desempenhados na constituição daqueles fatos (SILVA, 2008, p.26).

Os próprios subtítulos das obras nos oferecem o conteúdo do que está por vir. O mineiro Herbert Daniel escreve “Um possível romance autocrítico sobre os exílios: do desterro na militância clandestina, do asilo europeu, do degredo na homossexualidade”, identificando os três exílios pelo qual passou ao se jogar de cabeça na guerrilha urbana. São anos e anos de afastamento, tanto pessoal, quanto social e político. Primeiramente a clandestinidade, o “esconde-esconde” e a não transitoriedade. Depois, a vida no Velho Mundo e o não poder fazer e não conseguir saber. E, por último, o exílio consequente da opção sexual, na época, alvo de críticas tanto da esquerda quanto da direita.

“Uma Ficção Política Vivida” é o subtítulo do livro do paraibano Alex Polari que, paralelamente, narra suas seções de tortura física e psicológica, e a inserção do

secundarista menor de idade que estudava no D. Pedro II, escola carioca bastante tradicional, na vida de guerrilheiro clandestino¹⁰.

Vale ressaltar aqui também a peculiaridade e singularidade dos nossos narradores-testemunhas, em relação ao contexto de produção literária que se configurou durante a ditadura militar. Obviamente durante todo o período de repressão foram publicadas muitas obras literárias, algumas delas profundamente engajadas, entretanto muito bem disfarçadas¹¹. A tentativa de driblar a censura muitas vezes se mostrou eficaz, embora os censores trabalhassem para coibir este tipo de literatura.

Devemos notar que esses escritores, que vão do realismo ao alegórico, para representar o contexto latino americano, por mais que fossem socialistas, comunistas, militantes ou não, eram profissionais das letras. Geralmente jornalistas, que já se dedicavam ao fazer literário, e traziam há muito tempo a prática de escrever histórias. Talvez por isso a facilidade de articular em um mundo completamente ficcional, um contexto plenamente verossímil¹².

O testemunho pesquisado aqui não se encaixa nesse contexto de produção literária. Diferem, primeiramente, por nenhum deles terem escrito algum romance anteriormente, embora Alex Polari já tivesse publicado dois livros de poesia¹³, também com teor testemunhal, sobre o cárcere e a tortura, demonstrando o que chamamos de fragmentos de geração; e Herbert Daniel ser considerado um intelectual da guerrilha, dedicando-se a escrever os incontáveis documentos, panfletos, cartas, denúncias, manifestos, etc., fabricados a partir dos grupos guerrilheiros. Isso certamente influenciou as preferências estéticas, formais e estilísticas na hora de reconstituir seu passado através da prosa. A questão é: teriam se tornado escritores se não tivessem passado pela experiência política pelas quais passaram? Tornar-se-iam escritores se não tivessem testemunhado a catástrofe?

Nenhuma afirmação quanto a isso seria satisfatória, apenas que nossos autores são as testemunhas de uma época, de um período, sobreviveram a ele, e depõem acerca dele. Narram em primeira pessoa, observam de dentro os acontecimentos, portanto,

¹⁰ É interessante notar que boa parte dos livros de memórias publicados nesta mesma época (anos 70/80), seja por preferências editoriais ou artísticas, trazia em seus subtítulos, capas ou apresentações a ideia de *ficção política*. Por exemplo: os termos *depoimento* (Fernando Gabeira), *ficção* (Renato Tapajós) e *política romance* (Reinaldo Guarany).

¹¹ Alguns destes autores profissionais, só para citar alguns, são: Antonio Callado, Ignácio de Loyola Brandão, José J. Veiga, Ivan Ângelo, Josué Guimarães, entre outros.

¹² Compreendemos, aqui, verossimilhança como um conceito ligado à ficção, sendo o que passa a impressão de verdade, crível. Em *Verossímil e Motivação*, Gérard Genette identifica o verossímil com o devendo-ser. Ver *Literatura e Semiologia*. Editora Vozes, 1972.

¹³ *Inventário de Cicatrizes* (Teatro Ruth Escobar, 1978); *Camarim de Prisioneiro* (Global, 1980).

fazem da verossimilhança uma das características que sustentam suas narrativas. Compõem a narrativa a partir de sua visão, suas hipóteses e, é claro, das suas intenções. Seus testemunhos buscam encontrar ou, talvez, parecem tentar encontrar a verdade. Segundo Leite, o narrador-testemunha

não consegue saber o que se passa na cabeça dos outros, apenas pode inferir, lançar hipóteses, servindo-se também de informações, de coisas que viu ou ouviu, e, até mesmo, de cartas ou outros documentos secretos que tenham ido cair em suas mãos. Quanto à distância em que o leitor é colocado, pode ser próxima ou remota, ou ambas, porque esse narrador tanto sintetiza a narrativa, quanto a apresenta em CENAS. Neste caso, sempre como ele as vê. (LEITE, 1987, p.38)

Os subtítulos das obras nos dão uma certeza, são obras de ficção, estruturam-se como obras de ficção. Pensamos que não seria possível escrever um romance sem, de um jeito ou de outro, o autor utilizar os mecanismos que a própria língua lhe proporciona. Os próprios autores fazem questão de elucidar possíveis dilemas quanto a isso:

Que isto são lembranças, não memórias. Não se guarda o tempo que rolou na água e na sede de antigamente. O tempo, por seu modo e modelado, acontece para ser perdido (...). Por enquanto não escrevo História: meu método aqui são estórias. (DANIEL, 1982, p.26-27)

Está implícita na afirmação de Herbert a noção de memória como esfacelamento do passado, como algo que perpassa o inalcançável, por isso mesmo o uso da palavra “lembranças”, que remete ao reconhecimento do próprio autor sobre a impossibilidade de revelar e expor os eventos narrados em sua totalidade. Esta é uma característica essencial da literatura de testemunho: vivenciando a catástrofe, sobrevivendo e, depois, querendo contá-la, o autor tem consciência dos campos de força que agem sobre ele.

Herbert Daniel escreve:

Não vou usar artifícios literários para criar um faroeste fácil (...). Seria, como se vê tanto, uma dessas estórias em forma de “memórias”, onde o personagem se dá bem, mesmo quando se dá mal (...). Se o personagem é posto em questão, o é pelo autor. Mas o autor escapa da história. A literatura não pode ser uma traição e o escritor deve ser um personagem à altura dos outros. Exposto. (Escrever História não é contar estórias. É preciso se preocupar constantemente com as encruzilhadas entre a literatura e a vida. A realidade nunca é a verdade.) (DANIEL, 1982, p.216)

Por um lado a necessidade de se fazer ouvir, passar uma mensagem, contar como foi, gritar e protestar sobre um tempo muitas vezes olvidado, explicar que ele sobreviveu, mas muitos não. E, por outro lado, a relação com o texto, com o discurso, que limita a experiência e, por mais bem que seja articulado, é insuficiente.

Vejamos com quais olhos Alex Polari enxerga tal questão.

Esse resgate imediato e tardio, essa fluidez que logo se perde, que ainda não é bem presente nem suficientemente passado é o seu clímax (...). Fico aqui pensando como vou encher esse livro, conciliar o material autobiográfico com uma estrutura de ficção. (POLARI, 1982, p.30)

Conciliar o material autobiográfico com a estrutura de ficção significa justamente ter que recorrer a uma estética que se faz necessária, porém ineficiente, incapaz de dar conta da realidade. Na literatura de testemunho, é claro, recorre-se ao verbo, entretanto, o vivido e o catastrófico não lhe cabem. Não lhe cabem primeiramente por causa da necessidade estética do uso de certa linguagem, pois, antes de tudo, o vivido e o catastrófico são vivência, experiência, e não linguagem. E, em segundo lugar, por causa do esquecimento, esse que faz parte do próprio ser humano, incapaz de armazenar em sua memória tudo que lhe aconteceu. O esquecimento é parte integrante do discurso de uma testemunha, tanto pelo distanciamento temporal da testemunha em relação ao evento testemunhado, quanto pela classificação e seleção de uma memória que, do ponto de vista neurológico, se compõe entre o lembrar e o esquecer.

Parece-nos, então, que nossos autores concordam com Antonio Candido, quando ele afirma que “o romancista é incapaz de reproduzir a vida, seja na singularidade dos indivíduos, seja na coletividade dos grupos” (1968, p.67). Porém, é da memória de cada autor que a dose fictícia surge, e é por meio da estrutura do texto que esta se consolida de maneira ambígua, com a pretensa realidade que o autor busca reproduzir. É a relação entre o ser vivo e o ser fictício que dará o aspecto verossímil ao personagem de um romance.

Nesse caso, o narrador-testemunha que, ao mesmo tempo em que se configura como testemunha, transforma-se no personagem central da narrativa, ou seja, no protagonista da sua própria história, delinea sua compreensão dos fatos, dos personagens, dos costumes e de suas histórias. É através dessa compreensão do narrador e da composição estética do romance que o historiador busca os “registros” ou “vestígios” de História nas obras literárias. Leite afirma que:

Não é de hoje tampouco que a arte e a literatura são vistas como formas de conhecimento, como testemunhos sobre fatos e processos históricos, como intérpretes e produtoras de opinião, contraditórias e comprometidas com grupos dominantes ou dominados, com maiorias e minorias sociais, étnicas, culturais. Mas diversos estudos já demonstraram que as obras de alta elaboração estética confrontam e contrastam dialogicamente os valores e, como tal, permite ao leitor problematizá-los. (LEITE, 2000, p.23)

O relato em primeira pessoa, que há algumas décadas vem se proliferando, explicitando a volta do sujeito e junto com ele seu aspecto subjetivo, tornou-se ferramenta importante para a construção da memória social. O direito da palavra e do relato da experiência se tornaram eficazes em alguns casos onde os crimes de Estado foram denunciados, analisados e julgados, como no Chile e na Argentina e, também, no Brasil, quando o material testemunhal, seja midiático, cinematográfico ou literário, começou a se estender a esfera pública ainda antes do término da ditadura militar e da censura. A subjetividade que se encontra intrínseca nos nossos romances testemunhais acaba por nos mostrar uma objetividade histórica e social palpável que se demonstra na própria transição política do Brasil.

1.3 IDENTIDADE DA GUERRILHA

Já fica claro para nós que a literatura de *Testimonio* se configura como importante fonte de pesquisa para pensarmos os embates e processos históricos que ocorreram na época da ditadura militar. Levando em conta o contexto histórico das obras, concluímos que *Passagem Para o Próximo Sonho* e *Em Busca do Tesouro* foram, entre outros, os primeiros vestígios a serem publicados desvendando detalhes, manobras e modos de coerção aplicados pelo regime militar. As duas obras adquirem cunho testemunhal, pois os autores Herbert Daniel e Alex Polari, além de espectadores, são agentes, sujeitos dos acontecimentos que permearam o final da década de 1960 e início de 1970. Por meio do discurso, das opiniões, conclusões e contradições dos narradores-testemunhas podemos pensar no quadro político que se estabeleceu em um período conturbado, em que a censura televisiva, artística, política, comportamental e, principalmente, documental era determinante.

Tais fontes se tornam preciosas se tivermos como objetivo mergulhar no mundo da guerrilha urbana, suas incontáveis siglas, rachas, discursos e táticas de guerra para enfrentar o inimigo. Conhecer os dissidentes dessa época significa entender as prisões, as torturas, os sonhos e o pesadelo vivido por muitos dos integrantes da chamada “esquerda”

brasileira. A clandestinidade, as fugas, os “aparelhos” e os incontáveis exílios pelos quais passaram nossos jovens opositores.

O *Testimonio* nos permite enxergar um movimento histórico muito particular do Brasil, mas que representa, em grande parte, as mudanças sociais que entraram em ebulição por todo o ocidente. As disputas, tanto políticas, entre direita e esquerda; sociais, entre repressão e rebeldia; e culturais, com o advento da contracultura, expõem o contexto bastante conturbado dos anos 60/70, que já foi apresentado na introdução deste trabalho, seja na Europa, nos EUA ou na América Latina, e que delineou o que a autora Maria Lygia Quartim de Moraes chama de um novo fenômeno:

Na década de 1960 observou-se um fenômeno novo: o aparecimento, em várias partes do mundo ocidental, de uma juventude eternamente politizada e militante. Em sua maioria, estudantes secundaristas e universitários. Eles foram os novos atores coletivos dos anos 60 e as principais vítimas da repressão político-militar. (MORAES, 2004, p.298)

As memórias dos militantes nos servem como guia por esse novo cenário mundial. Aqui no Brasil, foram esses adolescentes que comandaram a dissidência do período. Efetivaram o sequestro dos embaixadores, lideraram as principais siglas revolucionárias, como a COLINA, a VAR-palmares, a POLOP, a VPR e outras tantas e numerosas ramificações da esquerda armada. Foram eles que mantiveram relações estreitas com o líder Lamarca e desapropriaram bancos para financiar suas investidas. Dessa curiosa juventude podemos destacar, hoje, a transmissão de uma identidade coletiva que perpassa não somente a geração passada, mas, também, a presente.

Os próprios autores se dão conta da importância de estabelecer vínculos com o presente, suas lembranças não estão mortas, não são apenas memórias, servem para refletir sobre as causas, e entender as consequências de escolhas tomadas no passado, muitas vezes de maneira inconsequente:

A chamada “esquerda armada” é parte da História, mas não pertence a tema encerrado (...). Ninguém pode contar tudo que aconteceu. Simplesmente porque não aconteceu tudo, ainda. Estamos aí, acontecendo. Escrever é acontecer. Nossa geração, a da barca de 68 ainda fabrica matéria para memórias. (DANIEL, 1982, p.32)

Como podemos perceber, a literatura testemunhal absorve significativamente uma função identitária, ela tem o poder de aglutinar “populações, etnias e classes em torno de uma mesma luta” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 90). Corroborando esta ideia, o historiador Le Goff, que se aprofundou no estudo da memória, afirma que “a

memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 1994, p.476).

Esse caráter se torna perceptível nas duas obras analisadas, em que é retratada a luta contra um regime autoritário, a união de uma parcela da população, em seus diferentes segmentos, seja na luta armada, seja o vínculo partidário, o apelo intelectual ou, simplesmente, a participação coadjuvante, representando a oposição ao governo. Nos termos dos próprios autores, eles representam a “classe” dominada lutando por liberdade contra a “classe” dominante. É fundamental que o esquecimento não paire sobre estas páginas da História:

Má política se faz pensando a História como um cemitério onde se enclausura a vida – que entretanto fura persistentemente os muros, para ser acusada de fantasma, no pátio dos realismos oficiais. Se há razão para lembrar é que o silêncio e o esquecimento são as constantes da repressão dos últimos anos. É preciso furar o segredo e o pavor, fazer de recordações dispersas a reflexão comum na consciência coletiva. Não se escreve um epitáfio, organiza-se um plano (DANIEL, 1982, p.32).

Não podemos nos equivocar e pensar o testemunho como gênero autobiográfico ou como historiografia, mas sim, refletir sobre seu peso simbólico, de caráter coletivo e identitário, que nos impulsionam a pensar até que ponto o “real”, a imaginação e os conceitos se distinguem.

Já aqui na teoria do *testimonio*, ao em vez do acento na subjetividade e indizibilidade da vivência, destaca-se o ser “coletivo” da testemunha (Achugar 1994: 16). Evidentemente o ponto de vista é essencial aqui e o *testimonio* é parte da política tanto da memória como da história. (SELIGMANN-SILVA, 2005, p.89)

Qualquer tipo de conservação da memória individual, mas principalmente coletiva, serve como apelo para uma sociedade democrática. A partir do momento em que as catástrofes somem do repertório de discussões dentro da sociedade, elas passam a não existir. É como se nunca tivessem acontecido. É muito mais fácil acreditar que a catástrofe foi um troço desajeitado da História, do que a organização de vários setores da sociedade, civis e militares, para limitar, coibir e censurar os indivíduos e suas liberdades democráticas. A política da memória nasce no sentido de alertar. Será que já passou? Pode acontecer de novo? E se acontecer, o que podemos fazer?

O escritor Hélio Pellegrino ao escrever a apresentação do livro de Alex Polari, *Em Busca do Tesouro*, destaca o forte caráter de identificação, que faz com que o leitor reflita sobre as decisões e atitudes tomadas por estes jovens. Não só politicamente, mas socialmente e, de maneira muito abrupta, comportalmente. Essa identificação se faz necessária justamente para manter vivo um passado que se quer esquecido pelos mesmos vários setores da sociedade que contribuíram para instalação do regime autoritário. Pellegrino escreve:

Depois do silêncio, a palavra. A resistência de Alex Polari frente à tortura é um valor dele, pessoal e intransferível e, ao mesmo tempo, pertence ao patrimônio cívico da nação brasileira. O mesmo se pode afirmar do seu livro. Fruto de seu talento de escritor, o texto de *Em Busca do Tesouro* representa, também, a possibilidade coletiva de derrotar o fascismo militar a partir do câncer que lhe define o fundamento, a saber: a tortura (...). O livro de Alex Polari dá, neste rumo, um esplêndido depoimento. A geração de 68 não limitou suas aspirações ao terreno da política, num sentido restrito. Ela foi muito mais longe: pôs em questão todas as questões, na teoria e na prática. A moral sexual. Os direitos e deveres recíprocos do homem e da mulher. O casamento. As relações sexuais com outros parceiros, sem quebra da lealdade devida à companheira – ou ao companheiro. A nova ética. A nova estética. A vida nova. (PELLEGRINO, 1982, p. 17-22)

É desse momento histórico que tais fontes falam, lembram, esmiúçam, tentam “sobretudo evitar escrever memórias artificiais onde se prova, mesmo sem querer, que se tinha razão” (DANIEL, 1982, p.35). Mas o que seria uma memória artificial? O que seria uma prova? É uma memória incontestável, definitiva? Podemos procurar as lógicas da memória, ou as (in)coerências, mas destaquemos que o importante aqui é analisar a importância destes “exercícios” de memória que se encontram inerentes ao que chamamos aqui de fragmentos de geração.

O testemunho, a memória e a autocrítica dessa jovem dissidência cheia de fôlego, mas mal preparada para enfrentar todo o aparato político-militar que a esperava, dão-nos um panorama privilegiado de toda organização guerrilheira entre o final de 1960 e o começo de 1970. Nossos autores, que se encontram em suas próprias narrativas, fazem de suas ponderações exercícios da memória. Parte-se de uma memória essencialmente individual para a criação de uma memória coletiva, que traz em seu bojo o forte caráter identitário, que alimenta as novas abordagens historiográficas dedicadas a estudar o período militar no Brasil. Daniel Aarão Reis concorda que tais abordagens se sustentam, pois “assim, as esquerdas, derrotadas no campo dos enfrentamentos sociais, históricos, puderam ressurgir vitoriosas, nas batalhas de memória” (REIS, 2004, p.40).

O segundo capítulo deste trabalho tenta apresentar de maneira rápida e concisa um pouco da história da esquerda brasileira. Mostra-se necessário para o prosseguimento do trabalho percorrer o caminho que a esquerda trilhou durante a segunda metade do século XX para entendermos como o panorama guerrilheiro se constituiu dentro de uma conjuntura política, econômica e social própria. Entender o processo político pelo qual passava o Brasil, e que já foi analisado por vários autores que se dedicaram a estudar o período da guerrilha urbana, é de extrema importância para compreendermos o terceiro capítulo desta dissertação, que tratará da construção histórica efetuada pelos narradores-testemunhas. Será analisada, posteriormente, a composição dos sujeitos históricos e as representações literárias e históricas de suas narrativas.

2 UMA INTRODUÇÃO À ESQUERDA BRASILEIRA PRÉ-GOLPE DE 1964

2.1 A ESQUERDA PRÉ-GOLPE DE 1964¹⁴

O século XX pode muito bem ser chamado de século das vanguardas, tanto políticas, quanto artísticas e, para entendermos como durante a década de 1960, no Brasil, constituíram-se mais de 40 grupos guerrilheiros, com ideias diferentes de organização da sociedade, formas de luta e teorias sobre a tomada do poder, precisamos entender a formação do pensamento esquerdista destes grupos.¹⁵

Sabemos também que sobre o século XX pairou a chamada polarização, tanto de ideias, como de ações. O choque que impulsionou a busca pelo direito dos negros, das mulheres e dos jovens perpassou as décadas desse século que já inicia sua primeira quinzena com a eclosão da Primeira Guerra Mundial e a tomada do poder da Rússia czarista pelos bolcheviques, Lênin e seu Partido Comunista, em 1917.

Em 1922, enquanto o irlandês James Joyce publicava sua obra-prima, *Ulisses*, que até hoje é uma incógnita para muitos estudiosos da língua, no Brasil, organizava-se a Semana de Arte Moderna, em São Paulo, evento que procurava modificar e inovar as artes no país. No mesmo ano, a vanguarda política também entra no cenário nacional com a criação do Partido Comunista do Brasil, o PCB, que, incentivado pelas ideias do comunismo soviético, começa a formular uma nova possibilidade de se pensar o cenário político e econômico brasileiro¹⁶.

Não se trata aqui de um estudo sobre a história do PCB nem suas venturas e desventuras como partido clandestino durante grande parte de sua história. Mas ele foi durante considerável parte do século ao qual nos referimos a principal fonte de ideias de esquerda no Brasil e é a ele que acusam de omissão e inação ao que se trata da instauração do regime civil-militar no país.

Como boa vanguarda brasileira, a esquerda também foi antropofágica, comendo e se deliciando com as diretrizes do Partido Comunista soviético e das Internacionais Comunistas, de certa maneira tentando pensar a nação brasileira. O Partido que

¹⁴ Este capítulo é embasado na leitura de: *O fantasma da Revolução Brasileira*, “Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970”, de Marcelo Ridenti; *A Revolução faltou ao encontro*, de Daniel Aarão Reis; e *Combate nas trevas*, de Jacob Gorender.

¹⁵ Segundo o Projeto “Brasil: Nunca Mais” foram contabilizadas 44 organizações de esquerda durante as décadas de 1960/70.

¹⁶ Oswald de Andrade, idealizador da Semana de Arte Moderna, aderiu ao comunismo em 1931, após a bancarrota sofrida em consequência da crise de 1929.

sobreviveu durante décadas como oposicionista, não conseguiu se organizar, nem minimamente, para combater um golpe de Estado que muitos achavam que podia ser premeditado, haja vista a tentativa de 1961.

A insatisfação de muitos integrantes do Partido e o conseqüente afastamento deste são provas de que o PCB não servia para combater uma ditadura militar. Sendo assim, a nova geração formada nas universidades e até mesmo os secundaristas engajados já iniciaram sua vida política sendo contra a postura política do PCB, ou seja, a juventude que formaria a constelação da guerrilha no Brasil não chegou nem perto de ser aliciada pelos velhos comandantes do PCB.

Essa é a conjuntura a que devemos nos deter, a esquerda brasileira e sua heterogeneidade nos anos 1960, que se sente em um primeiro momento sem chão, pois a vanguarda política brasileira teve que ser novamente criada, embasada, e pior, colocada em ação de maneira rápida e abrupta. E como toda vanguarda, ela não foi bem recebida, nem pelas antigas vanguardas, nem pela sociedade brasileira.

A partir da Declaração Política de Março de 1958 algumas linhas políticas que demarcariam os seus passos dali em diante foram traçadas. Por exemplo, a via “não pacífica” bastante difundida durante a década de 1950 já não era mais considerada, e se enxergava nas alianças com alguns integrantes de partidos nacionalistas de esquerda, que se encontravam legalizados, como o PTB, um caminho para alcançar maneiras de desenvolver o país. A revolução brasileira se daria em duas etapas:

A primeira etapa em curso seria a da revolução nacional e democrática, de conteúdo antiimperialista e antifeudal. Após a vitória dela é que se passaria a segunda etapa – a da revolução socialista. A identidade de premissas entre as duas linhas conduzia à identidade do ponto de vista estratégico. Propunha-se a mesma composição de forças sociais para realização das tarefas revolucionárias da primeira etapa: o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia nacional. (GORENDER, 1987, p.30)

O PCB, nesse momento, ainda apresentava a tese da “revolução burguesa” para o Brasil, que era um país com fortes características feudais ou semi-feudais e que precisava, com o apoio de forças políticas progressistas, desenvolver-se e criar uma economia na qual a classe trabalhadora pudesse fazer parte. A união do trabalho dos comunistas com a burguesia nacional existia em função de um objetivo, a emancipação da classe trabalhadora.

Encontrar uma maneira de efetuar mudanças estruturais, tanto na política, quanto na economia sempre foi a principal ânsia do partido, mas ilegalmente poucas das

ideias seriam concretizadas. O PCB só conseguiu se manter dentro da lei de 1945 a 1947, enquanto seu líder Luís Carlos Prestes ocupava uma cadeira no Senado Federal. Em 1961 a tentativa novamente de legalizar o partido, com apresentação do novo estatuto parecia certa, mas mais uma vez recusou-se a existência do PCB na legalidade. PCB que até mudou o nome para deixar a ilegalidade. De Partido Comunista do Brasil, que marcava o partido como simplesmente um braço do PC da União Soviética no país, para Partido Comunista Brasileiro. A tentativa parece não ter funcionado, mas a alteração permaneceu.

Nesse mesmo ano Jânio Quadros foi eleito para presidente da república e João Goulart para vice. Ao renunciar a presidência, com menos de um ano de mandato cumprido, Jânio abre uma brecha política que gera desacordos em todo o país, e une os militares em torno de um golpe de Estado. E não foram os comunistas que evitaram o golpe, mas sim o PTB sob o comando do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que com o apoio do III Exército mobilizaram a população de Porto Alegre.

Foi a prova da incapacidade de articulação dos comunistas no Brasil que ainda precisaram “engolir” a emenda parlamentarista e em seguida a escolha do pessedista Tancredo Neves para ocupar o gabinete. Nesse ínterim, Luis Carlos Prestes elaborou várias reivindicações como a punição dos golpistas e a volta de um relacionamento diplomático com o campo socialista, mas o parlamentarismo brasileiro tendia a um impasse sobre que rumo tomar, já que o diálogo com as forças conservadoras se tornou efetivo.

Enfim, em 1963, a população decidiu sob a forma de plebiscito a volta do presidencialismo e João Goulart permaneceu na cadeira da presidência da república. Jango, que perambulou entre a esquerda e a direita, entre as forças progressistas e as conservadoras, não conseguiu deixar clara qual era sua posição. Muitas de suas alianças não se sentiam confortáveis com algumas decisões ambíguas do presidente que se pretendia de esquerda, ganhando apoio dos comunistas, mas também bastante conciliatório com as forças conservadoras.

Se o PCB queria sua legalização, as reformas de base, uma política externa independente e o rompimento com o Fundo Monetário Internacional, pelo menos o plebiscito significou para eles o apoio popular nessas questões. E foi na massa e na organização popular que os comunistas confiaram para mandar Jango para o lado esquerdo da governança. O diálogo com os comunistas pela parte de Jango chegou a ser efetivo, tanto que durante muitos anos o discurso utilizado pelos golpistas foi de que ele tinha laços estreitos com a esquerda e queria transformar o Brasil em um país comunista. Improvável para grande parte da historiografia, esse discurso foi capaz de alimentar a raiva e o ódio de grande parte da

sociedade brasileira com relação à classe política denominada de esquerda por mais de 20 anos.

Nos últimos meses antes de sua cassação, Jango começava a entrar em conflito com as classes políticas mais conservadoras sinalizando a vontade de concretizar mudanças na constituição de 1946. As reformas de base serviam como discurso populista muito bem articulado já que chegara a hora de tomar algum partido e definir sua linha política. Ao declarar o estado de sítio em outubro de 1963, que duraria apenas quatro dias, receber críticas duras a favor de sua deposição pelo então governador do estado da Guanabara Carlos Lacerda, e mostrar forte interesse em se reeleger, o que era inconstitucional, Jango decidiu por levar adiante seu discurso populista das reformas de base.

Acompanhado por Brizola e pelos dirigentes do PCB, no dia 13 de março de 1964, no famoso discurso na Central do Brasil, Jango afirmou seu compromisso reformista e, dois dias depois, forneceu ao Congresso Nacional seu projeto. O PCB e seu líder Prestes pouco antes do golpe se mostravam confiantes e delegando o comando da revolução a um estadista burguês “esvaziado do apoio da sua própria classe” (GORENDER, 1987, p.62).

Jacob Gorender, integrante do PCB nessa época, é crítico ferrenho das posições tomadas por Prestes em vários momentos diferentes desta conjuntura política e chama a atenção para o óbvio: as forças militares e conservadoras já diligenciavam um golpe, mas Brizola, Prestes e Jango achavam que o golpe da esquerda se efetivaria antes e ainda por cima logrando o apoio popular. O PCB, tentando nutrir um governo que poderia abrir caminho para uma suposta estabilidade política para depois modificar as estruturas da sociedade brasileira, foi atacado pelo golpe de 1964 sem nenhuma possibilidade de defesa ou reação, fazendo com que no dia seguinte ao golpe seus quadros já se encontrassem na clandestinidade.

O golpe militar criaria um vácuo político em torno do PCB. Durante praticamente uma década o partido sofreria rachas, desde as bases universitárias até o alto escalão da direção. Sem prestígio, o PCB e seu secretário-geral Luís Carlos Prestes, só voltariam à cena política brasileira no final dos anos 70, apoiando o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), que era o único partido legal que fazia oposição à ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Tais rachas frutificariam mais tarde na formação de muitas dissidências estudantis que, por sua vez, entrariam em conflito armado com os militares¹⁷.

¹⁷ Após o golpe se constituíram as chamadas Dissidências estudantis (DI's) por todo o território nacional que em grande parte se uniriam mais tarde a grupos armados.

Ademais, as organizações armadas resultaram de um mesmo processo histórico, de uma conjuntura específica, marcada no Brasil pelo advento da ditadura militar, após um golpe de Estado que não encontrou resistência imediata – enquanto no cenário internacional surgiam correntes que se intitulavam uma “nova esquerda”, que buscavam romper com as amarras teóricas e práticas impostas pelos partidos comunistas tradicionais. (RIDENTI, 2007, p.31)

Antes do golpe militar uma parte minoritária do PCB já havia colidido com as novas propostas que adentravam a década de 60. De uma vertente mais stalinista, membros antigos do partido se separariam em 1962 para criar o PC do B, pois eles acreditavam ser o verdadeiro partido comunista do Brasil, continuação daquele criado em 1922. O PC do B criaria fortes ligações com o Partido Comunista da China, buscando um governo popular revolucionário, mas nunca deixando de acreditar na efetiva consolidação do comunismo na URSS¹⁸.

Alegando o abandono de antigos princípios, o afastamento da URSS e recusando-se a aceitar a mudança na nomenclatura do partido, os integrantes do novo PC do B falavam sobre a forte crise do capitalismo mundial, a possibilidade da revolução popular e a necessidade de se armar para combater o imperialismo e os latifúndios que controlavam o capital brasileiro. O golpe também deixou o PC do B sem reação. Ele só chegou a se armar em 1972, quando desencadeou a única experiência da guerrilha rural no Brasil, na região do Araguaia, desmantelada pelo poderio militar, em 1974, com o desaparecimento de vários militantes.

No início da década de 1960 surgiram novos agrupamentos e organizações comunistas que se distanciavam do chamado imobilismo do PCB. A POLOP ou ORM-POLOP (Organização Revolucionária Marxista-Política Operária), já destoava de programas partidários e não enxergava saída para situação política e econômica do país senão a implantação do socialismo. Com influência maior das ideias trotskistas, a POLOP rejeitava preceitos stalinistas e acreditava na luta armada revolucionária. Primeiramente se fazia necessária a intervenção direta nas classes operárias para depois deflagrar a luta contra os reformistas. Marcada pela intelectualidade universitária, na prática, a POLOP efetuou ações quase que insignificantes. E veio o golpe...

Também com influência trotskista existia o Partido Operário Revolucionário, o POR(T), grupo pequeno e que se valia das ideias de J. Posadas, argentino que teorizava acerca da revolução mundial no âmbito terceiro-mundista, que chamou a

¹⁸ Apesar das denúncias dos crimes de Stálin feitas por Kruchev, em 1956, no XX Congresso do Partido Comunista da URSS, alguns brasileiros relativizaram seus crimes e mantiveram diretrizes stalinistas.

atenção de alguns países latino-americanos como o Brasil, pois trabalhava sob a perspectiva da passagem do nacionalismo burguês para o Estado operário. O POR(T), mesmo depois de 1968, nunca chegou a pegar em armas.

Como não é raro acontecer em situações de agitação social e perturbação política, a radicalização retórica era maior do que a efetiva. Algumas correntes pareciam disputar em leilão o avanço das propostas. Dirigentes perdiam a capacidade de avaliar, com aproximação correta, o estado de consciência das massas, sua disposição de seguir certas palavras de ordem, as circunstâncias conjunturais etc. O distanciamento entre a realidade e a retórica chegava a extremos naquelas correntes cujo desajuste tático as mantém marginalizadas do movimento de massas. (GORENDER, 1987, p.49)

A Ação Popular (AP) que foi criada em 1962 também fez parte dos grupos de esquerda formados pré-golpe. Teve origem na Juventude Universitária Católica (JUC) que durante o final da década de 50 já influenciava bastante os setores estudantis e unia preceitos religiosos em busca de um “socialismo humanista”. A AP, que era formada, em sua maioria, por universitários já se mostrava adepta de algumas ideias retiradas da própria Revolução Cubana, essa que mais tarde serviria de base para reflexão teórica e prática de muitos agrupamentos da guerrilha. A AP conseguiu intervir em alguns setores da sociedade, em alguns movimentos populares, lutou pelas reformas de base e, principalmente, ajudou a criar uma vanguarda política no pensamento católico.

Vale destacar também a presença das Ligas Camponesas que, desde os anos 50, sob a liderança do advogado pernambucano Francisco Julião, buscava intervir legalmente na questão da reforma agrária no Brasil. Com representação em treze estados, as Ligas ganharam expressão nacional e buscaram democraticamente benefícios aos camponeses. Com a ida de Julião para Cuba em 1961 e o seu retorno, já cativado pelas ideias da Revolução Cubana, as Ligas abandonaram as vias legais e preparavam a eclosão das guerrilhas rurais. Desfazendo-se do marxismo e do papel do proletariado na revolução, as Ligas enxergavam, como aconteceu em Cuba, a importância da massa camponesa no processo da revolução socialista. Elas não chegaram nem a serem reprimidas pelos militares, Jango o fez antes, desarticulando um campo de treinamento do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), no estado de Goiás. Tal movimento foi criado por Julião logo após sua volta de Cuba em 1962¹⁹.

¹⁹ Outro MRT surgiria na final da década de 1960.

Para finalizar este contexto das esquerdas pré-golpe de 1964 não podemos nos esquecer do Partido Socialista Brasileiro (PSB), que era legal e, inclusive, tinha uma pequena bancada de deputados que propunham o “socialismo democrático”. Muitos dos militantes socialistas debandaram para guerrilha urbana após o golpe.

E havia na linha de frente do nacionalismo pequeno-burguês, com pouca ou nenhuma orientação socialista ou marxista, Brizola e o brizolismo, esse sim com expressão nacional, ações concretas no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro. Interessante notar que o líder de esquerda mais expressivo nessa época, já com tantas organizações socialistas e comunistas, não foi um comunista, foi o cunhado do presidente da república. Após o golpe eles se exilaram juntos no Uruguai²⁰.

Foi consenso para toda esquerda na época e também para historiografia posterior que o grau de organização das esquerdas era mínimo para que elas se opusessem ao golpe efetuado por alguns setores da sociedade civil e pelos militares em 31 de março de 1964. Provavelmente as divergências teóricas dentro da própria esquerda tenham sido decisivas para explicar a falta de resistência ou a inação perante o golpe. O PCB e o PTB de Brizola não conseguiram concluir o projeto de reformas para o Brasil, e o PC do B e a POLOP não chegaram perto nem de iniciar a implantação do socialismo.

Todos eles concordavam que o capitalismo mundial chegara a um momento decisivo, de crise e estagnação econômica, necessitando ou de reformas ou de revoluções. Seja através do proletariado ou do camponês, da indústria ou da agricultura, o Brasil necessitava de mudanças. Ele mudou e bastante, mas a balança pendeu para o lado da direita e permaneceria por lá, de maneira muito truculenta, por mais de vinte cinco anos. E o que aconteceu com a esquerda após o golpe? Haveria a possibilidade legal e democrática de debater a situação do Brasil? A luta armada era uma possibilidade? Mas como se organizar militarmente para combater os próprios militares? Parecia impossível? E era...

2.2 A “NOVA ESQUERDA” BRASILEIRA

Após o golpe de 1964 uma palavra tomou conta do cenário político de esquerda no Brasil: prática. As teorias elaboradas até então não haviam saído do papel e deixaram que um golpe militar as pegasse de surpresa. O PCB sofreu uma das maiores cisões

²⁰ No Rio Grande do Sul Brizola fundou o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) e desapropriou companhias estrangeiras sem indenização, o que fez com que o Congresso americano elaborasse a emenda Hickenlooper, que vetava empréstimos a governos expropriadores.

da sua história, enquanto outros grupos se formavam, gerando um conjunto de siglas que ao invés de se unirem para fortalecerem suas organizações, fragmentaram-se em minúsculos agrupamentos por causa de divergências teóricas. Mas e a prática? Todos entrariam em prática, mas a discordância estava em como fazê-lo.

Duas cisões aconteceram no PCB: uma liderada por Carlos Marighella, que criou a ALN (Ação Libertadora Nacional), e outra por Mário Alves, que fundou o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário). Como consequência dessas cisões o PCB perdeu grande parte dos seus integrantes. A prática serviu como bandeira dessas organizações e deixou o PCB esvaziado politicamente. A luta armada já se tornara uma realidade.

Do PCdoB surgiram no Nordeste o PCR (Partido Comunista Revolucionário) e a Ala-Vermelha (ALA), sendo que esta deu origem em São Paulo ao Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), e em Minas Gerais ao Movimento Revolucionário Marxista (MRM). Os movimentos nacionalistas que viriam a se incorporar com os grupos de esquerda armada formaram o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), o Movimento de Ação Revolucionária (MAR), a Frente de Libertação Nacional (FLN) e a Resistência Armada Nacionalista (RAN).

As cisões e fusões que mais interessam para a compreensão deste trabalho são as que envolveriam o destino da POLOP. Em 1967 ela sofreu o racha que daria origem, em Minas Gerais, aos Comandos de Libertação Nacional (COLINA). Em 1968 ela se fundiria com uma parcela do MNR para fundar a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Em 1969 a VPR e os COLINA se juntariam para constituir a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR) que logo se cindiu, também, reconstituindo a antiga VPR e formando a Dissidência da Var-Palmares (DVP).

Para uma pergunta: seriam essas organizações tão organizadas assim?

A literatura de nossos testemunhos nos ajudam a entender de que forma a esquerda se articulava ou não, inserida nesse confuso panorama que perdurou praticamente durante dez anos da nossa história. Era o início da catástrofe.

3 O TESOURO E O SONHO: NARRATIVAS DA LUTA ARMADA

*Nossa geração teve pouco tempo
começou pelo fim
mas foi bela nossa procura
ah! moça, como foi bela nossa procura
mesmo com tanta ilusão perdida
quebrada,
mesmo com tanto caco de sonho
onde até hoje
a gente se corta*

Idílica Estudantil – III

Alex Polari

3.1 ALEX POLARI: UM MILITANTE MIRIM

“Fala guerrilheiro filho da puta!!!”

Essa é a primeira frase, que surge como um soco na cara do leitor, do romance *Em Busca do Tesouro*, de Alex Polari de Alverga e que se repetirá durante todo seu livro, que tem como principal eixo a tortura e o cárcere. Lançado em 1982 pela editora Codecri, o livro, que se divide em oito capítulos, intercala momentos da vida do jovem personagem desde os finais da década de 1960 até início da década de 1970.

O primeiro contato com as ideias de esquerda no colégio Dom Pedro II, localizado na nobre zona sul carioca, as pichações, as passeatas, as manifestações, as paixões da juventude e a indignação política típica da juventude mais engajada dos setores médios da sociedade brasileira nos anos 60. O ingresso na clandestinidade após colaborar com ações de grupos guerrilheiros, a vida de procurado pela ditadura, dos “aparelhos”, do convívio com a morte que em muitas vezes o visitou com a perda de companheiros na luta armada. A tortura física e psicológica de quem passou quase dez anos preso. E o momento da rememoração, o momento da criação, o momento de testemunhar um processo político e social ao qual, com seus trinta anos de idade, o autor lembra e escreve em detalhes sobre sua participação como sujeito histórico dos eventos narrados.

Agora começa a entardecer. Já se vão quase dez anos que eu ouvia a voz me dizer “Fala, guerrilheiro filho da puta”. Agora é como se uma outra voz me dissesse “Vai, cara, seja um pouquinho feliz apesar do atraso”. Me lembro que no primeiro dia de tortura, teve uma hora que eles pararam e me deram um banho. Senti um alívio muito grande; não, não chegou a ser felicidade. Aí eu pensei “Porra, um dia vou sobreviver a isso e só então essa história toda terá um sentido, um sentido a ser dado a posteriori pelo futuro. Será? Depois que saí já me fiz essa pergunta várias vezes. Será que alguma coisa que eu ainda viva vai fazer esses dez anos terem sentido? Vamos, fale, guerrilheiro f.d.p.! Descubra, escreva.” (POLARI, 1982, p.30)

Escrito em 1981, essa confissão, essa vazante da memória como o próprio autor se refere ao livro, traz o trauma aos leitores de modo como que ele pudesse ser transferível, neste caso, do trauma pessoal para o social, da memória coletiva. Provavelmente um dos vários sentidos que a escrita do livro abarca seja este: divulgar os crimes praticados pela ditadura militar brasileira, ou seja, transparecer o trauma.

O autor faz isso através de uma narração não linear em que quatro blocos narrativos se misturam. Passado e presente se mesclam na tentativa de dar sentido à história contada. Com a ajuda de um fluxo de consciência que volta e meia surge no texto, o autor tenta retomar seus pensamentos, suas ações e seus conflitos. Entretanto, a narrativa abarca vários outros personagens que entram e saem do texto dependendo a que tempo, dos quatro que existem, a narrativa se refere²¹.

Intercalar esses diferentes tempos narrativos não tira a fluidez do texto, ele só dá ao leitor a possibilidade de respirar entre as sessões de tortura, que parecem infinitas e percorrem toda a obra. A paz do livro é encontrada no momento da escrita, ou seja, no tempo presente, que surge praticamente no final de todo capítulo em que o autor encontra-se aliviado com o processo da escrita e se debate com os possíveis anacronismos que sua própria memória pode causar. O espaço que abriga o tempo presente altera, mas geralmente em uma praia, deitado em uma rede, o autor apela para a natureza e a presença dos seus dois filhos, Thiago e a recém-nascida Paula, como escape do doloroso resgate do passado.

²¹ No transcorrer da narrativa o leitor se depara com o que Michael Pollak chama de acontecimentos “vividos por tabela”, e personagens “frequentadas por tabela”. É característica de memórias “falar de personagens realmente encontradas no decorrer da vida, de personagens frequentadas por tabela, indiretamente, mas que, por assim dizer, se transformaram quase que em conhecidas, e ainda de personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa”. (POLLAK, 1992, p.2)

No momento em que a nossa narrativa chega nesse momento crucial – o encontro com a tortura – eu olho o mar e já penso. Em algumas poucas coisas e das mais simples. De alguma forma ligadas ao meu desfrute de agora. Todas essas lembranças balançaram comigo dentro dessa rede. E eu há pouco, sempre a olhar para o mar catando as jangadas, quase adormeci pensando em tantas histórias. (POLARI, 1982, p.79)

Paraibano de João Pessoa nascido em 1951, Alex Polari chegou ao Rio de Janeiro aos três anos de idade, era apenas surfista na ocasião do golpe de 1964. Alguns anos depois se transformaria em surfista de esquerda, para depois trocar a prancha pelo fuzil. Fazia teatro no colégio, tinha formação bossanovista, lia Kafka e Machado de Assis, participava de discussões e passeatas, e teve contato com os livros de Marx, Engels, Trotsky, Luxemburgo e Che Guevara através do pessoal da esquerda secundarista. Durante algum tempo Alex esperou que o comunismo o encontrasse, mas não resistiu, foi logo ao encontro dele.

“Vou ser comunista”. A resolução era de algumas semanas atrás. Desde então eu precisava assumir vínculos mais formais com a esquerda. Afinal de contas ia fazer 17 anos, o tempo urgia. No ano anterior quando eu lera o Manual de Afanassiev, o Manifesto e outros livrinhos, eu tinha sentido a minha predestinação: “Eu vou ser comunista.” (POLARI, 1982, p.42)

O tempo urgia, segundo Alex. Podem contestar a prematuridade dos sentimentos revolucionários dessa fração geracional a qual nos detemos em analisar aqui, mas se pensarmos o panorama político, social e estudantil que o Brasil apresentava naquele momento, talvez entendamos melhor esses sentimentos precoces. O Brasil ainda não se encontrava em sua pior crise democrática, a censura ainda era branda e as liberdades civis relativamente respeitadas.

Porém, essa geração começa a se formar intelectualmente estrangulada por um regime civil-militar que se escora em políticas de privatizações, inclusive do ensino público, que implementa, em 1967, o acordo MEC-Usaid, que pretendia, além de definir a política dos ensinos médio e técnico, através do pagamento de anuidades, privatizar as universidades e conseqüentemente obter o controle ideológico da vida universitária.

Esse evento, por exemplo, serviu para que lideranças universitárias entrassem em contato com lideranças secundaristas. Iniciava-se um intercâmbio que desembocaria nas passeatas de 1968 e na formação dos grupos guerrilheiros. Esse encontro forneceu também a possibilidade de Alex conversar com integrantes do PCB que, naquele momento, apoiavam os secundaristas a se oporem ao acordo MEC-Usaid.

A primeira ação de Alex foi fazer uma pichação no seu próprio colégio. O estrago nos muros foi tão grande que ele foi advertido pelo próprio mandante do delito, um integrante do PCB. Essa anedota ilustra bem o sentimento que a geração pós-64 nutria pelo partidão, exemplo de imobilismo e com uma forte tendência para a concretização de alianças burguesas. Eles não entendiam, o tempo urgia. “Compreendemos desde aquele dia, independentemente de qualquer análise política, que nosso ímpeto não caberia dentro do PC.” (POLARI, 1982, p.45)

A grande maioria dos secundaristas ou universitários nesse momento tinham pais que durante muito tempo militaram no PCB, mas desiludiram-se com o informe que Kruchev fez escancarando os crimes de Stalin. Como o PCB não havia se desfeito de algumas ortodoxias stalinistas, ele não tinha o menor crédito para com os jovens que vinham assistindo a todo o processo revolucionário cubano. Cuba serviria como base teórica para quase todas as organizações de esquerda nesse momento. Ela estava mais próxima da realidade brasileira que a soviética, embora essa proximidade também estivesse relativamente distante. Contudo, a estrutura soviética não era mais considerada viável nem pelos velhos comunistas.

É difícil imaginar hoje o que representou a desestalinização para esses pobres diabos. Ter que desacreditar de Stalin quando este era a própria encarnação de tudo – tradição, doutrina, bolchevismo, leninismo, Marx, etc. – ilusão habilmente criada pelos seus propagandistas no curso de uma longa caminhada de progressos reais na União Soviética, mas também de fuzilamentos de toda nata de bolcheviques de primeira linha e o extermínio de milhões de camponeses. (POLARI, 1982, p.76)

Os pais de meus amigos – contaram-me eles – foram chorar no chafariz do Largo do Machado quando ficou evidente que o informe do Kruchev não era uma invenção da CIA (POLARI, 1982, p.76).

O retrato do choque entre essas diferentes gerações formadas na esquerda pode muito bem se dar por essa analogia, que é feita por Alex, para representar o ruir de um sonho revolucionário. O informe de Kruchev para os pais, os tanques soviéticos em Praga para os filhos. Perceber quais as diferenças políticas, morais e culturais entre essas duas gerações, pais e filhos, pecebistas e apartidários, dão-nos a possibilidade de identificar os sujeitos históricos, que constituíram essa fração geracional que se opôs ao regime militar brasileiro.

Caçula de três irmãos, Alex faz pouquíssimas referências a sua família no livro, e de como foi sua criação no Rio de Janeiro. Mas ao contrário do que ele mesmo

destaca, da grande quantia de pecebistas entre as famílias de seus amigos secundaristas, a sua família não o influenciou ideologicamente nesse sentido.

Engraçado. Eu realmente não tenho nenhuma influência de família. Isso era tão comum nos meus amigos secundaristas. Até que meus irmãos por um breve período posaram de comunas. Mas isso não me marcou em nada. Ouvi falar de quebra-quebra de bondes e de que na Rússia tudo era igual, dividido direitinho entre todos. O máximo que ocorreu nessa fase foi que eu comecei a andar com um emblema da foice e martelo. Até que um dia, no curso de Admissão, minha professora me chamou num canto e disse que era perigoso eu andar com aquilo. Podia prejudicar meu pai. Como eu não queria que ele se prejudicasse (tanto mais que ele podia se zangar e tirar minha mesada por exemplo), joguei fora o emblema (POLARI, 1982, p.167).

Homens ou mulheres, jovens, nascidos no pós-guerra aqui nos trópicos, pertencentes a uma classe-média branca em que os pais, lacerdistas ou prestistas, pagam pelo estudo dos filhos, muitas vezes políglotas, que iniciam a fase adulta já em contato com um mundo cosmopolita, de massa. Moradores de grandes centros urbanos com acesso a todas as contradições sociais que a cidade grande nos oferece e com formação intelectual privilegiada, diferente dos indivíduos de cidades pequenas ou até mesmo da zona rural que, na década de 1960, superava em muito o número de habitantes da zona urbana, sem acesso a esses bens culturais dos grandes centros.

Alex se encaixava nessa fração geracional a qual nos referimos, adorava epistemologia, escreve ele, e antes de completar a maioridade já lia com afinco os grandes líderes comunistas. A noite assistia a um Godard ou a um Bergman no cinema Paissandu. “Esse era o clima em que vivíamos. Militantes semivirgens, conseguíamos rimar socialismo com felicidade” (POLARI, 1982, p.80). Classe média e comunismo se encontraram nessa época como se fosse uma história de cinema, mas que não teve um final feliz.

3.2 HERBERT DANIEL: O JEAN DE LÉRY TROPICAL

Esta estória é assim, resumindo: viagens fora da terra do Brasil; como Jean de Léry, mas muito tempo depois e no sentido inverso; narrativa de fatos e coisas acontecidas, ainda na vida e/ou cabeças de viventes neste mundo ao deus-dará; relatos de feitos, desfeitos, tal como se deram, se dariam, se darão, ou como deviam se dar, vistas, ouvidas, vividas, sentidas e pressentidas pelo autor; acompanhado da descrição de notícias curiosas, tão verídicas quanto se pode imaginar; seguidas de referência ao mapa-mundi, com transcrição de diálogos nas línguas dos (sobre)viventes que são narrados e descritos.

Herbert Daniel

No século XVI, Jean de Léry atravessou o Atlântico e chegou ao Brasil, ou melhor, à França Antártica, depois de viajar nas péssimas condições que as antigas caravelas proporcionavam aos seus tripulantes. Nosso autor/personagem fez o caminho inverso como ele mesmo escreve, porém, sua travessia pelo Atlântico se fez pelos ares e não por vontade própria, mas sim pela falta de opção. Chegaria ao Velho Mundo com nome falso, passado falso, história falsa, e ao contrário de Jean de Léry, escreveu suas memórias em solo estrangeiro sem certeza de voltar. Voltou, mas muito depois do que deveria, ficou conhecido como o último exilado brasileiro, virou caricatura televisiva em programa humorístico de rede nacional e por incrível que pareça não abandonou a política. Depois de passar seis anos clandestino em seu próprio país e sete anos exilado, Herbert Eustáquio de Carvalho conseguiu retornar à mãe pátria²².

Herbert, que passou a se chamar Daniel, nasceu em 14 de dezembro de 1946, no estado de Minas Gerais. Seu nascimento “se deu numa cidade de nome curioso. Uma vez escrevi: nasci por lá, nunca a vi, a não ser uma vez na adolescência e ela era empoeiradíssima e pálida” (DANIEL, 1982, p.24), mas ele não conta o nome da cidade. Criado em Belo Horizonte, foi aluno da Faculdade de Medicina da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) e vice-presidente do DCE (Diretório Central dos Estudantes) nessa mesma universidade.

Diferente de Alex Polari, Herbert entra em contato com o mundo das ideias de esquerda só na universidade, torna-se líder estudantil e já em 1967 vira integrante da sua primeira organização de esquerda, a POLOP. Não frequenta as passeatas e manifestações de 1968, no Rio de Janeiro, e quando chega lá, em 1969, já é foragido vivendo na clandestinidade.

Passagem para o Próximo Sonho foi escrito em 1981, na França, mesmo ano do seu retorno para o Brasil. Nesse relato testemunhal, diferentemente de Alex, Herbert não faz questão de contar suas peripécias guerrilheiras nos mínimos detalhes, sua linguagem é mais rebuscada e tanto o conteúdo como a forma do texto literário são estranhos se comparados a outros livros que se valem do memorialismo ou testemunho do período militar no Brasil.

A obra também traz uma boa dose de ironia e sarcasmo aliados a uma autocrítica ferrenha que ele faz a si, seus companheiros e toda conjuntura ideológica e militar que permeou a guerrilha urbana. O autor inseriu também ao final de três de seus quatro

²² No início da década de 1980 o humorista Jô Soares criou o personagem “Sebastião – codinome Pierre”, representando o último exilado brasileiro.

capítulos, “no intervalo do real”, contos possíveis que fazem da verossimilhança seu ponto de reflexão. Essa maneira de lidar com a forma do texto e suas infinitas possibilidades, para Bessa, se dá porque Herbert

Faz jogos com o gênero autobiográfico, os quais os leitores comuns de autobiografias e de memórias (e, especialmente daquelas dos exilados políticos) deve ter achado, no mínimo, estranhíssimo, a começar pelo subtítulo: “um possível romance autocrítico”. Um romance? É possível?! Além disso faz jogos com a narração; como indica o lugar-comum e como convém a um livro de memórias ou autobiográfico, quase sempre a narração de seu livro é na primeira pessoa, mas, às vezes, há uma mudança de foco narrativo para terceira, havendo assim, ligeiras mudanças quanto ao ponto de vista. E mais: Daniel faz de certos capítulos contos à parte. Contos dentro de uma autobiografia? (BESSA, 2002, p.98)

Temos que lembrar também que o livro é dividido em duas partes quase que estanques, em que o enredo sofre uma mudança. Na primeira parte o autor narra o início de sua militância em Belo Horizonte, sua ida para o Rio de Janeiro, suas ações armadas, os sequestros dos embaixadores alemão e suíço efetuados juntamente com Alex, o cerco do Vale do Ribeira, o convívio com Lamarca, a vida dos aparelhos e o cotidiano guerrilheiro. Na segunda parte é narrado o período do exílio passado em Portugal e França que, para o autor, configura-se em apenas um dos exílios pelos quais passou, em que é retratada sua homossexualidade, seu trabalho de porteiro de sauna gay em Paris, e observações gerais feitas acerca dos guetos franceses.

A mudança do foco narrativo para terceira pessoa só se dá em alguns momentos do texto, por exemplo, quando Herbert escreve sobre o processo de justicamento, que é quando a própria organização guerrilheira julga e condena um de seus membros que sofreu na VPR. Ocorre esse distanciamento, citado por Bessa, pois o fato não se passa “comigo”, o autor, mas sim “com ele”, o personagem.

Isso acontece na própria apresentação do personagem que Herbert faz logo nas primeiras páginas do livro:

Nome – vários

(do batismo aos batismos de fogo – como se dizia na época em que se dizia isto. Nem o batismo cristão, nem o outro explicam o que eu sinto hoje. Cresci desde então, embora não me arrependa de nada. Foi preciso). (DANIEL, 1982, p.22)

Naturalidade – mineiro

(o que não é natural; impõe um sotaque e uma natureza quase mineral; silêncios, pedras; barrocos, paisagens arredondando morros velhos, nostalgias novas arredondando dúvidas, dádivas). (DANIEL, 1982, p.23)

Filiação – pai preto, porém militar. Soldado por imposição, humorista por vocação, adulto por contingência, pai por consequência, tímido por gentileza, abrupto por timidez, silente por atavismo. Mãe branca, porém italiana. Operária por descuido, dona de casa por obrigação, rebelde por destinação, domada por destino, arrependida por convicção, sentimental por hipocondria, emocional por atavismo (DANIEL, 1982, p.24).

Como Alex, a família de Herbert, ou seja, seu pai e sua mãe, pois era filho único, não tinha ligações com o pensamento de esquerda, ao contrário, seu pai era militar. Sabemos que nosso sujeito histórico tinha estabilidade econômica, pagou pelos estudos que o fizeram entrar na Faculdade de Medicina, já em 1970 falava três línguas estrangeiras e conhecia a bibliografia comunista acessível da época. Quando foi para o Vale do Ribeira fazer treinamento guerrilheiro, não levou apenas o fuzil na mochila, mas também o *Grande Sertão: veredas*, de Guimarães Rosa. Está claro que Herbert também fez parte do que chamamos fração geracional. Oriundo da classe média, universitário, branco e poliglota. Como Alex, também se maravilhou com o socialismo.

E não haverá dia de surpresa mais maravilhosa do que aquele em que devorei o *Manifesto*, Marx e Engels me convencendo no ato, para os atos futuros que me convenci. Fazer. De repente me vi marxista, por puro gosto. Respostas. Descobri, se não a América, um mundo tão novo quanto: de rebarba, a América de Guevara. (DANIEL, 1982, p.86)

Daí para a prática. O problema era o mesmo, seja no Rio de Janeiro ou em Belo Horizonte. Quais as possibilidades de esquerda que o Brasil naquele momento oferecia? Já era consenso para os jovens a ineficácia de um partido como o PCB. A fórmula social e econômica proposta pelo partidão não servia, muito menos em plena ditadura. Herbert, que foi leitor da *Voz Operária*, periódico do PCB, não consentia com o burocratismo e o reformismo alimentado por eles, além disso, pairavam as acusações de inação do partido perante o golpe.

Na universidade Herbert entrou em contato com pecebistas, mas também já havia lido os documentos da POLOP, o que ele queria mesmo “era entrar na POLOP. Porque ela propunha a luta armada e porque os militantes dela que eu conhecia eram os mais ativos e radicais.” (DANIEL, 1982, p.86) No dia 28 de março de 1967 Herbert Daniel passou a ser oficialmente da esquerda.

Se o acordo Mec-Usaid serviu para o secundarista Alex Polari decidir sobre sua orientação política, tal fator também existiu na universidade com Herbert. Ele mesmo

explica o que se passou com a chegada dos militares ao poder e a implantação de novas coordenadas no ensino da medicina.

A reforma que foi posta em prática naquela escola pouco depois do golpe de 64 emendou porcamente um soneto manco. Para valorizar o ensino técnico, desorganizou-se o velho sistema e o que era inovação só veio criar problemas insolúveis. O tecnocratismo, com sua filosofia estritamente anti-humanista, deslocou o ensino, desligando-o mais ainda do meio social real onde se implantava. Seguindo os modelos aprovados nos países desenvolvidos, a reforma da escola de medicina tornou-a um fenômeno absurdo na sociedade brasileira. (DANIEL, 1982, p.91)

Se analisarmos estatisticamente, podemos observar o grau de importância que os estudantes tiveram no que se trata da formação dos grupos guerrilheiros no Brasil. Não podemos afirmar que a crise ou as reformas nas instituições educacionais do país foram a causa da debandada de jovens estudantes para luta armada, mas podemos sim dizer que foi um fator entre vários outros. A exaustiva pesquisa feita pelo projeto BNM (Brasil Nunca Mais) mostra que dos 2.112 processados pela justiça militar, por estarem de uma forma ou de outra ligados com as organizações armadas, 51,8% eram jovens de até 25 anos. Só na VPR os estudantes chegavam quase a 20% do contingente, seguidos por 11,5% de professores em sua composição. Interessante notar pelos números, também, que nossos autores se inserem em outro levantamento: 57,8% são oriundos da camada média intelectualizada²³.

Os problemas que assolavam as universidades neste momento eram em grande parte consequência da política brasileira, só que os militares não imaginavam o que essa insatisfação estudantil podia gerar. Do campo estudantil para o político o descontentamento era o mesmo, alguém haveria de se rebelar.

3.3 AINDA EM BUSCA DO TESOURO

Nisso bem se pode resumir todo o mal da época. Víamos a gloriosa Revolução de Outubro em todas as partes e ao querermos encarná-la cometemos os erros crassos típicos de qualquer colagem histórica mal feita. Aspirantes ao título de melhor chacrete leninista, pensávamos como os candidatos perfeitos ao trono da mímica revolucionária.

Alex Polari

²³ Dados recolhidos pelo projeto BNM, citados por Marcelo Ridenti em *O fantasma da revolução brasileira*.

Assumindo a maioria, já com seus 18 anos completos, Alex, que deixaria o nome de batismo por alguns anos para passar a se chamar Bartô, iniciava sua empreitada guerrilheira. A clandestinidade já estava de olho em nossa personagem desde o ano conturbado de 1968. Ativo nas manifestações que levaram o governo a endurecer a ditadura, Alex havia acompanhado a morte de Edson Luís no restaurante do calabouço, empolgou-se com a adesão popular na passeata dos cem mil, e se embriagou com a possibilidade de ver a queda do regime autoritário que o cercava.

“Filho da ditadura militar, o Golpe branco do AI-5 tinha sido saudado por nós quase com satisfação, pois coincidia com as análises que nós, a esquerda que preparava a luta armada, defendíamos há algum tempo” (POLARI, 1982, p.119). O AI-5 decretado em dezembro de 1968 pelo general Costa e Silva serviu de alento para a esquerda. Agora as chances da sociedade brasileira trilhar o caminho do socialismo eram maiores. O povo se rebelará contra o autoritarismo, inclusive já deu sua prévia no ano que passou. A tolerância por um regime que endurece cada dia mais, que se desfaz de todo o aparato jurídico legal, que corrompe os direitos civis, vai acabar. Era o que pensavam os militantes mirins, inclusive Alex.

Não demorou muito para a esquerda perceber que esse tipo de análise era falida. A quantidade de documentos escritos pelas organizações de esquerda nesse momento demonstram as posturas teóricas e análises da sociedade brasileira. O caráter da revolução brasileira, que tipo de organização os grupos deveriam ter, e de que forma tomariam o poder, são todas questões que eram debatidas infinitamente pela esquerda brasileira após o AI-5²⁴.

Aí se encontra um problema que perpassou todo o período da guerrilha urbana no Brasil, a incapacidade da esquerda se aglutinar para combater a ditadura. Divergências teóricas foram muito importantes para o esfacelamento da esquerda em pequenos grupos, com alguns poucos combatentes, que queriam cada um ao seu modo encontrar o caminho para levar a sociedade brasileira para o socialismo. Formaram-se grupos de toda espécie, alguns mantiveram relações, efetuaram expropriações, sequestros e definitivamente agiram em conluio, mas a ausência de mediações conjuntas pela parte da esquerda foi crucial quando o regime começou a dismantelar esses pequenos grupos.

Alex, ou Bartô, inicia o ano de 1969 pertencendo à Vanguarda Popular Revolucionária, a VPR. Surgida em 1968, a VPR teve duas fases distintas, a primeira que surgiu da fusão entre a ORM-Polop e o MNR que, mais tarde, já em 1969, se juntariam aos

²⁴ Os principais documentos produzidos pelas organizações de esquerda se encontram no livro *Imagens da Revolução*, organizado por Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá (2006).

COLINA de Minas Gerais para formar a VAR-Palmares. Por divergências teóricas referentes à concepção da luta armada a VAR-Palmares não durou muito tempo e se desmembrou, fazendo com que surgisse dessa fusão a nova VPR. É dessa segunda fase da VPR que Alex fez parte. Para ele, a tentativa de unir a esquerda em um bloco só, que foi a tentativa da VAR-Palmares, acabou em um malogro, em uma desilusão. Ficou com a VPR e as coordenadas teóricas de Jamil, codinome do professor Ladislau Dowbor.

Não enxergando possibilidade para escapar da crise do capitalismo no Brasil, a esquerda pensava em como o socialismo podia impulsionar as forças produtivas e melhorar as relações de produção. O socialismo era a única saída para a estagnação econômica que o Brasil vivia, e as teses de Jamil pareceram convenientes a Alex que se tornava um “jamilista”.

Gostava da sofisticação teórica que Jamil fundamentava seu esquerdismo vanguardista. Mas na época chamávamos isto apenas de ousadia. Nosso lema não era “Ousar lutar, Ousar vencer”. Pois então? (...)

Eu já estava de saco cheio de blá-blá-blá burocrático ou do revolucionarismo teórico. Quando Jamil, depois de uma discussão profundíssima, deixava de lado essa erudição de ex-aluno de Mendel, sua formação de economista brilhante etc e dizia: “Negão, o negócio é sair pra porrada”, isso me entusiasmava, mais do que todo o “bom senso” de Teotônio, seu “marxismo-leninismo” ferido. Além do mais, meu coração tinha uma tendência irresistível de pender para a esquerda. Eu tinha feito uma opção guerrilheira, não pretendia ser mais nem o dirigente político do partido que supostamente deveria “dirigir o fuzil”, nem um burocrata cinzento consumido no tareferismo mais rasteiro. Tratava-se de chegar a Revolução pelas vias que não fossem as tradicionais, diferentes das versões dogmáticas e mecânicas dos clássicos. Estas sim estavam falidas ou, no mínimo, passíveis de suspeição. Eu podia ser até meio porra-louca, mas isto não era uma consequência de qualquer ingenuidade esquerdista primária. Nossa porra-louquice era altamente intelectualizada. Jamil nos dera apenas a superestrutura teórica necessária, uma “respeitabilidade de veteranos” à nossa jovial predisposição de ir quebrar o pau (POLARI, 1982, p.138).

As teses de Jamil influenciaram o rumo que a VPR iria tomar dali em diante. Elas enxergavam na burguesia seu inimigo imediato e no imperialismo seu inimigo principal. Tais teses condenavam os países periféricos a um subdesenvolvimento contínuo e a uma estagnação econômica irreversível. O capitalismo não dava chance para esses países se desenvolverem, a metrópole seria a única beneficiada com o sistema capitalista, por isso a constituição de um Estado Socialista independente se fazia necessário.

Até então a velha fórmula do partidão era validada por muitos grupos de esquerda: formar alianças com os setores liberais e a burguesia para fortalecer o capitalismo, para depois pensar no socialismo. As teses de Jamil, além de se livrarem de vez da fórmula

das duas etapas da Revolução, introduziram a análise acerca do chamado lumpem-proletariado, para ele, fundamentais no processo revolucionário, haja vista o crescimento desgovernado das cidades, que semeiam um séquito de indigentes e desempregados, e que acabam por formar um contingente de marginalizados sem acesso a nenhum tipo de apoio do Estado.

Alex escreve:

O projeto da VPR era criar uma organização de combatentes (Jamil se inspirava muito na experiência argelina) que fosse uma vanguarda capaz de fornecer através do exemplo de luta, da propaganda política concreta, através da luta armada (a isso chamávamos propaganda armada), as condições para formação no campo do Exército Revolucionário e nas cidades de um forte movimento político e militar em apoio à atuação política desse “exército popular”. Dentro dessa armação é que se daria a luta civil de classes e caberia ao proletariado e seus aliados forjar a hegemonia ideológica desse bloco, avançar em suas lutas e formas de organização, enquanto caberia ao campesinato pobre (ganho pelo programa proletário para tomar o poder político das mãos da burguesia e seu exército) ser a base social para a criação do exército popular (POLARI, 1982, p.140).

Se não houvesse nenhum empecilho no caminho da VPR, provavelmente esse projeto continuaria sendo uma utopia, mas contra eles se encontrava um regime civil-militar. Os laços entre vários setores da sociedade se estreitavam cada vez mais quando se tratava de coibir as ações da esquerda. Nesse momento andavam de mãos dadas as Forças Armadas, os latifundiários, os empresários, a mídia e boa parcela de uma sociedade conservadora que começava a saborear o milagre econômico brasileiro.

O Exército era mais bem preparado militarmente que a guerrilha. O campo era completamente dominado pelos grandes agricultores. A indústria se fortalecia e com ela seus empregados e empregadores. E a propaganda do regime era propalada por todos os meios de comunicação em todo o território nacional. A possibilidade de concretização dessa utopia, aos olhos de hoje, eram mínimas, mas não foram poucas as vezes em que a esquerda efetuou conquistas.

A VPR em particular realizou algumas ações de grande repercussão, em 1969 expropriaram as armas do 49º Regimento de Infantaria de São Paulo e fizeram a maior expropriação de dinheiro até então, no valor de US\$ 2,5 milhões, do cofre do ex-governador de São Paulo, Adhemar de Barros. Em 1970, sequestraram o cônsul japonês em São Paulo, e sequestraram, também, com ajuda do nosso personagem, os embaixadores da Alemanha e Suíça. Alex narra em detalhes tais sequestros que desembocaram na libertação de mais de cem militantes presos.

Após o início das expropriações efetuadas em bancos e principalmente depois do sequestro do embaixador americano, os militares começam realmente a lutar contra a guerrilha urbana. Até então eles não estavam preparados para enfrentar esse inimigo interno inesperado. A guerrilha urbana forçou o exército e a polícia a trabalharem juntas, inclusive criando todo o aparato de repressão, formais e informais, legais e ilegais, que iriam, em um futuro próximo, acabar com a guerrilha.

Em 1970 o cerco já começa a se fechar para guerrilha urbana, e isso causa um afastamento das práticas de propaganda e de aliciamento que a esquerda até então conseguira efetuar. A distância dos trabalhadores era cada vez maior e, uma vez que a clandestinidade forçou à reclusão os militantes, ficava praticamente impossível continuar com os trabalhos de fortalecimento ideológico da classe trabalhadora.

Isolada após a repressão militar e policial, a guerrilha urbana abandonou o sonho de representar uma classe social e adentrou em uma dinâmica interna de manutenção dos grupos armados. As mortes e prisões de companheiros eram cada vez mais difíceis de serem substituídas, diminuindo o número de combatentes. E o círculo vicioso de expropriações e sequestros para libertação de companheiros, além de não trazer apoio popular, servia apenas para exilar os libertados em outros países. Ninguém ficava no Brasil dando apoio ou retornava à clandestinidade. Alex avalia esse distanciamento praticamente de todos os setores sociais, e como a estrutura guerrilheira da VPR ficou defasada.

Queríamos uma organização guerrilheira e ao mesmo tempo leninista. Abandonávamos do leninismo a sua única virtude, a saber, a operacionalidade de sua visão de Partido, uma forma específica de organização de uma restrita vanguarda de classe capaz de tomar o poder político com um golpe de mão e um relativo apoio popular (mesmo sem consenso ou hegemonia de outras classes).

Passamos portanto a manter um vínculo deteriorado com as tradições clássicas do marxismo-leninismo, não levamos a intuição de sua crítica à sua consequência lógica. Resultado: a organização, por necessidade de sua própria lógica (o objetivo militar, a prioridade da segurança, já que a maior garantia de segurança, os vínculos sociais, foram relegados para depois), se transformou numa estrutura muito mais repressiva, alienante, centralizadora do que o leninismo de Partido. Um leninismo aleijão, complexado, de província. (POLARI, 1982, p.141)

Na fase final da guerrilha o que sobrou foram alguns grupos, seitas ou espécies de “famílias”, com poucos combatentes que simplesmente sobreviviam dentro de uma espécie de guerra particular. Não existiam mais vínculos com a sociedade e o inimigo não se constituía no Estado, na burguesia, no imperialismo ou no que quer que seja, mas sim

no próprio aparelho repressor montado para combatê-lo. A ação política se reduziu a quase nada e a guerrilha foi tombando até a queda do último militante.

Divergindo da figura do secundarista de esquerda em plena euforia com as passeatas e manifestações de 1968, do adolescente intelectualizado, apaixonado e altruísta, preocupado com a situação dos excluídos e oprimidos da sociedade, Alex, paulatinamente, narra o esfacelamento dos grupos armados e avalia este momento da esquerda no Brasil.

Fomos uma esquerda sem capacidade de transformar o que nos propusemos, porque fomos uma esquerda sem rostos, uma réplica tacanha do fetichismo de Estado que quisemos destruir. Em lugar deste, inventamos o fetichismo de seita. Cada militante se transforma num mini-Estado. (POLARI, 1982, p.258)

Geralmente as memórias dos militantes de esquerda que lutaram durante a guerrilha urbana têm uma carga emocional, pessoal e crítica muito pesada. Fazer a autocrítica, justificar e explicar ações, avaliar os procedimentos individuais e coletivos adotados pelas organizações são parte constituinte do discurso da testemunha, mas devemos entender que o processo político que se desenvolveu no Brasil é único e particular de uma determinada conjuntura.

As organizações guerrilheiras têm que ser entendidas dentro do quadro social a que elas pertenciam e pretendiam modificar. Quando o autor mostra como a esquerda armada ficou isolada e marginalizada, ele mostra um movimento de toda a sociedade brasileira, que vivia entre a repressão e o desenvolvimento econômico que servia como camuflagem em todos os sentidos. A partir do momento em que o isolamento e a dinâmica interna se sobrepuseram e o diálogo democrático teve fim, não havia como a luta armada não acabar.

3.4 PASSAGEM PARA O PRÓXIMO SONHO, QUAL SONHO?

Intuíamos então, bem ou mal, os problemas políticos que envolviam o ensino da medicina. Incapacitados de ver como agir politicamente naquele campo estreito da vida social, transbordamos nossas preocupações para o conjunto da sociedade. Fomos procurar a Revolução noutros descampados.

Herbert Daniel

Deixando a universidade antes de se formar para adentrar no mundo da guerrilha, Herbert também deixa a POLOP e entra nos COLINA (Comandos de Libertação Nacional), onde começaria a atuar efetivamente nas suas primeiras ações armadas. A construção de alguns diálogos no texto se tornam engraçados para o leitor, pois mostra a ignorância, segundo Herbert, daqueles jovens que, de uma hora para outra, se viram praticando crimes, enfrentando a ditadura de arma em punho. Em um desses diálogos, que acontece antes da primeira ação de Herbert, um assalto a banco, ele pergunta como se manuseia a arma para um companheiro, ele responde: “se tiver que atirar, aperte o gatilho aqui, e a bala sai aqui na frente.” (DANIEL, 1982, p.17)

A análise das organizações de esquerda, embora destoe acerca de alguns detalhes, basicamente era a mesma em todo o país. Não haveria outra opção para enfrentar a ditadura senão militarmente, o poder já havia controlado as massas e impedia que elas se organizassem para efetuar qualquer tipo de oposição ao regime, essa tentativa de chamar o povo para o levante era de responsabilidade das vanguardas políticas, no caso, as organizações guerrilheiras.

O cerne dessas análises estava claro para a grande maioria, o objetivo principal seria a guerrilha rural. A guerrilha urbana se fazia necessária no sentido de arrecadar dinheiro para composição dos focos guerrilheiros no interior. A expropriação de bancos, carros, cofres quando possível, serviam, a princípio, para dar sustentação a implementação do foco guerrilheiro, que assim, conseguiriam dar continuidade a guerra e unificar as ações revolucionárias, coisas difíceis de se fazer com a guerrilha urbana que agia isoladamente e momentaneamente.

Tal perspectiva revolucionária vinha do recente “sucesso” da Revolução Cubana. Menos de dez anos haviam se passado e ao que parecia tudo estava dando certo. A ideia do foco guerrilheiro no campo foi aderida por muitas organizações na teoria, mas, na prática, ela quase não existiu. A guerrilha do Araguaia, que não deixou sobreviventes, foi a tentativa isolada de infiltração guerrilheira pelo campo.

O círculo vicioso de sobrevivência das organizações foi sentido por Herbert em Minas Gerais e também no Rio de Janeiro, aonde chegaria em 1969, já clandestino. Herbert avalia a prática das organizações:

Rapidamente as Organizações que começaram a preparar a guerrilha urbana entraram num círculo vicioso: ações de subsistência para fazer outras ações de subsistência. Mais do que um aspecto marginal da prática política, este círculo começou a funcionar como dinâmica constituidora: a dinâmica da sobrevivência. Que não era uma imposição das circunstâncias, apenas. Tornou-se o modo de existir destas organizações. A evidência é grande: todas as organizações, não importando sua linha política, não importando nem mesmo a quantidade de recursos disponíveis, viveram a mesma história. Todas se consumiram nesse sorvedouro. (DANIEL, 1982, p.21)

Uma das tentativas de se estabelecer no campo, mais como centro de treinamento do que como constituição de um foco guerrilheiro, foi feita no Vale do Ribeira, que fica localizado no sul do estado de São Paulo. Sob a liderança do capitão Lamarca, a VPR se afastou da cidade para ter tempo e espaço com a finalidade de treinar suas táticas guerrilheiras. A informação de onde eles estavam localizados vazou e foi montado um cerco gigantesco pelos militares, pois a área era muito grande. O que os militares não esperavam era que a primeira leva de fugitivos sairia de lá de ônibus. Herbert estava nesse grupo, saiu ileso.

Ao chegar ao Rio de Janeiro, ele encontra uma VPR quase que desmantelada, com pouquíssimos “quadros”, sem dinheiro e com seu principal líder, Lamarca, ainda preso no Vale do Ribeira. O ano de 1970 se mostra vazio ao que se trata de novos recrutamentos e do trabalho com as massas. A subsistência ainda era a lógica predominante.

Nenhum recrutamento. Nenhum crescimento real. Manter-se já era uma vitória. Evidentemente não era possível recrutar novos quadros. Onde? A VPR tinha cada vez menos contatos “exteriores”. Como fazer movimento de massa? Como trabalhar em sindicatos ou outras organizações de massa? A relação com a massa fazia-se abstratamente, através da repercussão das ações. E daí? Sem trabalho junto às massas não havia como encontrar adeptos. (DANIEL, 1982, p.58)

Herbert destaca bem no seu livro determinadas características das organizações de esquerda que, na sua avaliação posterior, demonstram o porquê da ineficácia das suas ações. Levando em conta a lógica das organizações, elas passavam por uma espécie de preparação política. Era um treino teórico, ideológico e militar para o que viria depois, o poder político. Para Herbert, a dinâmica da sobrevivência foi sustentada por esse momento de espera, essa ideia de preparação, que cria artificialmente um tempo político que de fato não existe. Nesse caso, as organizações se reduziram a seitas que acreditam em um futuro messiânico que uma hora ou outra chegará. Na espera, a seita se fecha em si mesma, entre pessoas que compartilham uma mesma perspectiva ideológica, e esperam um mesmo fim.

O pior é que essas seitas em que se transformaram as organizações guerrilheiras só perdiam adeptos. Mortes e prisões fizeram com que a VPR, em meados do

ano de 1970, tivesse apenas seis integrantes. Seu líder Lamarca abandona sua tropa para se juntar ao MR-8 em uma tentativa frustrada de compor um foco guerrilheiro no campo, que acaba com a sua morte. O pior golpe sofrido pela VPR, e que determinaria seu fim, seria a infiltração de um personagem controverso da história brasileira: Cabo Anselmo.

No dia 25 de março de 1964, o líder da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil foi o protagonista de uma sublevação que exigia a soltura de 12 dirigentes da AMFNB. O que era para ser uma comemoração se transformou em assembleia e evento histórico importante na conjuntura do golpe de 1964. No Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro é que foi instalada a crise no seio da Marinha. Jango foi complacente, não prendeu nenhum dos amotinados e ainda substituiu o ministro da Marinha. Poucos dias depois ele seria deposto. Esse líder acabou se transformando no mítico Cabo Anselmo, agente duplo que militou tanto na esquerda quanto na direita. Depois da instauração do regime militar, Cabo Anselmo foi preso e, sem muitas explicações, solto em 1966.

Segundo ele, sua cronologia é a seguinte: após ser solto pelos militares em 1966 ele consegue fugir para o Uruguai. Lá encontra Lionel Brizola que o ajuda a viajar para Cuba. Fica de 1967 a 1970 em Cuba, realizando um treinamento guerrilheiro e já fazendo parte da VPR. Volta clandestino ao Brasil em finais de 1970. No começo de 1971 é preso pela equipe do delegado mais conhecido do DOPS de São Paulo, Sérgio Paranhos Fleury.

Segundo sua última entrevista, concedida em 17 de outubro de 2011, veiculada pela TV Cultura, Cabo Anselmo afirma ter sido barbaramente torturado, não por Fleury, com pau-de-arara, choques elétricos e tudo mais. Depois das torturas ele se transformou em um “cachorro” de Fleury. Ele mesmo, o Cabo Anselmo, não tinha operacionalidade nenhuma segundo ele mesmo conta. Não mandou matar nem torturar ninguém. Porém tinha uma espécie de “sombra” ao seu lado que se infiltrava juntamente com ele nas organizações guerrilheiras. A traição de Cabo Anselmo seria fatal não só para VPR, mas para muitas outras organizações²⁵.

Nessa entrevista, ele tenta elucidar o aspecto ideológico que influenciou a sua tomada de posição. Ele afirma que ao entrar em contato com o socialismo cubano se desencantou e, ao voltar para o Brasil, queria sair do lado da insubordinação. Seja por tortura ou por ideologia, pesam em seu currículo dezenas de mortes que ele ajudou a executar, direta ou indiretamente. Uma das acusações que recaem sobre ele é de ter sido o responsável pela tortura e morte de seis militantes no Recife, em 1973, que ficou conhecido como “o massacre

²⁵ Cabo Anselmo foi o entrevistado do programa da TV Cultura, “Roda Viva”, liderado pelo jornalista Mario Sérgio Conti.

da chácara São Bento”, entre eles foi assassinada sua mulher que supostamente estava grávida, pois um feto foi encontrado do lado de seu corpo. Anselmo nega a gravidez.

Pois bem, o Cabo Anselmo cruza o caminho de Herbert Daniel também como algoz. Fez parte dos tribunais da guerrilha. Durante o processo que culminou com a pena de “justiçamento” para Herbert, o Cabo estava lá, deliberando sobre a vida ou a morte dos seus “companheiros”. E as acusações de agente infiltrado da polícia já recaíam sobre ele. Herbert escreve indignado com a situação com a qual ele foi se deparar. Felizmente as organizações estavam tão desestruturadas que não conseguiram achar gente para fazer o serviço, acabar com Herbert. Herbert foi condenado por propor a desmobilização da VPR, que se encontrava praticamente destruída. A autocrítica levava em conta a ineficácia da dinâmica de sobrevivência na qual a VPR havia se estabelecido e da necessidade de reorganização imediata, o que aconteceria fora do país.

Segundo Herbert:

A crise era tão intensa que Anselmo conseguiu manipular afrontosamente a verdade. Pior: participa de um grupo que envia de retorno ao Brasil inúmeros companheiros.

Como as suspeitas começam a tomar corpo, a veracidade da informação parecendo incontestável, procurou-se averiguar seu conteúdo. O método da verificação não foi buscar a fonte da informação; foi questionar o... Cabo Anselmo!

Teatral, o policial apelou para hipocrisia. Tira o revólver da cintura, coloca sobre a mesa, compungido:

- Se vocês acreditam nesta infâmia, podem me matar.

Sensibilizados pelo gesto, os companheiros botam panos quentes. Fazem autocrítica. (DANIEL, 1982, p.67)

Cabo Anselmo foi absolvido pelos juízes da guerrilha, diferente de Herbert. Tais situações nos mostram como as organizações guerrilheiras acabaram por se aproximar do terrorismo²⁶. O homicídio deliberado começara a fazer parte da realidade dos grupos armados e mais uma vez eles se viam em uma luta interna pela sobrevivência. Os inimigos ficaram em segundo plano enquanto esse tipo de manutenção era feito para não deixar a engrenagem parar.

Para Herbert:

²⁶ Terrorismo, nesse caso, configura-se como ação armada contra civis e a violência utilizada para fins políticos, não contra as forças do Estado, mas sim para com seus cidadãos.

Tal era nossa perplexidade que, em outras circunstâncias, caso contássemos com mais quadros e melhores recursos, creio que dificilmente teríamos escapado do terrorismo. Houve mesmo uns tristes poucos, já alucinados, que não souberam tornar-se remanescentes e não recuaram nem mesmo diante do homicídio. (DANIEL, 1982, p.117)

Outro caso que Herbert cita para exemplificar a proximidade entre as ações armadas e o terrorismo político é o sequestro do embaixador suíço, que ocorreu em dezembro de 1970 e adentrou janeiro de 1971. Terrorismo porque a VPR manteve o embaixador enclausurado durante 40 dias, o que não teria problemas, caso não fosse o completo desconhecimento da população em geral. Era uma luta entre dois inimigos, apenas isso. A VPR havia perdido qualquer tipo de comunicação com as massas, a repressão controlava todos os meios de comunicação e o processo de negociação foi completamente esvaziado no cenário político nacional. Após abrir mão de várias reivindicações, a VPR aceitou a libertação de setenta presos políticos, ainda que vários nomes não tivessem sido aceitos pelos militares.

No final do ano de 1971 a VPR está praticamente destruída, nosso personagem sai de cena e vive foragido, enclausurado e clandestino durante dois anos no Rio de Janeiro com seu parceiro Claudio, que iria acompanhá-lo até o fim da vida. De 1972 a 1974 Herbert viveu vendo seu rosto nas telas da televisão e em cartazes espalhados pela cidade, ele era um dos procurados.

Conseguiu chegar à Argentina para viajar clandestino para a Europa, mais especificamente Portugal. Allende já estava morto e Pinochet já comandava o Chile. Portugal estava vivendo a Revolução dos Cravos e, como se não bastasse, Herbert voou atrás da Revolução. Tinha início o segundo exílio do nosso personagem, época de “imobilidade e confusão, um exílio sem nome que se passava nos campos de um planeta desconhecido e triste”. (DANIEL, 1982, p.46)

3.5 A VIA CRUCIS DO EXILADO

Exílios.

O exílio, como afastamento, é uma das formas do silêncio. E vice-versa.

O exílio é o grande asilo para dissidentes. Não importa sua situação geográfica: o exílio é antes de tudo uma localização política e ideológica.

Um dos meus exílios se passou no asilo, relativamente confortável, em Portugal, depois na França. Os outros exílios posso localizar menos precisamente – e o palco foi também o Brasil... e depois: a esquerda, a família, a militância, e assim por diante. Não há pior desterro do que aquele que se vive no meio duma gente que fala uma língua que parece ser a nossa.

O exílio como forma de afastamento e exclusão, ao contrário do que muitos pensam, é uma prática comum no Brasil desde o golpe de 1964. Líderes de partidos de oposição, líderes sindicais ou de movimentos sociais, professores, estudantes, jornalistas, cantores, pintores, escritores, militantes de organizações de esquerda, entre outros, sofreram com o exílio. Uns a pedido do Estado se retiraram do país, outros, como Herbert Daniel, fugiram.

Entre os exilados do regime militar podemos encontrar duas gerações diferentes: os que foram exilados logo após o golpe e a nossa fração geracional que, logo após a implementação do AI-5, começa a se espalhar pelo mundo. Por exemplo, uma grande quantidade de presos políticos acabaram por se tornar exilados graças aos sequestros efetivados por nossos personagens. Com destino à Argélia, Moçambique, França, Suécia, Portugal, entre outros, os jovens que buscavam unidade para lutar contra a ditadura militar se fragmentaram entre diferentes continentes, a dificuldade de ação, para os que queriam continuar lutando, era enorme.

Até 1973, antes da morte de Allende, ainda estava impregnada na América Latina a ideia de que existiria uma revolução continental, a volta dos exilados era certa. Herbert já sai do Brasil com Pinochet no comando. A última e talvez única esperança do continente havia esmorecido.

Herbert Daniel saiu do Brasil (que ironia!) no dia 7 de setembro de 1974. Depois de dois anos clandestino dentro de seu próprio país ele conseguiu embarcar para Portugal. “Depois de muitos anos fui capaz de parar quieto num café, num banco público, mesmo na calçada, se me desse vontade.” (DANIEL, 1982, p.144) A sensação de liberdade renascia em nosso personagem – pela primeira vez, em anos, ele não era procurado, pelo menos no mesmo continente, pela polícia, pelo exército e até mesmo pelas organizações guerrilheiras.

Em 1976 ele chegaria à França e trabalharia em vários lugares. Ao contrário de muitos exilados que tiveram a possibilidade de concluírem seus estudos, especializarem-se ou lecionarem nas universidades estrangeiras, Herbert não havia concluído seu curso de medicina e não procurou empregos convencionais. No seu livro ele conta, como se fosse um pequeno diário, a sua vida como empregado de uma sauna gay.

Sua narração nos leva ao fundo da cultura dos guetos parisienses na década de 1970. Surubas e bacanais são a rotina do personagem que se encontra exilado geograficamente, mas começa abrir mão do exílio sexual. É no exílio, nos guetos de Paris, que Herbert enfrenta sua homossexualidade e a coloca na pauta de debates da esquerda exilada.

Para Denise Rollemberg²⁷, principal pesquisadora sobre o exílio e os exilados brasileiros, a vida no gueto estrangeiro significava:

Uma tentativa de amenizar as inseguranças do exílio, de se resguardar da rejeição e dos preconceitos contra o estrangeiro, de evitar o estranhamento em relação à sociedade, para muitos, de sobreviver. Voltando-se para os que tinham uma história comum, buscavam recuperar o passado que dera sentido à vida, reconhecendo-se naquela cultura que ia muito além dos pratos típicos, enfim, preservando a própria identidade. Ao longo da história, a vida em gueto é constantemente um recurso do qual diferentes grupos sociais, em diferentes épocas e lugares, lançaram mão quando viram a identidade ameaçada ou questionada. O gueto foi, portanto, uma forma de resistência, a negação da negação, a luta contra a fragmentação (ROLLEMBERG, 1999, p.23).

O exílio significa a perda de referências, a perda do sentido de luta e a derrota de um projeto político. Significa o estranhamento perante outra cultura, outra língua. A identidade é afetada e acarreta em um processo de constante renovação e crise. Os valores são modificados, para uns, abriram-se novas possibilidades, para outros, restou o suicídio. A crise de identidade afetou todos os exilados, mas poucos conseguiram reconstruí-la.

A ideia de transitoriedade também fazia parte da vida do exilado. Como se a identidade vivesse um interlúdio, mais um momento de espera, de preparação. Inclusive essa é uma das características que impregnaram a esquerda em toda essa conjuntura. Estavam sempre esperando o próximo passo, e no exílio essa sensação se acentua, também porque não havia muito que fazer, esperar era a única saída.

Uma das opções do exílio era uma certa mitologia da *volta*. Supostamente vivia-se esperando o momento da volta. A esterilidade da espera imitava a miragem do vácuo. A política da volta não era centrada numa atividade criativa, mas no compasso da transitoriedade. Mais uma vez, uma política que preparava o momento onde começaria a vida política, outra preparação pré-política. Essa eu conhecia bem. Não estava bem (DANIEL, 1982, p.153).

Outros mitos cercaram os militantes que se encontravam no exílio. O “mito da terra” concedia o papel da prática política para os militantes que se encontravam no local onde acontecia a luta, no caso, o Brasil. Os militantes exilados poderiam se articular e organizar a partir das determinações vindas de fora. Quem estava em território brasileiro seria responsável pelas ações e pela conduta dos grupos de esquerda. Quem estava fora das fronteiras brasileiras receberia orientações apenas, sem o poder de intervenção direta na luta,

²⁷ Denise Rollemberg se utilizou de muitas entrevistas e farta documentação nacional e internacional para compor o principal estudo sobre o exílio e os exilados brasileiros no seu trabalho *Exílio: entre raízes e radares*.

por estar geograficamente incapacitado de colocar em prática qualquer tipo de ação. Até por isso era sempre presente também a figura do militante que chega da “terra” para o exílio cheio de informações e orientações novas.

O “mito do país socialista” congregava os grupos de militantes que se exilaram em países socialistas. Provavelmente o fim do sonho para muitos militantes que se depararam com cenários políticos, econômicos e sociais que não se encaixavam nas suas teorias, muito menos na propaganda destes regimes. Seja em Cuba, Alemanha Oriental ou Tchecoslováquia, o socialismo não dava conta das dinâmicas sociais da maneira que os militantes estudavam e acreditavam. Em certo sentido, o exílio serviu como gota d’água para muitos romperem com o socialismo.

Também existiu o “mito da acolha”, que deixa transparecer certa ambiguidade no tratamento dado aos exilados pelos países que os acolheram. Enquanto muitos países foram solidários e se mobilizaram para receber os exilados políticos da América Latina, sempre existiram setores da sociedade que achavam inaceitável a presença de “terroristas” em seus países. Também os órgãos do governo lidavam de maneira ambígua com os exilados. Ao mesmo tempo em que concediam o asilo, mantinham comunicação com os órgãos do governo brasileiro, ou impediam a entrada de um ou de outro militante. Os contratempos nesse sentido são muitos, e o “mito do país de acolha” nunca foi tão acolhedor assim²⁸.

Herbert foi “acolhido” no país dos exilados, a França. Segundo Rollemberg, a França restringiu em muito a concessão de vistos e asilo político, principalmente para latino-americanos, após o maio de 1968 francês. Porém, o golpe do Chile sensibilizou a comunidade europeia e principalmente a esquerda francesa que passou a receber os exilados. Herbert escreve sobre tal solidariedade:

Enquanto “esteve na moda”, em torno do golpe organizaram-se solidariedades. Todo exilado era bem recebido. A esquerda francesa movera mundos – do Primeiro ao Terceiro – e fundos – dólares, francos e outros tuchos – para facilitar a vida dos recém-chegados. A atitude da esquerda francesa nesse momento é uma das mais belas demonstrações de amor que conhecem. O que não exclui um ligeiro verniz de racismo em relação a um mundo (Terceiro), que fascina o francês de esquerda e que se lhe apresenta como incógnita. (DANIEL, 1982, p.150)

²⁸ Para ver os mitos dos exilados: ROLLEMBERG, Denise. 1999a.

Nesse país Herbert ficaria até a prescrição do seu caso, que não se deu com a lei de anistia de 1979, mas sim, em 1981. Por mais que seu cotidiano passasse pelos guetos franceses, sua personalidade política continuou se destacando pela inserção de debates não muito ortodoxos para esquerda, não só brasileira, mas mundial.

3.6 HOMOSSEXUALIDADE E POLÍTICA

Não sei como é que o materialismo histórico pode explicar a homossexualidade.

Herbert Daniel

Essa foi uma das dúvidas acerca do socialismo que Herbert sempre teve, sobre o homossexualismo. Ele já se sabia homossexual desde cedo, virou guerrilheiro sendo homossexual, sequestrou embaixadores sendo homossexual, liderou uma das organizações de esquerda mais radicais sendo homossexual, porém enrustido, escondido. Suas conversas íntimas só aconteciam no plano pessoal, a sexualidade não era item de discussão nem da direita nem da esquerda.

Ele escolheu uma das opções que pareciam viáveis. Se tornar guerrilheiro e esquecer a sexualidade, isso ficava para depois, o importante naquele momento era a revolução. Tomando essa atitude que ele chama de “pequeno-burguesa” e até mesmo “reacionária”, Herbert nunca transpareceu seus problemas pessoais durante o período da guerrilha no Brasil. “Trepei menos e mais escondidinho” (DANIEL, 1982, p.86). Foi deixado para depois. E o depois chegara, no exílio.

Para Herbert um dos resquícios de totalitarismo que a esquerda alimentava era justamente o de evitar que se discutissem e debatessem problemas que eram inerentes a causas políticas, no caso, a sexualidade. Se lembrarmos do contexto dos anos 1960 em que o movimento hippie, dos negros e dos homossexuais ganham força, Herbert seguia uma onda que se alastrava há mais de uma década no ocidente. O que ele queria era acabar com a ortodoxia do pensamento de esquerda que se propunha de vanguarda. A esquerda fazia o mesmo discurso do silêncio que, por exemplo, os militares fazem até hoje acerca dos crimes cometidos pela ditadura. O silêncio, nesse caso, aparecia como sintoma de uma esquerda conservadora e atrasada.

Herbert escreve sobre essa situação:

Raramente o preconceito contra a homossexualidade (em geral, e a sexualidade em particular) se mostra assim, na esquerda, como agressividade aberta. É mais ou menos corrente a definição: preconceito é coisa de burguês reacionário, obscurantismo é técnica das ditaduras (...) a esquerda que não quer ter preconceito, tem preconceito de ter preconceito. Valem elas por elas (...) a forma mais geral de se falar sobre homossexualidade é o silêncio. Esta mudez (censura) é um dos mais renitentes resíduos do totalitarismo. Porque se diz, calando-se, “compreensivo”, que entende o “aleijão” dos outros. A (homo) sexualidade é sempre coisa alheia (marginal), impertinente, sempre um “problema” médico, jurídico, ideológico, ou o que o valha. (DANIEL, 1982, p.215)

Em Paris formou-se o Grupo de Cultura do Comitê Brasil pela Anistia (CBA), que tinha como finalidade discutir cultura, literatura, teatro e arte entre os exilados, como forma de atividade unificadora e frutífera. Nomes como José Celso Martinez Corrêa e Augusto Boal frequentaram tal Comitê.

Em 1979 Herbert Daniel propõe ao CBA um debate: “Homossexualidade e Política”. Para não quebrar as tradições, a simples proposta do debate quase causou um racha de grandes proporções no CBA. Muitos eram pró e muitos eram contra. Segundo Herbert, surgiram censuras do tipo: “o homossexualismo é doença”, ou, “é resultado da decadência do capitalismo” (DANIEL, 1982, p.214). Depois de serem acusados de quererem desestabilizar o CBA, e mesmo assim ganharem o direito de realizar o evento, o grupo dos que eram pró resolveu fazer o debate em outro lugar, de forma autônoma, anônima e marginal, como era de costume para os homossexuais²⁹.

O evento acabou sendo realizado na Casa do Brasil, na Cité Universitaire, que ficou lotada de gente querendo ver. Quem organizou e conduziu o debate foram os companheiros Herbert Daniel e Cláudio Mesquita, que já viviam juntos há muito tempo, e que fizeram da sala de debates um verdadeiro banheiro. Instigando os participantes, as paredes foram revestidas de imagens, slides e ilustrações que convergissem com o tema abordado, na parede se encontrava o título do encontro “Estamos todos no mesmo banheiro”. Para as pessoas que participaram do evento, seria uma noite inesquecível em que vários militantes falaram sobre sua sexualidade através de entrevistas concedidas a Herbert³⁰.

Herbert assinaria mais tarde o artigo “Homossexual: defesa dos interesses?”, que foi publicado no número 3, da revista do Grupo de Cultura *Notas Marginais*, e que mais tarde, em 1983, seria publicado em forma de livro, com algumas modificações, com o título *Jacarés e Lobisomens: dois ensaios sobre a homossexualidade*. O artigo tenta analisar de

²⁹ O mesmo CBA ignoraria dois anos mais tarde a carta sobre a anistia que Herbert escreveu por não ter sido incluído na Lei de Anistia de 1979. Essa carta se encontra transcrita integralmente nos anexos deste trabalho.

³⁰ ROLLEMBERG, Denise. 1999b.

forma crítica as relações entre homossexualidade e política e, principalmente, das relações dessas com o pensamento de esquerda.

Segundo o artigo, o capitalismo, que tem como classe dominante a burguesia, teria poder de impor moralmente o que cabe ou o que não cabe na sociedade segundo seus próprios parâmetros, inclusive o da sexualidade. A “moral burguesa” construiria seus próprios modelos para julgar e reprimir aqueles que não se adequassem a eles. O problema da alteridade se configuraria como ponto central, pois, para existir uma moral perfeita necessariamente devem existir as imperfeitas. Desse ponto de vista a esquerda se igualaria à burguesia tanto na sua formação moral como nos seus discursos preconceituosos.

Tais discussões no seio da esquerda exilada foram importantes não para impor um discurso homossexual, mas para entender e compreender as diferentes formas de controle inerentes à sociedade. Foi um momento no qual os preconceitos e ortodoxias da esquerda ficaram nítidos e, por isso mesmo, mais fáceis de serem combatidos. A figura do guerrilheiro homossexual passou a existir de maneira indesejada para muitos integrantes da esquerda, porém, acabou com a ideia alimentada por muitos de que política e sexualidade não faziam parte de uma mesma discussão³¹.

3.7 A TORTURA NARRADA

Já havia ouvido falar essa frase. Talvez num livro ou num filme. Às vezes eu só sentia terror. Achava que ia morrer mesmo. Às vezes eu me via ouvindo aquela frase e tratava de mostrar pra mim mesmo que não era filme, nem livro. Era eu personagem da minha própria vida ou do futuro filme ou livro que iriam fazer sobre ela. Nestes momentos eu me projetava heroicamente. Não tinha medo. Até que uma fígada na articulação do joelho, uma sensação de sufocamento de uma porrada no diafragma, e aquela maldita descarga elétrica me trazia de volta à aspiração de não ser o protagonista mas um simples espectador daquele filme ou leitor daquele livro. Nessas horas eu me maldizia de não ter me destinado à mais medíocre e bem comportada das existências.

Alex Polari

³¹ Em *Jacaré e Lobisomens*, Herbert escreve: “os temas abandonados ou tratados ‘secundariamente’, tais como a sexualidade, o feminismo, as ‘relações pessoais’, as drogas, os marginais, o racismo, a ecologia e tudo isso, que foram preocupações mundiais desde que os movimentos revolucionários começaram a tomar amplitude, e chegaram às explosões de 68, estão, no meu entender, no centro da crise que batizamos de ‘perplexidade’. Aqueles sujeitos de discussão ultrapassam de longe vagas preocupações teóricas, morais, especulativas, pois estão no coração mesmo da Política, isto é, da práxis revolucionária, pois são expressões concretas das formas do exercício do poder (...) para a esquerda, a questão da homossexualidade não deve ser a de um grupo que possa ser contado como força política organizada (e isolável) na luta pelo socialismo (...) o problema, no seu fundo mesmo, é compreender a ação do poder, para melhor combatê-lo (...) ao falar da sexualidade, enquanto homossexual, não se faz a tentativa de introduzir um discurso homossexual na esquerda, mas UMA CRÍTICA AO DISCURSO HOMOSSEXUAL QUE A ESQUERDA TEM”. (DANIEL, MÍCCOLIS, 1983, p.65-67)

Como já foi dito, a narrativa detalhada das sessões de tortura das quais Alex Polari foi vítima acabam por se tornar o escopo do livro. São dos blocos que narram a tortura que os outros caminhos percorridos pelo livro surgem. São longas descrições de tortura e horror, desde a análise da personalidade dos torturadores e suas técnicas de tortura, até a explosão do fluxo de consciência de um narrador que se quer onipresente diante de uma narrativa que sugere dois tempos distintos e distantes, o dos acontecimentos e o da escrita.

Utilizando receitas comuns a essa literatura testemunhal praticada entre o fim da década de 1970 e início de 1980, *Em Busca do Tesouro* imprime na sinceridade histórica do narrador um tipo de conversa íntima com o leitor. Leitor esse que pode parecer um pouco cruel ao querer os detalhes mais sórdidos de uma prática política que, de fato, existiu. Por se constituir através de um depoimento, tal literatura haveria de perder suas qualidades estéticas, literárias e sua duração como objeto artístico, sendo assim reduzida ao tempo-espaço ao qual pretendia denunciar, modificar ou relatar, servindo apenas como instrumento político instantâneo.

Flora Süssekind acha que tanto a descrição da tortura como a do prazer do corpo, o erotismo e suas excitações, é inenarrável em sua completude. Esse tipo de narrativa exigiria da linguagem “uma espécie de ascetismo, de depuração, uma quase frieza capaz de, por via transversa, chegar onde se deseja.” (SÜSSEKIND, 2004, p.88). Para a autora, esse tipo de narrativa, inserida no contexto em que se encontrava, funcionou muito bem em quesitos comerciais e editoriais, porém o “contrato-ficcional” deixou a desejar. Para ela, havia nessa literatura um

Excesso de minúcias nas cenas de tortura e violência ou excesso de pistas nas descrições de cunho alegórico. E permitindo-se poucos cortes, lacunas e jogos com humor, esta literatura depoimento cumpriu à risca o pacto catártico com seu leitor, cheio de culpas a purgar ou interessado em vampirizar, por via ficcional, a experiência histórica alheia. (SÜSSEKIND, 2004, p.83)

É justamente a experiência histórica que mais interessa a este trabalho, a experiência testemunhal do sujeito histórico que narra na tentativa de representar o seu próprio trauma. É importante analisar as qualidades literárias e as identificar segundo um contexto de produção, entretanto, a construção histórica que tais relatos apresentam foram e são de importante validade no seu fator denúncia e memória.

Saber das três semanas em que Alex Polari “visitou” o DOPS, o CISA e o DOI-CODI na cidade do Rio de Janeiro naquele maio de 1971 são essenciais para analisarmos

historicamente todo o aparato político-militar que se formou naquela época para combater os opositores do regime e, também, para entendermos as lógicas do torturado que, colocado em situações-limite de sofrimento físico e psicológico, acaba por operar no silêncio.

É fato que se encontra latente nessa literatura um tipo de heroicização dos personagens, principalmente daqueles que fazem questão de narrar a tortura e o cárcere nos seus mínimos detalhes. O herói que luta pela libertação do seu povo contra um inimigo tirânico e cruel, até que é surpreendido, pois geralmente se encontra do lado mais fraco, pela sua prisão e conseqüente humilhação moral e tortura física. Desde as epopeias gregas e histórias bíblicas o herói se apresenta como aquele que luta, sofre e salva. Deste modo, nosso personagem pode ser considerado um herói utópico, pois não alcançou nenhum objetivo pelos quais começara a lutar. Sofreu com a tortura e com quase dez anos de cárcere, e infelizmente não salvou ninguém, apenas testemunhou a morte de alguns outros heróis utópicos como ele³².

Podemos afirmar que essa década vivida no cárcere adquire várias características que vão ao encontro daquelas propiciadas pelo exílio, tal qual aconteceu com Herbert Daniel. Excluindo o exílio em sua forma jurídica, que significa o banimento físico do país, o cárcere acaba com o convívio social, tira da realidade social, neutraliza qualquer tipo de luta e causa o estranhamento da própria identidade do sujeito. Um exílio social e não geográfico³³.

Se aceitarmos que a identidade é a “imagem de si, para si e para os outros” (1992, p.5), como escreveu Michael Pollak, podemos pensar em uma total desagregação da identidade, não só daquele que se encontra banido do seu país, estranhando a nova língua, a nova comida, os novos costumes, enfim, uma nova cultura, mas também do prisioneiro, que modifica de maneira abrupta sua realidade. Surge, assim, a possibilidade e a necessidade de reconstruir ou reformular sua própria identidade, da mesma forma como fizeram os exilados que foram para fora do Brasil.

³² Vale ressaltar aqui o testemunho de Alex acerca da queda, tortura e morte de seu companheiro Stuart Angel. História recentemente adaptada para o cinema no filme *Zuzu Angel*, dirigido por Sérgio Rezende (2006). Foi Alex que, sob tortura, denunciou o ponto onde encontraria Stuart. Após ele ser preso os dois foram torturados juntos. Alex narra o que se passou: “estava entregue a essas reflexões quando o barulho de um gemido seco e constante, uma espécie de tosse, começou a entrar insistentemente dentro da minha cela. Uma porta de carro abria e fechava constantemente. E o carro era acelerado por alguns segundos. Novamente as tosses. Vozes. Reconheci nos gemidos a voz de Stuart (...) ele morrera, é claro. Naquela mesma noite. Pela tortura e pela inalação dos gases tóxicos do carro durante boa parte da tarde. Também tinha sido arrastado pelo pátio preso à mesma viatura. Possivelmente tivera a pele toda esfolada.” (POLARI, 1982, p.188-198)

³³ SILVA, Mário Augusto Medeiros da. 2008.

Muitos foram os que, em cadeias, retomavam laços de sociabilidade que, antes, aparentemente em liberdade, clandestinos em aparelhos, não tinham. É nesse ambiente que se produzem discussões culturais, políticas, documentos de crítica e autocrítica, da mesma maneira que romances, contos e poemas. A prisão pode ser compreendida como exílio e o preso político, tão apátrida quanto o exilado – naquela situação específica. (SILVA, 2008, p.110)

Alex também produziu. Prova disso é a publicação de dois livros de poemas que ele escreveu enquanto estava preso. Neles o leitor também encontrará a descrição dos mecanismos de tortura e da vida no cárcere. Conteúdo que surge através de um cotidiano estranho e penoso³⁴.

Ao passo em que tentamos analisar o contexto e a conjuntura no qual estavam inseridas as organizações guerrilheiras, suas ideias e suas ações, partindo sempre do ponto de vista dos narradores, o próximo capítulo irá tratar justamente das referências artísticas que influenciaram nossos personagens. Analisar o contexto de produção musical, literária, cinematográfica e teatral nos ajuda a entender a formação dos sujeitos históricos tanto quanto suas posições ideológicas.

Concordamos com o historiador e ex-militante de esquerda, Marco Aurélio Garcia, que estudos sobre o período ao qual nos dedicamos a analisar, não podem prescindir do entendimento da sua militância em si.

Os militantes são pessoas concretas, homens e... mulheres, portadoras de valores éticos, de convicções políticas, de influências religiosas e refletem, no seu cotidiano, sua formação cultural, seus antecedentes familiares e um conjunto de “determinações” que incidem na forma pela qual “aplicarão” a “linha” do partido na sociedade, seja através de um discurso, de um panfleto, de outras formas da *agit-prop* ou de uma ação violenta, armada. (GARCIA, 1997, p.322)

A tentativa será justamente analisar os valores, as convicções e as influências que “fizeram a cabeça” de Herbert Daniel e Alex Polari, e que povoam as páginas de suas narrativas.

³⁴ Fragmento de “À Guiza de Explicações e na Falta de um Prefácio”, de Alex Polari: “ Quando o pessoal daqui da Frei Caneca tirou a posição de greve de fome contra a Anistia do governo, eu resolvi preparar esse livro prá lançar ainda durante a greve. Fizemos uma seleção inicial prá trabalhar e depois ela foi mudando até virar uma outra coisa, pois durante o ‘jejum’, escrevi num ritmo alucinante. Aí foi ficando claro que esse era o livro que ia fechar o ciclo de minha prisão, uma coisa de tatear mais o futuro, do mesmo modo que o Inventário buscou registrar o passado mais recente. A realização dele foi se fazendo passo a passo com um balanço desses últimos nove anos num cárcere e os preparativos prá idéia da liberdade próxima que começou a pintar pouco a pouco como coisa concreta”. (POLARI, 1980, p.11)

4 ROMANTISMO REVOLUCIONÁRIO: A GUERRILHA NASCEU SEM CULTURA?

Os anos 60, principalmente os últimos da década, borbulhavam de plena euforia e muita juventude. Ideias sacudiam o planeta, parecia bem que desta vez uma transformação sem igual se produzia. Novos temas surgiam, tudo eclodia como motivo para contestação. Novas modas e novas ideias, mesmo que elas não fossem muito límpidas, o importante é que fossem originais.

Herbert Daniel

4.1 ROMANTISMO REVOLUCIONÁRIO

Em 1968 – *O ano que não terminou*, publicado em 1988, o escritor Zuenir Ventura denomina a sua geração de “[...] romântica geração de Aquário [...]” (p.18), “[...] geração solar, escancarada e comunicativa [...]” (p.19), “[...] geração tagarela [...]” (p.31), “[...] geração, que se autodenominava orgulhosamente de ‘pra frente’.” (p.33), “[...] geração de jovens intelectualizados [...]” (p.39), “[...] a última geração loquaz [...]” (p.52), “[...] espetacular, pública e gregária geração de 68.” (p.81), “[...] ‘Geração Paissandu’, isto é, da vanguarda intelectual. (...)” (p.53).

Embora de uma faixa etária diferente de Herbert e Alex, Zuenir, também testemunha dos eventos históricos, compõe o cenário cultural que havia se estabelecido nos finais dos anos 1960 no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro. Longe de ter aderido à luta armada, a “turma” de Zuenir traz à tona principalmente as mudanças comportamentais ocorridas com a juventude e como essas mudanças no jeito de ser afetavam a visão política de um país em plena ditadura.

Neste capítulo tentaremos demonstrar como a literatura das nossas testemunhas avalia esse momento histórico. Como a influência das artes em geral, que na década de 1960 começou a se proliferar, trazendo consigo inquietações intelectuais voltadas a pensar a nação de maneira particular, interferiram nos rumos da nossa fração geracional. O romantismo revolucionário ao qual se renderam muitos jovens tem sim sua importância histórica, e vale ressaltar, também, sua importância como formador dos agentes revolucionários que aderiram à guerra de guerrilhas.

Unir os termos “esquerda” e “romantismo” pode parecer, a princípio, contraditório, mas se pensarmos no projeto das esquerdas brasileiras que surgiram após o golpe de 1964 podemos tomar o romantismo de forma mais abrangente do que um simples termo artístico, estilístico ou estético, mas sim um termo que traz em seu bojo uma visão

social do mundo. Visão que vai contra a sociedade capitalista, moderna e de consumo. Visão caracterizada pela busca de supostos valores humanos esquecidos e alienados, que poderiam fortalecer o espírito nacional, identitário e revolucionário.

Também seria um erro apontar toda forma de anti-capitalismo como romântico, basta lembrarmos, por exemplo, de autores como Althusser, que privilegiavam as análises estruturais e técnicas, atacadas como anti-humanistas, conseqüentemente anti-românticas.

No Brasil esse romantismo se refletiu de maneira muito consistente nas classes médias intelectualizadas, que acompanhavam o processo de proletarização das massas, cada vez mais dependentes do capital e do trabalho assalariado e do crescimento da miséria no campo. A luta do camponês e do trabalhador urbano era exaltada por essas classes intelectualizadas que viam nela o caminho para se efetivar a revolução brasileira.

O movimento que se delineou no Brasil contra a ditadura militar pode ser percebido, de maneiras diferentes, mas com muitos pontos de convergência, em praticamente todos os continentes do globo. Os anos 1960/70 foram marcados pelos regimes militares que se proliferaram na América Latina, por confrontos no Vietnã, na Argélia, China, Portugal, França, entre outros. São as décadas caracterizadas pela contra-cultura, pelos hippies, pelo uso da arte engajada, pelo ato político que confrontava a moral e a cultura burguesa.

Nesse momento podemos perceber, principalmente entre estudantes secundaristas e universitários, a possibilidade de unir a efervescência cultural e romântica com a contestação política, que fazia com que muitos daqueles jovens se decidissem pelo confronto armado contra a ditadura. Jovens que consumiam a arte das vanguardas que iam surgindo e que traziam essas mensagens para prática dos movimentos sociais brasileiros.

Daí que surge o termo “esquerda festiva”. Jovens que faziam de suas festas momentos de contestação. Enquanto de um lado uma pequena parte debandava para a luta armada e para a clandestinidade, o outro lado, que abarcou a maioria dos que se diziam de esquerda, preferiu aderir ao desbunde, à contestação a partir do comportamento, do corpo, do sexo, das drogas, da roupa, da música, da literatura, do teatro e do cinema. Foi importante para o cenário que se tenha formado tal “esquerda festiva”, pois ela alicerçou uma das maiores alterações daquela geração em relação à de seus pais: uma mudança de valores.

Herbert também frequentou tal esquerda antes de aderir à luta armada, ele conta que todos

Estávamos envolvidos com a festa. Medrava uma folia enorme e a turma saudava contente. Demais. Tanto que se inventou um termo – esquerda festiva – para indicar todos aqueles que se reuniam nos bares cantando canções que se queriam hinos, entornando chope e derrubando a ditadura num papo entusiástico. A esquerda não gostava do nome, mas quem falava pior da festiva era a direita votiva, como sempre desconfiada de toda alegria. Para os conservadores, a revolução era “coisa séria”, quer dizer, emburrada e sem humor possível. (...) não que a esquerda festiva no seu natural divertido viesse a fazer algo mais do que fazia então: folguedos. O foi o melhor que foi feito. A festa justificava os festivais (DANIEL, 1982, p.83-84).

Marcelo Ridenti, que escreveu o livro *Em Busca do Povo Brasileiro* levantando a tese do romantismo revolucionário, escreve que não podemos qualificar todos os guerrilheiros ou seus grupos como românticos, primeiramente pela própria conotação idealista e utópica do termo, ademais os preceitos populistas e tradicionalistas do romantismo negam o pragmatismo da maioria das correntes de pensamento da esquerda.

Contudo, no Brasil, as características românticas dos guerrilheiros afloraram de várias formas: propunham a indissociação entre vida e arte; eram nacionalistas, valorizavam o passado histórico e cultural do povo; buscavam as raízes populares que serviriam para moldar o futuro da nação; ou seja, viveram a utopia, colocando a arte a serviço da contestação da ordem vigente.

Ridenti fundamenta sua tese em autores como o sociólogo Michael Lowy e o crítico literário Robert Sayre, que escreveram o livro *Revolta e Melancolia, o romantismo na contramão da modernidade*. Para eles, o romantismo que nasceu na Europa no século XVIII esteve presente na década de 1960 nos movimentos do maio francês, nas correntes ecológicas que surgiam e, também, nas celeumas terceiro-mundistas. A esquerda brasileira, se olharmos do ponto de vista de Lowy e Sayre, e mais especificamente de Ridenti, engendraram um projeto romântico nas suas tentativas de tomada do poder. Ridenti esclarece que

A negação da modernidade capitalista, segundo Lowy e Sayre, implicaria a formulação dos *valores positivos do romantismo*, que seriam qualitativos, em oposição ao valor de troca: 1. A exaltação da subjetividade do indivíduo e da liberdade de seu imaginário (ligada indissociavelmente ao combate à reificação e à padronização capitalista, portanto difere do individualismo liberal); 2. A valorização da unidade ou da totalidade, da comunidade em que se inserem os indivíduos e na qual eles se podem realizar enquanto tais, em união com os outros seres humanos e a natureza, no conjunto orgânico de um povo. Assim a busca de recriar a individualidade e a comunidade humanas seria inseparável da recusa da fragmentação da coletividade na modernidade (RIDENTI, 2000, p.27).

No Brasil, o cinema, o teatro, a música e a literatura, cada uma delas com sua singularidade, consolidaram a fusão entre o resgate das raízes culturais, o engajamento político e a inovação estética. Impulsionados ainda pelo modernismo do começo do século 20, e pela ideia da antropofagia na nova sociedade de comunicação em massa, as vanguardas puderam corroborar com a cristalização da ideia revolucionária nas mentes dessa classe média da qual falamos. Em termos de periodização, essas produções se seguem dos fins de 1950 até o ano de 1968, ano do AI-5 e do fechamento completo da ditadura, que prendeu e/ou exilou a grande maioria dos artistas brasileiros por causa da intensa identificação de suas obras com a esquerda.

Vale salientar que no início da década de 1960, no Brasil, vê-se o crescimento e desenvolvimento da economia como um todo. Incidindo também na indústria cultural, que vai produzir cada vez mais música, mais teatro, mais venda de livros e mais cinema. O general Castelo Branco não se esforçou para conter tais comércios, muito menos interferiu no que podia ou não virar público. Na contramão de um governo que já torturava e prendia opositores, tal governo não se preocupou com a pequena faixa de consumidores desta cultura que poderia ser “subversiva”. A preocupação só viria quando esses poucos compradores começaram a se organizar em passeatas e manifestações lá pelos idos de 1968. Aí sim a produção de tais materiais seria vetada, tanto quanto a venda e circulação.

Deteremo-nos aqui em analisar, a partir de nossos testemunhos, a produção artística cultural dos anos 1960, que representou o Brasil tanto dentro como fora do país, e trouxe uma valorização diferente para assuntos tão debatidos no âmbito da intelectualidade brasileira desde a Semana de Arte Moderna de 1922.

A música tropicalista, o Cinema Novo, a literatura engajada e o teatro antropofágico serviram de base intelectual para as propostas políticas que essa juventude elaborava. O modernismo da década de 1920 se encontrava intrinsecamente nas vanguardas que vinham surgindo. Herbert escreve:

Chega de freio: sem lenço, nem documento, eu vou, revelava o poeta, colorindo a música, brasileira sim, mas igual por toda parte – a juventude fazia do universo um lugar único, onde cada qual era si mesmo e igual aos outros. Daí que as guitarras elétricas não eram mais estrangeiras. Gravemente, não queríamos mais ser estranhos nos trópicos, os trópicos mesmo e seus desregramentos eram peças de uma personalidade que se buscava. Nacional, sem nacionalismos (...) raízes próprias da nossa libertação de brasileiros: Oswald, que o teatro Oficina pusera em moda com o *Rei da Vela*; Mário, de quem *Macunaíma* viria a ser o mais importante livro brasileiro deste século. Nunca se poderá falar em libertação nesta terra sem se voltar ao calor duma semana de 22 que se tornou o umbigo de nossa

cultura, donde partem todos os cordões que alimentam todos os futuros possíveis. Não é a toa que voltávamos aos mestres incontestáveis da contestação (DANIEL, 1982, p.85).

Não se trata aqui de generalizar para siglas guerrilheiras, neste caso a VPR, suas influências artísticas e culturais, mas sim, através dos nossos personagens, tentar entender de que forma tais influências os ajudaram a pensar no país e sua cultura nacional-popular. Herbert Daniel e Alex Polari narram suas experiências e nomeiam suas influências, afirmam o quão importante se configurou esse contato com a cultura que era produzida e a conseqüente derrocada para guerrilha urbana. O importante é entender em que medida a cultura artística e comportamental os ajudaram a nutrir um pensamento revolucionário.

O autor Mário Augusto Medeiros da Silva, ao estudar a literatura de Renato Tapajós, Fernando Gabeira, Reinaldo Guarany e Alfredo Sirkis, tenta entender a influência do Existencialismo de Jean Paul Sartre e Albert Camus, principalmente de suas obras literárias, nas ideias e ações que viriam a se consolidar pelos sujeitos históricos.

Aqui, não debateremos o Existencialismo, pois a literatura de Herbert e Alex não nos dá nenhum depoimento sobre tais obras, mas podemos nos deter no que o autor chama de “condições objetivas subjetivadas” e “condições subjetivas objetivadas” para não afirmarmos peremptoriamente, mas levantarmos hipóteses quanto à motivação dos sujeitos históricos.

As “condições objetivas subjetivadas”, de natureza social, envolvem aquilo que já foi destacado aqui inúmeras vezes, que é o contexto social, as práticas, teorias e ações que envolvem um determinado tempo-espço histórico. Nesse caso, temos que considerar os regimes militares da América Latina, o maio francês de 1968, a revolução cubana, as guerras de descolonização do continente africano, a guerra do Vietnam, etc.

As “condições subjetivas objetivadas”, de cunho individual, nascem da revolta, da indignação, da própria opção romântica de romper com a família e o antigo modo de vida. Essas duas condições corroboram, concomitantemente, a tese do romantismo revolucionário e o pensar as motivações que levaram os sujeitos históricos a lutarem contra um governo ditatorial.

4.2 CINEMA NOVO: AQUI E LÁ

O cinema foi uma das expressões artísticas mais propagadas no Brasil. Tanto o Cinema Novo, que surgiu no final da década de 1950, quanto o cinema estrangeiro,

que propunha mudanças estéticas e também concentrava em suas produções uma certa contestação política, reiteraram o romantismo revolucionário. Da parte do Cinema Novo podemos pensar nas características que o levaram a constituir um cinema nacional-popular, reconhecido mundialmente, e da parte dos estrangeiros podemos pensar mais especificamente no movimento da *Novelle Vague* francesa.

Debatendo-se com os mesmos problemas quanto ao valor da arte em prol de um ideário político, ou na busca de uma identidade nacional, ou até mesmo na prioridade de inovações estéticas, o Cinema Novo e o cinema estrangeiro dividiram os mesmos anos de vida e surpreenderam os conservadores com suas novas perspectivas e pontos de vista.

O Cinema Novo e seus integrantes como – Cacá Diegues, Nelson Pereira dos Santos, Joaquim Pedro de Andrade, Eduardo Coutinho, Ruy Guerra, Leon Hirszman, Glauber Rocha, Ruy Guerra, Zelito Viana, Walter Lima Jr., Luiz Carlos Barreto, entre outros – de maneiras e fórmulas muito diferenciadas e até mesmo pouco relacionadas constituíram esse movimento que pensava a nação brasileira. Das universidades baianas às academias cariocas e paulistas, o Cinema Novo pensou a relação do homem brasileiro com sua nação.

Muitas vezes patrocinados pelo CPC (Centro Popular de Cultura) da UNE, que teve atuação forte até a eclosão do regime militar, os cineastas brasileiros, na visão de Ridenti, formaram sim, através de seus filmes, obras que ensejavam, de uma forma ou de outra, o nacional-popular.

Falar do povo, pelo povo, dar a palavra ao próprio povo, as variantes e debates eram muitos, mas o centro continuava sendo a busca das raízes do autêntico homem do povo, cuja identidade nacional seria completada verdadeiramente no futuro, no processo da revolução brasileira. Essa busca do nacional e popular marcou os filmes dos anos 60, particularmente do Cinema Novo, cujos cineastas foram mudando ao longo do tempo (por exemplo, deixando de lado o projeto da revolução), mas sempre conservando algum aspecto de sua marca original: a vinculação, de algum modo, ao *povo* (RIDENTI, 2000, p.102).

Se em um primeiro momento o Cinema Novo transpareceu a preocupação com a realidade nacional, com o advento da ditadura, depois de seu recrudescimento, seus artistas preferiram se distanciar de abordagens mais explícitas. Tanto por causa de divergências com o pensamento das esquerdas que começavam a se formar, tanto pela impossibilidade de enfrentar diretamente os donos do poder.

Desde os filmes *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1963) e *Terra em Transe* (1967), de Glauber Rocha, passando pelas adaptações das obras modernistas como *Vidas*

Secas (1963), dirigido por Nelson Pereira dos Santos, e *Macunaíma* (1969), de Joaquim Pedro de Andrade, até o documentário *Cabra Marcado para Morrer* (1984), de Eduardo Coutinho – que iniciou o filme em 1960 e só conseguiu finalizá-lo vinte anos depois por causa da censura – mostram essa trajetória de busca incessante por representar o verdadeiro homem do povo.

Alex comenta sobre a estratégia do Cinema Novo:

O passional, o fragmentado, o imprevisto, o improvisado, o caricato, tudo isso eram noções, virtudes e vícios nacionais que chegavam finalmente à produção estética, sem ter medo de nada, inclusive de identificação com o *kitsch*, a geia geral, a banana, o mau gosto. Para um país sempre carente de identificação histórica, com um velho complexo de nacionalidade não resolvido, essa aparente possibilidade de se criar uma certa identidade histórica não poderia deixar de ser momento importante, mesmo que o modelo desse caráter nacional fosse nada mais nada menos que *Macunaíma* (POLARI, 1982, p.121).

O lema de “uma câmera na mão e uma ideia na cabeça” fundamentou esse projeto cinematográfico. Embora a produção que podemos julgar estritamente revolucionária seja parca, não há dúvidas quanto a seu papel no pensar o Brasil e seu povo.

Outras influências nesse sentido vieram através do cinema internacional, especialmente o caso dos franceses. No final da década de 1950, coincidindo com os primeiros filmes do Cinema Novo, a *Novelle Vague* também entra em cena. Com propostas estéticas novas, seus principais nomes – Jean-Luc Godard, François Truffaut, e Claude Chabrol – deram novos ares à produção cinematográfica francesa.

Os representantes da *Novelle Vague* estavam no maio francês. Em pleno festival de Cannes, a cidade de Paris estava dividida entre manifestações estudantis e paralisações de mais de 500 mil trabalhadores. Enquanto alguns esperavam o festival começar, Godard, ao lado de Truffaut, decidiu suspender as atividades do festival em apoio aos estudantes e grevistas.

É sabido que depois desse episódio Godard enveredou para uma produção intrinsecamente contestatória e política. Ele usava explicitamente seus filmes como instrumento político. No que não concordava Truffaut, que simplesmente não acreditava, além de achar ilegítimo, utilizar a produção cinematográfica dessa maneira. Tal celeuma fez com que os dois rompessem relações.

Alex recompõe o cenário do cinema Paissandu no Rio de Janeiro:

Na época em que eu comecei a ficar conhecido como “Bartô”, a esquina da rua Paissandu era sem dúvida a esquina do mundo, ou melhor dizendo, a esquina do nosso mundo. Era fácil demonstrar essa visão etnocentrista. Se não, vejamos. O Cinema Paissandu, o centro cultural por excelência durante toda a década. Na saída dos Godards, dos Buñuels, dos Truffauts, Bergmans e de toda a *novelle vague*, às primeiras impressões nas mesas do “Oklahoma”.

A impressão que me dava era que o Godard tava de saco cheio da vida e a maneira como que ele via o apocalipse era sacanear todo mundo. Então ele ia aumentando o tempo dos seus planos sequenciais até eles parecerem insuportáveis. A cena do engarrafamento do *Week-end à francesa* ou o interminável ensaio dos Rolling Stones em um de seus últimos filmes foram o limite (POLARI, 1982, p.110).

Podemos perceber que Alex também entrou em contato com o cinema sueco de Ingmar Bergman e o surrealismo espanhol de Luís Buñuel. Espremido entre o cinema nacional-popular e as novas abordagens políticas e estéticas do cinema feito no exterior, Herbert, que também era frequentador do Cinema Paissandu, e Alex, puderam entrar em contato com essa produção artística que nasceu de um contexto global já mencionado, e que davam essa dimensão universalista para tais concepções artísticas.

As mudanças preconizadas pelos estudantes franceses também faziam parte das dos estudantes brasileiros. A descolonização da África também entrava nas discussões dos brasileiros. O Vietnã também. Os rumos da União Soviética e da China comunista. Os Panteras Negras. Os direitos civis, etc. Surgia, assim, uma produção cultural que dava conta de atender aos anseios da juventude de maneira global, principalmente ao que se trata do pensar as sociedades e suas contradições, e uma produção que pensava seu papel nacional em meio a esse complexo contexto.

4.3 POR UM TEATRO ANTROPOFÁGICO

O final da década de 1950 é também o momento de renovação do teatro brasileiro. Em 1958, foi realizado em São Paulo, pelo Teatro de Arena, sob o comando de Augusto Boal, um seminário de discussões e reflexões dos rumos da dramaturgia brasileira. Nesse mesmo ano estreou a peça *Eles não usam Black-tie*, de Gianfrancesco Guarnieri, que já trazia em seu conteúdo o cotidiano dos trabalhadores brasileiros. Além disso, surge o Teatro Oficina, na Faculdade de Direito da USP, tendo como componentes José Celso Martinez Corrêa, Carlos Queiroz Telles, Hamir Hadad, entre outros.

No começo da década de 1960, enquanto o CPC da UNE consegue realizar várias atrações, peças e filmes, o Arena e o Oficina exibem várias peças em São Paulo e Rio

de Janeiro. Em 1963, no Oficina, é exibido *Pequenos Burgueses*, do russo Górkki, sob a direção de José Celso. Com o golpe militar e a extinção do CPC, o ano de 1964 é saudado pela estreia do show *Opinião*, no Rio de Janeiro, com texto de Armando Costa, Paulo Pontes e Vianinha. Muitos integrantes do CPC contribuíram para montar o show, e depois o próprio teatro que passou a se chamar Opinião.

Ridenti ajuda a destacar o importante papel do CPC e quanto ele contribui para efetivar atividades artísticas por todo o Brasil antes do golpe de 1964. Depois do golpe muitos integrantes do CPC foram considerados subversivos e foram perseguidos pelos militares.

O sucesso do CPC generalizou-se pelo Brasil, a partir da organização da UNE *Volante*, em que uma comotiva de cerca de 25 dirigentes da entidade e integrantes do CPC percorreu os principais centros universitários do país, no primeiro semestre de 1962, levando adiante suas propostas de intervenção dos estudantes na política universitária e na política nacional, em busca das reformas de base, no processo da revolução brasileira, envolvendo a ruptura com o subdesenvolvimento e a afirmação da identidade nacional do povo (RIDENTI, 2000, p.108).

Tendo como foco afirmar a identidade nacional e a revolução brasileira, o CPC adquiriu o que Ridenti chama de romantismo revolucionário. Após o golpe e sua extinção, o meio artístico brasileiro teve que enfrentar a censura dos militares e as agressões dos segmentos civis que se aliaram com a política e a moral conservadora dos militares.

Em 1965 a peça *Liberdade, liberdade*, de Millôr Fernandes e Flávio Rangel, é produzida pelo grupo Opinião e pelo Teatro de Arena, logo sendo censurada. Em 1968 os atores da peça *Roda Viva*, de Chico Buarque, encenada por José Celso, foram violentados pela organização de direita CCC (Comando de Caça aos Comunistas), que invadiu o Teatro Ruth Escobar. Outro atentado contra a mesma peça foi realizado em Porto Alegre, fazendo com que os militares censurassem a peça.

Mas o espetáculo que mais se destacou nesse contexto pós-golpe militar foi, com certeza, *O Rei da Vela*, dirigido por José Celso, no Teatro Oficina, em que adaptou o texto escrito por Oswald Andrade. Texto já censurado nos anos 1930 e que provocou um estardalhaço nos anos 1960.

O quanto representou para nossas testemunhas tais encenações, ou tais filmes, ou tais músicas, é impossível mensurar, mas, com certeza, influenciaram-nos, levaram-nos a ter ideias, a pensar de outra maneira, formularem novas perspectivas. Dentro de

um “espírito de época”, como o próprio Alex escreve, arte e revolução andavam de mãos dadas. Alex ousa perguntar:

O “Espírito da época”, para usarmos uma categoria hegeliana, não se parecia totalmente, ao se iniciar o fantástico ano de 1968, com os arranjos de Rogério Duprat, com as encenações de Zé Celso, a redescoberta de Oswald e, de uma maneira póstuma, com a saga de Macunaíma na visão de Joaquim Pedro? (POLARI,1982, p.121)

Depois do golpe, o público dessas peças, tanto quanto o público dos cinemas, ficou restrito à camada média da sociedade. Eram lugares, em muitas vezes, de resistência à ditadura. Desde o show Opinião, de 1964, passando pelo *Rei da Vela* e pelo *Roda Viva*, a dramaturgia brasileira fomentou um movimento de contestação tanto política quanto estética. Desligada do PC, do CPC, ou de organizações de esquerda, a dramaturgia não deixou de expressar sua opinião perante os acontecimentos que acometiam o país naquele momento. Independentemente a revolução artística acontecia e levava jovens como Herbert e Alex com ela.

4.4 LITERATURA GUERRILHEIRA

Se formos analisar a literatura e os literatos brasileiros, talvez cheguemos à conclusão de que foram eles os que mais diretamente estiveram ligados com o tema da luta armada. Seja por seus livros de poesia, por seus romances, e até mesmo pelas suas ações diante da ditadura. Embora poucos, eles foram os únicos que falaram diretamente da situação, da luta armada que viria a se tornar realidade.

Quando Brizola se encontrava exilado no Uruguai articulando a guerrilha que iria se instalar em Caparaó, e que iria ser desmantelada pelos militares com facilidade, ele recebeu a visita de três nomes importantes do cenário das letras no país. O poeta Thiago de Mello, o escritor Antonio Callado, e o crítico literário Otto Maria Carpeaux. Além desses, Carlos Heitor Cony também teria entrado na rebelião brizolista. Servindo como mensageiros, articuladores ou homens de confiança, não demoraram a perceber o malogro de tal investida. Sob o comando do poeta Thiago de Mello, nossos homens de letras não conseguiram se transformar em homens de guerra, porém, deixaram obras que nos fazem entender a conjuntura política pela qual passaram.

Em 1966 Thiago de Mello publicou seus poemas *Faz escuro mas eu canto* e *Canção do amor armado*³⁵, que trazem até mesmo no nome a identificação com a guerrilha. Em 1967, Thiago influenciaria o autor Carlos Heitor Cony a mudar o final do seu livro *Pessach: a travessia*, em que o protagonista ao invés de se livrar da metralhadora, enterra-a. E, em 1967, sairia também o livro mais representativo dessa conjuntura que foi *Quarup*, de Antonio Callado. Herbert Daniel comenta que

Quando nos encontrávamos, era pra trocar as notícias mais fabulosas. Por exemplo:

- Poxa, cara, você já leu QUARUP?
E quem não? (DANIEL, 1982, p.84)

A análise que Ridenti faz da obra nos deixa claro até que ponto podemos considerar o romance como uma busca do homem brasileiro, seu romantismo e suas ideias revolucionárias:

Quarup tem ao menos duas referências pré-capitalistas fundamentais: a comunidade indígena e a cultura católica, que poderiam ter sido articuladas no texto com uma política regressiva, mas de fato serviram para fabricar um romantismo revolucionário, que apresenta a utopia da união entre os intelectuais e o povo, cuja autêntica identidade nacional seria resgatada com a revolução a partir do campo. O romance conta a vida do padre Nando, nos anos 50 e 60, em Olinda e Recife, bem como no Rio de Janeiro e no Xingu, todos locais em que Callado também viveu na época. O personagem buscava sua identidade pessoal e política, que foi procurar no interior do Brasil, no parque indígena do Xingu, onde os índios celebram anualmente a festa do Quarup. O romance indica a progressiva libertação de Nando de sua formação cristã conservadora, processo que se completa no final do enredo, quando Nando junta-se à guerrilha rural para liderar um grupo de

³⁵ Canção do amor armado: Vinha a manhã no vento do verão,/ e de repente aconteceu./ Melhor/ é não contar quem foi nem como foi,/ porque outra história vem, que vai ficar./ Foi hoje e foi aqui, no chão da pátria,/ onde o voto, secreto como o beijo/ no começo do amor, e universal/ como o pássaro voando – sempre o voto/ era um direito e era um dever sagrado./ De repente deixou de ser sagrado,/ de repente deixou de ser direito,/ de repente deixou de ser, o voto./ Deixou de ser completamente tudo./ Deixou de ser encontro e ser caminho,/ deixou de ser dever e de ser cívico,/ deixou de ser apaixonado e belo/ e deixou de ser arma – de ser a arma,/ porque o voto deixou de ser do povo./ Deixou de ser do povo e não sucede,/ e não sucedeu nada, porém nada?/ De repente não sucede./ Ninguém sabe nunca o tempo/ que o povo tem de cantar./ Mas canta mesmo é no fim./ Só porque não tem mais voto,/ o povo não é por isso/ que vai deixar de cantar,/ nem vai deixar de ser povo./ Por ter perdido o voto,/ que era sua arma e poder./ Mas não perdeu seu dever/ nem seu direito de povo,/ que é o de ter sempre sua arma,/ sempre ao alcance da mão./ De canto e de paz é o povo,/ quando tem arma que guarda/ a alegria do seu pão./ Se não é mais a do voto,/ que foi tirada à traição,/ outra há de ser, e qual seja/ não custa o povo a saber,/ ninguém nunca sabe o tempo/ que o povo tem de chegar./ O povo sabe, eu não sei./ Sei somente que é um dever,/ somente sei que é um direito./ Agora sim que é sagrado:/ cada qual tenha sua arma/ para quando a vez chegar/ de defender, mais que a vida,/ a canção dentro da vida,/ para defender a chama/ de liberdade acendida/ no fundo do coração./ Cada qual que tenha a sua,/ qualquer arma, nem que seja/ algo assim leve e inocente/ como este poema em que canta/ voz de povo – um simples canto/ de amor./ Mas de amor armado./ Que é o mesmo amor. Só que agora/ que não tem voto, amor canta/ no tom que seja preciso/ sempre que for na defesa/ do seu direito de amar./ O povo, não é por isso/ que vai deixar de cantar.

camponeses que se insurgira contra o golpe de 1964, escondendo-se no sertão nordestino (RIDENTI, 2000, p.148).

Quarup teve grande repercussão, principalmente com a esquerda e os intelectuais como Ferreira Gullar que elogiaram veementemente a obra, apesar de ser contra a empreitada guerrilheira. Porém, os acontecimentos dos anos seguintes fariam com que Antonio Callado escrevesse o livro *Bar Don Juan*, publicado em 1971. Já com a guerrilha urbana quase que totalmente desmantelada, e com uma retrospectiva nada eficaz, desde seu envolvimento com Brizola até as pouco planejadas ações que se sucediam no meio urbano, Callado resolveu escrever o outro lado da história do padre Nando, de *Quarup*.

Em *Bar Don Juan* ele volta sua narrativa para esquerda festiva, para os boêmios e intelectuais que faziam diariamente sua revolução nos bares da vida, entornando chopes e passeando no Leblon. Até que essa esquerda festiva resolve trocar as festas pelas armas na missão de ajudar Guevara na revolução continental. O enredo se passa em 1967 e os “guerrilheiros” morrem quase todos de maneira trágica em confronto armado.

Só a escrita de Callado é capaz de nos demonstrar um movimento de ideias e ações que foram se modificando em velocidade rápida. Dos projetos de guerrilha que iam nascendo no ano de 1967, em *Quarup*, até o desencantamento para com o projeto revolucionário das esquerdas brasileiras que estavam mais para festas do que guerras. Em quatro anos a lógica da instauração do socialismo no Brasil mudou radicalmente e isso foi narrado ficcionalmente por Callado com grande sapiência.

Depois do AI-5, muitas obras literárias foram censuradas, embora algumas passassem despercebidas como o próprio *Bar Don Juan*, de Callado. Um caso célebre de censura aconteceu em 1970, quando o livro *Zero*, de Ignácio Loyola Brandão, foi proibido de ser lançado até 1974. Sendo sucesso já no exterior, o livro chegou ao Brasil e teve boa repercussão pelas suas qualidades e por já ter nascido com o carimbo de subversivo.

Embora pouco lembradas, são obras que adentraram o imaginário dos guerrilheiros e fomentaram o romantismo revolucionário ao qual insistimos destacar. Enquanto em 1967 nossos homens de letras articulavam a guerrilha do Caparaó, na televisão se assistiam aos festivais de música que também foram fundamentais para se pensar a nação brasileira dentro do seu universalismo, e que serão analisadas a seguir.

4.5 “A EXPRESSÃO CULTURAL PERFEITA”

A música brasileira ganhou novas formas e conteúdos com o movimento que ficou conhecido como *Tropicalismo*, nos anos de 1967-68. Impulsionado pelos festivais televisivos, tal movimento musical inaugurou uma nova fase das comunicações e da indústria cultural no Brasil. Embora se diferenciasse das demais expressões como o teatro e o cinema, pois cada uma embarcou características específicas, o *Tropicalismo* abrangeu várias classes artísticas em torno do projeto de massificação das artes brasileiras.

Diferente do nacional-popular que veio embalado pelas correntes artísticas do começo da década, o *Tropicalismo* surge como desfecho dessa indústria cultural brasileira. Sofrendo influências do nacional-popular através dos filmes do Cinema Novo, acompanhando o processo político brasileiro, lendo os livros engajados, percebendo a lógica antropofágica, entendendo a poesia concreta que já era reconhecida mundialmente, eles conseguiram popularizar suas modificações estéticas.

Tendo como participantes do movimento Caetano Veloso, Gilberto Gil, Tom Zé, Capinan, Torquato Neto, Gal Costa, os arranjadores Rogério Duprat e Júlio Medaglia, além do grupo de rock Os Mutantes, o movimento também envolveu artistas de outras áreas como o artista plástico Hélio Oiticica e o próprio José Celso Martinez Corrêa.

O objetivo era dar um toque universal à música brasileira; para isso, esses artistas se engajaram em uma luta estética que acabou dando certo e que, segundo Ridenti, também foi romântica. Um romantismo diferente daquele do nacional-popular, mas um romantismo também centrado na identidade brasileira.

o tropicalismo não foi uma ruptura radical com a cultura política forjada naqueles anos, apenas um de seus frutos diferenciados, modernizador e crítico do romantismo racionalista e realista nacional-popular, porém dentro da cultura política romântica da época, centrada na ruptura com o subdesenvolvimento nacional e na constituição de uma identidade do povo brasileiro, com o a qual artistas e intelectuais deveriam estar intimamente ligados (RIDENTI, 2000, p.269).

Sem nunca terem se ligado a organizações e partidos de esquerda, tal movimento influenciou, e muito, os indivíduos dessas organizações. Consequência já da contracultura, da *Novelle Vague* e do rock internacional, os tropicalistas traziam novos temas para a música brasileira. Inseridos no contexto da revolução cubana, da guerra no Vietnam e, principalmente, das ditaduras latino-americanas, eles souberam transpor as barreiras que

impediam falar de política em suas músicas. Sendo que todo ato é político, os tropicalistas eram extremamente politizados.

Artistas midiáticos, eles não deram apoio a nenhum tipo de ação revolucionária e muito menos o fizeram em suas músicas, mas o próprio movimento que surgia foi, talvez, o principal combustível pra essa última geração de jovens que desertaram para a guerrilha como o fizeram Herbert e Alex.

Quando ouvi pela primeira vez o disco *Tropicália* do Caetano Veloso e logo em seguida *Panis et Circenses*, senti que alguma coisa importante estava acontecendo e que essa coisa afinava de uma maneira incrível com a minha sensibilidade. O Tropicalismo e suas diversas ramificações já eram sem dúvida a expressão cultural perfeita para aquilo que incipientemente representávamos na política.

O Tropicalismo talvez tivesse sido essa possibilidade de fundir uma mesma energia, uma mesma sensibilidade própria daqueles tempos e costumes etc., e talvez dessa junção resultasse compatível uma nova prática política, uma nova prática cultural, uma nova moral. Resultaria mais aplainada, portanto, a distância e a dubiedade com que tantas esferas da vida fossem tratadas como coisas separadas e estanques: política, existência pessoal, sexualidade, criação artística etc. (POLARI, 1982, p.121-122)

Músicas como *O Divino Maravilhoso* (1968) e *Enquanto seu lobo não vem* (1968)³⁶, de Caetano Veloso, ganhavam ares de luta armada tanto pela violência das letras como pelo som da Internacional Comunista tocando ao fundo. Dando margem às interpretações, essas músicas faziam com que houvesse certa identificação com os integrantes da esquerda. Os tropicalistas nunca assumiram tal identificação, mas isso não evitou que o regime militar os exilasse no ano de 1969.

Aqui entra a análise que Alex Polari faz em seu livro para demonstrar como a guerrilha nasceu sem uma cultura que a acompanhasse. Como a guerrilha urbana começou sua luta efetivamente só em 1969, ela não teve a oportunidade de ter o apoio da classe artística e intelectual no momento que mais precisava. A guerrilha nasceu sem cultura, pois já estavam todos presos ou exilados. O começo do ano de 1969 foi cabal para a transformação

³⁶ Divino Maravilhoso: Atenção ao dobrar uma esquina/ Uma alegria, atenção menina/ Você vem, quantos anos você tem?/ Atenção, precisa ter olhos firmes/ Pra este sol, para esta escuridão/ Atenção/ Tudo é perigoso/ Tudo é divino maravilhoso/ Atenção para o refrão/ É preciso estar atento e forte/ Não temos tempo de temer a morte/ Atenção para a estrofe e pro refrão/ Pro palavrão, para a palavra de ordem/ Atenção para o samba exaltação/ (Refrão)/ Atenção para as janelas no alto/ Atenção ao pisar o asfalto, o manguê/ Atenção para o sangue sobre o chão.

Enquanto seu lobo não vem: Vamos passear na floresta escondida, meu amor/ Vamos passear na avenida/ Vamos passear nas veredas, no alto meu amor/ Há uma cordilheira sob o asfalto/ (Os clarins da banda militar)/ A Estação Primeira da Mangueira passa em ruas largas/ Passa por debaixo da avenida Presidente Vargas/ Presidente Vargas, Presidente Vargas, Presidente Vargas/ Vamos passear nos Estados Unidos do Brasil/ Vamos passear escondidos/ Vamos desfilar pela rua onde Mangueira passou/ Vamos por debaixo das ruas/ (Os clarins da banda militar)/ Debaixo das bombas, das bandeiras/ Debaixo das botas/ Debaixo das rosas, dos jardins/ Debaixo da lama/ Debaixo da cama.

de tal cenário, e é justamente nesse momento que as organizações clandestinas resolvem pegar em armas.

O Cinema Novo já tomava outras direções, José Celso foi exilado, escritores e intelectuais também, Caetano e Gil tiveram que passar três anos em Londres sem poder voltar. Eles foram a causa, mas não puderam acompanhar a consequência. Alex explica:

Mesmo assim a fase áurea do florescimento cultural da década de 60 já entrava em franca decadência. O Oficina refluía, o Movimento Tropicalista se dispersava... Em suma: aqueles movimentos culturais, que talvez num outro desdobramento dos fatos históricos pudessem ser a representação artística, cultural e estética da mesma experiência social e histórica da qual éramos a pretensa “vanguarda política”, abortaram antes que essa síntese pudesse ser realizada num processo concreto.

Além de cada vez mais isolados politicamente, fomos uma página ou nota de pé de página de nossa história que não teve tempo nem condições de ter uma cultura. Nossa “cultura” aparece apenas agora como um resgate do passado e não como um elemento a mais de energia criadora que se somasse à luta política, fundindo-as como a mesma luta, que no fundo são verso e reverso.

A guerrilha nasceu, portanto, sem uma cultura que a acompanhasse. Nasceu sem artistas, poetas, críticos, romancistas, teatrólogos, dançarinos, terapeutas, escritores. Como tal, nasceu sem raízes em sua própria classe (POLARI, 1982, p.120 a 123).

* * *

Concluimos, portanto, que o romantismo revolucionário nos modos que Marcelo Ridenti nos apresenta tem embasamento se olharmos pra a literatura escrita por Herbert Daniel e Alex Polari. Se entendermos que cada campo artístico, com cada uma de suas ramificações, desde o Cinema Novo, o teatro Opinião, o Oficina, o teatro de Arena, a Literatura e o Tropicalismo, tentou, cada um a sua maneira, descobrir ou encontrar uma identificação com o povo brasileiro, concordamos que esse romantismo revolucionário foi essencial para a formação conjuntural que se sucedeu.

A esquerda, ou a oposição à ditadura, teve sua dose de cultura que marcou uma década que começou sobre a égide da revolução brasileira e terminou com a contenção mais dura sobre ela. De João Goulart a Costa e Silva, o Brasil alimentou sonhos e crenças na possibilidade de transformação social e econômica, e o campo artístico consolidou este discurso de várias maneiras, seja através de filmes, peças de teatro, livros ou músicas, a busca por uma identidade nacional fez com que ocorresse um amálgama que desembocaria no recrudescimento total da ditadura.

Alex chegou à conclusão de que a guerrilha nasceu sem uma cultura que a acompanhasse, porém, não foi só ela, a sociedade brasileira também não a acompanhou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Herbert Daniel voltou do exílio em 1982 e logo publicou seu livro *Passagem Para o Próximo Sonho*, que não passou da primeira edição e hoje só é encontrado nas prateleiras de alguns poucos sebos espalhados pelo país. Embora tenha lançado outras obras como *Meu Corpo Daria um Romance*, *Vida antes da Morte*, *AIDS, a terceira epidemia*, e *As Três Moças do Sabonete* (uma peça de teatro), ele foi praticamente esquecido dentro do cenário literário nacional. Não obstante tenha se destacado no âmbito institucional.

Em 1986 candidatou-se para deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores, não conseguindo se eleger. E, no mesmo ano, juntamente com Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis, ajudou a fundar o Partido Verde, que viria a colocar em pauta nas discussões políticas questões que envolviam ecologia e meio ambiente, ideias que já faziam parte da ceulema política em alguns países europeus.

Talvez o seu trabalho mais importante tenha sido, depois da descoberta de ter contraído o vírus HIV, fundar, dentro do Partido Verde, um espaço de debates e discussões tendo como foco esclarecer dúvidas e ajudar os portadores da doença. Até hoje os trabalhos seguem com a Fundação Verde Herbert Daniel (FVHB). Todos os livros dele trabalharam nesse foco, podemos dizer até mesmo que o livro que mais se diferencia, em questão de conteúdo, é *Passagem Para o Próximo Sonho*, pois todos os outros destacam discussões em torno da homossexualidade e da AIDS. Esses temas, embora variem de livro para livro, sempre estiveram intrinsecamente ligados a sua escrita. Herbert morreu no dia 29 de março de 1992.

Se Herbert acabou por achar saídas políticas e ideológicas para seu futuro pós-exílio, não aconteceu o mesmo com Alex Polari que, depois de ter escrito livros de poesia na prisão e ter dado seu testemunho em *Em Busca do Tesouro*, que num único ano obteve duas edições, desistiu da política e passou a se dedicar a algo transcendental. Já no começo da década de 1980, Alex passou a integrar a comunidade do Santo Daime e hoje é seu principal líder viajando pelo mundo e propagando suas experiências religiosas. Lançou dezenas de livros nesse sentido e tem ao seu lado Sônia, sua mulher desde os tempos de cadeia.

Destinos diferentes para duas histórias de vida diferentes, mas que em algum momento se encontraram. Lá no começo da empreitada guerrilheira, podemos lembrar, um era universitário e o outro secundarista. Um era mineiro e o outro paraibano criado no Rio de Janeiro. Um conseguiu fugir, ficou quase uma década exilado, enquanto o outro ficou quase uma década preso. Um tentou virar deputado e o outro deixou a política de lado.

Podemos levantar algumas questões pensando nos dois livros analisados neste trabalho. Quem eram os leitores desses livros? Pois se houve o interesse de alguém por publicar é porque deveriam necessariamente existir pessoas interessadas em lê-los. Por que da insistência em publicar memórias e/ou testemunhos que se remetessem ao período da guerrilha urbana se já haviam sido publicados inúmeros? Qual o interesse de Alex e Herbert nessas publicações? Talvez um projeto político e midiático como aconteceu com Gabeira, ou somente mais uma afronta ao regime que os condenou? E por que esse mesmo regime que os aprisionou e exilou deixou que tais livros passassem pela censura? Ainda existia a censura ou ela estava enfraquecida? São todas questões difíceis de responder e que aqui não passam do campo das conjecturas.

Que uso fizeram dessa exposição nossos personagens? Como já foi, dito Herbert tentou seguir com uma carreira política mas não conseguiu. Alex nem isso tentou. Outros escritores do mesmo período, já citados neste trabalho, também foram alvos de repercussão. Renato Tapajós, com *Em Câmera Lenta*, ganhou o primeiro prêmio Jabuti para esse tipo de literatura testemunhal elaborada por ex-guerrilheiros na categoria memórias/biografia, e esteve na lista dos 10 livros mais vendidos segundo a revista *Veja*.

Fernando Gabeira, com seu livro *O que é isso Companheiro?*, tornou-se o expoente desse tipo de literatura tendo em pouco tempo diversas edições e após a publicação uma projeção pública e midiática instantânea. Virou *best-seller*, primeiro na lista dos mais vendidos, e deputado federal pelo estado do RJ. Alfredo Sirkis também ganhou o prêmio Jabuti com *Os Carbonários*, ajudou a fundar o Partido Verde, foi presidente do partido e candidatou-se à presidência da República, em 1998. Reinaldo Guarany, como Alex, desistiu da política.

Outra pergunta cabe aqui: por que alguns livros venderam tanto e outros quase nada? *O que é isso Companheiro?* foi lançado em 1979, ano da anistia, momento em que talvez o país estivesse mais interessado em saber o que se passou naqueles anos de chumbo. Momento em que se dava início à abertura lenta e gradual do regime. Talvez pela novidade literária e histórica que o livro podia representar. Mais uma vez, são apenas hipóteses.

Herbert e Alex lançaram seus livros em 1982, logo o Brasil estaria em campanha das Diretas Já, ainda tentando se livrar do voto indireto para presidente da República, o que só viria acontecer em 1989. Será que já havia passado a onda dos testemunhos? Será que os livros estavam se repetindo ou suas qualidades estéticas e históricas

não eram mais reconhecidas? A reação seria a mesma que Henfil escreveu, ironicamente, na orelha do livro de Herbert? “Credo! Mais um livro de exilado?”.

Embora esse trabalho deixe várias dessas perguntas pairando no ar podemos dizer que o trabalho tentou interpretar e esclarecer a narrativa testemunhal dos dois livros. Se considerarmos que a estética dos testemunhos é precedida por uma ética podemos pensar neles como documentos relevantes para se analisar o Brasil da guerrilha urbana e também suas consequências, tanto no plano individual quanto contextual.

Os dois livros se configuram como literatura de testemunho, pois neles está contido o teor testemunhal. Os autores viveram e sobreviveram à catástrofe. Passaram por experiências que, para eles e para toda a fração geracional a qual pertenceram, ultrapassam o literário, histórico e psicológico. Talvez englobe todas essas dimensões. De certa forma existe a tentativa de reconstrução da realidade através do discurso, aí se encontra uma característica da literatura de testemunho. Através da memória e do conteúdo da forma narrativa os testemunhos acabaram por cristalizar esse novo gênero literário. Além de se inserirem em um novo contexto ocidental em que a voz das minorias, dos oprimidos e vencidos começa a ganhar força, o testemunho literário, através do individual, consegue transparecer fenômenos coletivos e sociais.

Aspectos como o da identidade guerrilheira também servem para pensar no futuro da fração geracional daquela época que, hoje, de várias formas, estão inseridos no debate político. Vários militantes daquela época ajudaram a fundar o PT (e outros partidos de oposição, como o próprio PV e, também, o PSDB), que chegou à presidência da República em 2002, com Luiz Inácio Lula da Silva, e continua até hoje, 2013, com a ex-guerrilheira, companheira de Herbert Daniel, em Minas Gerais, Dilma Roussef. São movimentos complexos da sociedade brasileira muito difíceis de serem analisados, mas que têm seu rastro nos nossos testemunhos. Como uma ex-guerrilheira, depois de passadas apenas duas décadas do fim do regime civil-militar, foi eleita presidente do Brasil?

Para concluir, precisamos dizer que nossos testemunhos literários ainda são contemporâneos se pensarmos no rumo da política brasileira. Ainda são poucos os trabalhos que tratam da literatura de testemunho no Brasil e esperamos ter contribuído com esse trabalho na análise de obras até então inéditas no campo historiográfico brasileiro. Os sujeitos históricos dessa fração geracional hoje são líderes políticos, escritores, cineastas, jornalistas, professores e pessoas públicas que interferem objetivamente e subjetivamente nos rumos do Brasil.

Futuramente será muito interessante percorrer várias dessas trajetórias individuais para tentar entender o peso daquelas ideias e concepções de arte e vida propagadas por essa romântica e revolucionária fração geracional a qual pertenceram Herbert Daniel e Alex Polari.

REFERENCIAS

- BESSA, M. S. *Os perigosos: autobiografias e AIDS*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.
- CANDIDO, Antonio. “A personagem do romance”. In: *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 1968.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- DANIEL, Herbert. *Passagem para o próximo sonho*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.
- DANIEL, Herbert. MÍCCOLIS, Leila. *Jacarés e lobisomens*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.
- DANIEL, Herbert. *Meu corpo daria um romance*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- FERREIRA, Antonio Celso. “A Fonte Fecunda”. In: PINSKY, Carla Bassanezi. LUCA, Tania Regina de. (Org) *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.
- FRANCO, Renato. “Literatura e catástrofe no Brasil: anos 70”. In: SELIGMANN-SILVA (Org.). *História, memória, literatura: o Testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- GARCIA, Marco Aurélio. O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. *Cadernos Pagu*, (8/9), p.319-342, 1997.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.
- HOBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX 1914 – 1991*. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- KEHL, Maria Rita. “Tortura e sintoma social”. In: TELLES, Edson; SAFATLE, Vladimir. (orgs) *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1994.
- LEITE, Ligia Chiappini Moraes. *O foco narrativo (ou a polêmica em torno da ilusão)*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987.
- LEITE, Ligia Chiappini Moraes. “Literatura e História. Notas sobre as relações entre os estudos literários e os estudos historiográficos”. *Literatura e Sociedade*. n. 5. São Paulo. USP/DTLCC, 2000, p. 18-28.
- MARCO, Valeria de. A literatura de testemunho e a violência de estado. *Lua nova*, n. 62, 2004.
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. “O golpe de 1964: testemunho de uma geração.” In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964 – 2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

PELLEGRINO, Hélio. “Apresentação”. In: POLARI, Alex. *Em busca do tesouro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.

POLARI, Alex. *Inventário de cicatrizes*. São Paulo: Teatro Ruth Escobar/ Comitê brasileiro pela anistia, 1978.

POLARI, Alex. *Camarim de prisioneiro*. São Paulo: Global editora, 1980.

POLARI, Alex. *Em busca do tesouro: uma ficção política vivida*. 2. ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.200-212, 1992.

REIS, Daniel Aarão. “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964 – 2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

REIS, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RIDENTI, Marcelo. “Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Org.) *Revolução e democracia. 1964...* Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ROLLEMBERG, Denise. Exílio. Refazendo identidades. *Revista da Associação Brasileira de História Oral*, Rio de Janeiro, n. 2, p.39-73, jun. 1999a.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999b.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. “O testemunho: entre a ficção e o ‘real’”. In: *História, memória, literatura: o Testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. “Reflexões sobre a memória, a História e o esquecimento”. In: *História, memória, literatura: o Testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O local da diferença: ensaios sobre a memória, arte, literatura e tradução*. São Paulo: 34, 2005.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. “Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas”. *Psic. Clin.* Rio de Janeiro, VOL. 20, n. 1, 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pc/v20n1/05.pdf>> Acesso em 13/04/11.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. *Os escritores da guerrilha urbana: literatura de testemunho, ambivalência e transição política (1977 – 1984)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

SÚSSEKIND, Flora. *Literatura e vida literária: polêmicas, diários e retratos*. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

ANEXOS

ANEXOS

Carta da Anistia de Herbert Daniel³⁷

Paris, 26 de outubro de 1979. Meus amigos, não fui anistiado. Sou um dos poucos exilados que restam fora das margens que o governo quer impor entre os anistiáveis e condenáveis. Não importa quantos somos, os marginais. Importa que estamos aí para definir o (mau) caráter das medidas que o governo chama de anistia. Ao estabelecer um limite, qualquer que seja, à Anistia, o Poder conserva um trunfo: quer provar que não cede, concede.

Importante que existam os não-anistiados. Não por nós, que temos pouco significado, mas como exemplo e aviso às verdadeiras forças democráticas: continuam em vigor o exílio, a prisão política, o regime de exceção. Não é uma burra intransigência que afeta algumas pessoas, mas a tentativa de impor as regras duma 'democracia parcial'. Não se engana ninguém, a não ser a quem o engano recompensa, o que não é o caso dos que passam na Democracia como algo mais que as aparências hipócritas de um jogo onde nem sempre ganha é o juiz, que superior 'às paixões políticas' nem entra na partida, mas decide a contenda.

É parte do plano, o fato de sermos muito poucos os bodes expiatórios. Ninguém vai fazer no caso de meia dúzia um deus-nos-acuda; pelo menos assim raciocinam os tecnocratas da ditadura com a sua bem conhecida mania de transformar política em aritmética. Porém, não se trata de contagem, está em questão a Democracia que não é só um pouco mais ou pouco menos de ditadura. Nunca foi decisiva a quantidade de exilados e presos, mas a existência mesma do exílio ou da cadeia. A Anistia não é só o problema pessoal de alguns renitentes: coloca um problema político de todos os brasileiros. Nunca se pediu perdão para alguns, exigimos liberdade para todos.

Por isto mesmo não escrevo como um dos 'injustiçados', mas como um qualquer cidadão, que continuo sendo apesar da arbitrariedade que faz que o Consulado de Paris me recuse o passaporte, ou seja, me recuse o direito à cidadania, abuso característico de um regime policialesco onde o desrespeito aos direitos elementares é a forma de fazer executar a lei (ou o seu infrator, no caso extremo, não tão extremamente rar no Brasil).

Não é absolutamente o meu caso pessoal que interessa neste momento. Quem está em discussão não sou eu, mas a anistia do governo. Não pretendo absolutamente utilizar recursos

³⁷ Esta carta foi integralmente copiada do site do Instituto Herbert Daniel, disponível na internet em < <http://herbertdaniel.blogspot.com.br/>> Mantivemos os erros de digitação presentes no original.

jurídicos mais ou menos astuciosos para me beneficiar dos limites da anistia, pois não creio que seja o meu caso que tem que entrar na anistia, mas é a anistia que tem que entrar em todos os casos dos que foram condenados pela ditadura. Não sou eu quem tem que tentar reduzir minhas penas, mas é a Anistia que deve se ampliar. Isto nada tem a ver com as interpretações de jurisprudência, mas com a evolução democrática do país.

Não continua somente a pequena novela do exílio de uns gatos pingados, mas a vasta história da opressão de todo um povo. Esta aí denuncio, ao falar do meu degredo. Escrevo para denunciar uma ditadura e não para começar a mover petições, processos e outros pauzinhos jurídicos para dar um jeitinho nesta anistia que quer fantasiar a restrição da liberdade. Não é com um jeitinho que se resolve a esculhambação da nossa vida política.

Aceitar fazer da Anistia uma mera questão jurídica é referendar a velha política da ditadura, que sempre tratou seus oponentes como criminosos. Minha participação política foi definida e tratada como crime - e como 'crime comum'. Não me humilha, nem diminui ser tratado como 'criminoso comum'. Revolta-me, seguramente como são tratados no Brasil os 'criminosos comuns'. Por enquanto falamos duma anistia para os 'crimes políticos'. Um dia teremos uma democracia que nos permita discutir politicamente o crime comum. Muito bem. Até um certo motivo de orgulho. Gente melhor do que eu morreu dignamente entre ladrões e nem por isto deixou de ser menos Cristo.

No consulado me disseram: 'No seu caso temos que esperar, por enquanto'. Esperar, porém, não é esperança - que é a coisa mais ativa que a espera de quem nunca alcança. Esperança nós fazemos, sem esperar as decisões dos poderosos. Minha esperança na Democracia me impede absolutamente de esperar resolver a volta à minha terra segundo a generosidade da Ditadura. Não há nada que a Ditadura tenha a me perdoar ou conceder. Ser anistiado não significa se arrepender diante da ditadura, mas permitir que ela reconheça alguns erros. Não somos nós, exilados e presos, que nos autocriticamos diante da ditadura, mas é um movimento popular democrático atual que obriga o governo a remendar alguns dos seus desmandos.

Nunca erramos por nos opor ao governo ditatorial - e a anistia vem para provar que se houve abuso e crime não foi da parte dos opositores. Como, aliás, o exílio, a prisão, a terrível época que sofremos todos no Brasil vêm para provar enganos políticos nossos e para exigir autocrítica. Tenho por mim que por ter participado da oposição armada à ditadura, não há nenhuma explicação a dar à ditadura. Há uma autocrítica - e feita na discussão com quem interessar possa: isto é, aos que lutam pela Democracia. Não me 'arrendo', não tenho 'culpas' e não acho que houve nada de condenável no que fiz. Quando digo autocrítica, quero

me referir a um julgamento político bem preciso cuja moralidade decorre de princípios que nada têm a ver com a culpabilidade. Hoje em dia critico a minha participação na tentativa [sic] de sublevação armada por sua ineficácia política e não por qualquer razão falsamente moralizadora. A forma que escolhemos na época para combater nos conduziu a um fracasso cujas conseqüências são bastante mais graves do que o desastre do exílio e da prisão. Não há como fugir de assumir a responsabilidade duma ação política incorreta: não é pouca a responsabilidade duma ação política incorreta: não é pouca a responsabilidade que temos, todos os dessa geração que foi a minha, de não ter conseguido evitar estes sombrios anos de opressão e desespero. Se este fracasso nos marca e acompanha, nem por isto nos destrói ou aniquila a memória, patrimônio que não se pode perder.

Nada a esquecer, não podemos esquecer nada, pelo contrário, é preciso saber muito mais. Lembrar (e conhecer) o que foi esse tempo de silêncio e meias verdades ao som de hinos militares ou militarizados que cantavam o medo e a renúncia. A Anistia não vem para apagar fatos da nossa história recente: ela deve vir para ativar nossa memória, para fazer dessas recordações atualmente dispersas e pessoais uma observação viva na consciência coletiva da nossa gente. A Anistia não deve vir como o último ato de um erro político, mas o primeiro momento de uma renovação, onde a autocrítica não seja apenas uma declaração de intenções, mas a comemoração de avanços da Democracia.

Lembrar quer dizer renovar: a ditadura bem gostaria de fazer esquecer tudo, nenhuma conta a prestar. Acontece que 'esquecer o passado' aqui quer dizer esconder o presente. Não é nenhum revanchismo querer apurar as responsabilidades [sic], pois não se trata de 'vingar' uma derrota - o que se quer é consolidar uma vitória.

O exílio me ensinou algumas coisas. Inclusive a saudade, que não é fictício desejo de reviver fantasmas, mas uma certa nostalgia de um futuro que não foi, embora desejado. Não quero voltar em busca de ilusões perdidas, mas gostaria de ir para a minha terra encontrar algumas esperanças.

Acho que de tudo o que eu disse fica claro quem são os amigos para quem escrevo esta carta. Vamos nos rever em breve, pessoal, já que nunca nos encontramos [sic]. Por aqui faz muito frio mas tenho a vantagem de saber que estou aí com vocês no mesmo barco para o mesmo porto. O que é como o batuque: um privilégio. Até breve.

Capas dos livros



